

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro**

Inês Scherer Carneiro

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha,  
Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2025



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro

Inês Scherer Carneiro

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha,  
Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2025

*Aos povos indígenas, símbolo de força e resistência há séculos, por sua profunda relação com a terra e por todo o cuidado e proteção que dedicam ao meio ambiente, mesmo diante dos desafios da atualidade.*

*E a todos os assistentes sociais, que atuam com coragem, coração aberto e lealdade às suas convicções. Vocês fazem a diferença, todos os dias, reforçando o propósito de justiça da nossa profissão.*



## **Agradecimentos**

A elaboração de uma dissertação é um processo longo e exigente, que nos leva ao limite do cansaço mental, mas também oferece momentos de grande gratificação. Mais do que um exercício acadêmico, trata-se de uma jornada pessoal, em que mergulhamos em um tema que dialoga com nossas crenças e afetos. Ao escrever sobre algo que nos atravessa, sentimos que estamos contribuindo, ainda que modestamente, para o avanço de reflexões e práticas. Esta dissertação só se tornou possível graças ao apoio e orientação de muitas pessoas, às quais sou profundamente grata pela dedicação, escuta e paciência.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Helena Rocha. Mais do que compartilhar seus conhecimentos, foi uma presença encorajadora e essencial ao longo do percurso. Obrigada pela orientação constante, pela confiança no meu tema e pela serenidade com que me guiou nos momentos mais desafiadores.

Agradeço também à minha mãe, por ter me dado a oportunidade de continuar meus estudos no mestrado. Obrigada por nunca medir esforços para me oferecer uma educação de qualidade desde a infância. Você sempre me incentivou a estudar, mostrando pelo exemplo que, com educação, é possível ir longe. A sua presença foi meu alicerce, seja nas cobranças, nos incentivos ou nos apoios silenciosos. Eu não estaria aqui, nem seria quem sou hoje, sem você.

Meu agradecimento também ao Guilherme, parceiro de caminhada que esteve presente em todas as fases deste trabalho. Obrigada pelo companheirismo, por segurar minha mão nos momentos de estresse, por me incentivar e até mesmo cobrar quando foi necessário. Você leu cada parte escrita, ofereceu apoio incondicional e, principalmente, esteve presente. A presença, no fim das contas, é o que mais importa. Esta dissertação também é um reflexo dessa parceria.

Ao ISCTE, expresso minha gratidão por ser uma universidade que valoriza a liberdade de pensamento e acolhe temas relevantes. Acredito que esse ambiente de liberdade e respeito contribui imensamente para a formação de profissionais conscientes e críticos, e foi essencial para meu crescimento como estudante e como assistente social.

Por fim, agradeço com carinho e respeito a todos os indígenas e assistentes sociais que participaram desta pesquisa. Sem a disponibilidade e o interesse de vocês, esta dissertação não teria alcançado a profundidade e riqueza que carrega. Obrigada pelas partilhas generosas, pelas visões de mundo que ampliaram as minhas, pelas conexões criadas, sugestões e conselhos. Cada um de vocês foi essencial para que este trabalho existisse e eu agradeço, sinceramente, a cada pessoa que me confiou sua voz.



## Resumo

O debate em torno da justiça socioambiental e dos direitos dos povos indígenas no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, mas ainda são escassos os estudos que exploram essa temática a partir da atuação do Serviço Social, especialmente sob uma perspectiva ecológica e intercultural. A presente dissertação tem como objetivo analisar a contribuição do Serviço Social Ecológico junto às comunidades indígenas, considerando os desafios e possibilidades da prática profissional em contextos de vulnerabilidade ambiental, conflitos territoriais e resistência cultural.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa, orientada por uma lógica indutiva. Utilizou-se como técnica principal a entrevista semiestruturada, aplicada a três assistentes sociais que atuam com povos indígenas e quatro indígenas com experiências diversas em defesa dos seus territórios. A recolha de dados foi complementada por análise documental de relatórios institucionais, materiais políticos e normativos que tratam da proteção ambiental e dos direitos originários.

A investigação baseia-se no referencial do Serviço Social Ecológico, nas epistemologias indígenas e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando compreender como as práticas profissionais podem dialogar com os saberes tradicionais em prol da sustentabilidade e da justiça ambiental.

Através da análise dos dados, conclui-se que a atuação do Serviço Social Ecológico junto aos povos indígenas deve pautar-se na escuta intercultural, no respeito aos modos de vida e na valorização dos saberes ancestrais. Reafirma-se a importância de práticas profissionais comprometidas com a justiça socioambiental e com a construção de relações solidárias que fortaleçam os direitos dos povos e a proteção da natureza.

**Palavras-chave:** Serviço Social Ecológico; Povos indígenas; Justiça socioambiental; Interculturalidade; Sustentabilidade.





## Abstract

The debate on socio-environmental justice and the rights of Indigenous peoples in Brazil has intensified in recent decades. However, there is still a lack of studies that explore this issue from the perspective of Social Work, particularly through an ecological and intercultural lens. This master's dissertation aims to analyze the contribution of Ecological Social Work within Indigenous communities, considering the challenges and possibilities of professional practice in contexts marked by environmental vulnerability, territorial conflicts, and cultural resistance.

From a methodological perspective, a qualitative approach was adopted, guided by an inductive logic. The main data collection technique was the semi-structured interview, conducted with three Social Workers engaged in Indigenous contexts and four Indigenous peoples with diverse experiences in defending their territories. The data collection was complemented by documentary analysis of institutional reports, political documents, and legal materials concerning environmental protection and Indigenous rights.

This research is grounded in the theoretical framework of Ecological Social Work, Indigenous epistemologies, and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), aiming to understand how professional practices can engage in dialogue with traditional knowledge to promote sustainability and environmental justice.

Based on the data analysis, it is concluded that Ecological Social Work with Indigenous peoples must be guided by intercultural listening, respect for traditional ways of life, and the valuing of ancestral knowledge. The findings reinforce the importance of professional practices committed to socio-environmental justice and to building solidarity-based relationships that strengthen both the rights of Indigenous peoples and the protection of nature.

**Keywords:** Ecological Social Work; Indigenous peoples; Socio-environmental justice; Interculturality; Sustainability.



## Índice Geral

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Quadro Teórico/Analítico .....</b>	<b>3</b>
1.1. A Questão Ambiental no Brasil e no Mundo .....	3
1.2. A Questão Indígena - História e Resistência.....	4
1.3. O Impacto Indígena na Biodiversidade.....	6
1.4. Instrumentos Internacionais de Proteção Indígena .....	7
1.5. O Serviço Social e os Povos Indígenas .....	8
1.6. Serviço Social, Ecologia e Meio Ambiente .....	8
1.7. Modelo Eco-Social.....	9
1.8. Visão Ecocrítica.....	10
1.9. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.....	10
<b>Capítulo II - Método Científico.....</b>	<b>12</b>
2.1. Campo Empírico .....	12
2.1.1. Instituições Envolvidas.....	12
2.1.2. Os Territórios.....	12
2.1.3. Sujeitos Envolvidos .....	12
2.2. Pergunta de Partida, Objetivos Geral e Específicos.....	13
2.3. Universo e Amostra .....	13
2.4. Lógica e Estratégia de Investigação.....	13
2.5. Dados da Investigação .....	14
2.5.1. Técnica de Recolha de Dados.....	14
2.5.2. Tratamento e Interpretação dos Dados .....	14
2.6. Limitação do Estudo .....	15
2.7. Ética na Investigação .....	15
<b>Capítulo III - Análise e Discussão de Resultados .....</b>	<b>17</b>
3. 1. Caracterização dos inquiridos .....	17
3. 2. Análise dos Resultados .....	17
3.2.1. Assistentes Sociais Entrevistados .....	17
3.2.2. Indígenas entrevistados.....	30
3. 3. Discussão dos Resultados .....	42
<b>Conclusões.....</b>	<b>45</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>47</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>51</b>
Anexo A – Instrumentos de Proteção Indígena: Convenção nº 169, Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos Indígenas e Constituição Federal Brasileira .....	52
Anexo B – Serviço Social Ecológico, Ambiental e Verde.....	53
Anexo C - Consentimento Informado .....	54
Anexo D - Guião de Entrevista: Assistente Social.....	55
Anexo E - Guião de Entrevista: Indígena .....	57
Anexo F - Caracterização dos Assistentes Sociais Entrevistados .....	59
Anexo G - Caracterização dos Indígenas Entrevistados .....	60
Anexo H - Tabela de Categorias e Dimensões: Assistentes Sociais.....	61
Anexo I - Tabela de Categorias e Dimensões: Indígenas .....	63



## Índice Quadros

<b>Quadro 1</b> - O Serviço Social Ecológico Alinhado com os ODS .....	11
--	----



## **Glossário**

**APIB** - Associação dos Povos Indígenas do Brasil

**APSS** - Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Serviço Social

**AS** - Assistente Social

**CASAI** - Casa de Apoio à Saúde do Índio

**CESANI** - Centro de Estudos em Saúde do Índio

**DSEI** - Distrito Sanitário Especial Indígena

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio

**IASSW** - Associação Internacional das Escolas de Serviço Social (*International Association of Schools of Social Work*)

**IFSW** - Federação Internacional de Assistentes Sociais (*International Federation of Social Workers*)

**ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**SESAI** - Secretaria Especial de Saúde Indígena

**SS** - Serviço Social

**TI** - Terra Indígena

## Introdução

O aprofundamento da crise ambiental no século XXI tornou visível o quanto as desigualdades sociais e os desequilíbrios ecológicos estão entrelaçados, afetando de forma desproporcional os grupos historicamente marginalizados. No Brasil, os povos indígenas são protagonistas na proteção da biodiversidade, desempenhando um papel essencial na sustentabilidade do planeta. Ainda assim, continuam sendo alvo de expropriações, violências e silenciamentos institucionais. Nesse cenário, emerge a necessidade de repensar práticas profissionais que estejam comprometidas não apenas com a justiça social, mas também com a justiça ambiental, como propõe o Serviço Social Ecológico (Dominelli, 2012; Rocha, 2016). Este propõe uma atuação crítica e integrada, que reconhece a interdependência entre sociedade e natureza e valoriza os saberes tradicionais como parte indispensável da construção de alternativas sustentáveis.

O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos, da dignidade e da equidade, tem sido convocada a ampliar sua ação diante dos desafios ambientais. Como destaca a definição global aprovada em Melbourne pela IFSW e pela IASSW, o Serviço Social é sustentado não apenas pelas ciências sociais e humanas, mas também pelos conhecimentos indígenas, integrando saberes diversos para responder aos desafios contemporâneos. No contexto brasileiro, marcado por conflitos territoriais, degradação ambiental e resistência indígena, torna-se urgente analisar como a prática do Serviço Social pode contribuir, de forma ecológica e intercultural, para a promoção da sustentabilidade e do fortalecimento da autonomia dos povos originários (IFSW & IASSW, 2014).

É nesse sentido que se insere esta investigação, cuja pergunta de partida é: *Como o Serviço Social Ecológico se relaciona com os povos indígenas para alcançar seus objetivos de sustentabilidade?* A partir desta questão, delinea-se como objetivo geral relacionar o trabalho do Serviço Social Ecológico com os povos indígenas brasileiros, com vista à promoção da sustentabilidade socioambiental. Este propósito articula-se com os objetivos específicos, que visam compreender as interseções entre justiça social e ambiental, explorar a relação dos povos indígenas com o meio ambiente, analisar os desafios e possibilidades da atuação profissional em contextos de vulnerabilidade ecológica, e contribuir para o fortalecimento teórico-prático de um Serviço Social comprometido com a vida em todas as suas formas.

O objeto de estudo desta dissertação é a atuação do Serviço Social Ecológico com os povos indígenas no contexto brasileiro, analisando como essa prática pode colaborar para o enfrentamento das injustiças socioambientais, o reconhecimento dos saberes tradicionais e a valorização dos modos de vida ancestrais. Considera-se que esse campo de atuação, ainda pouco explorado, representa uma via potente para a construção de relações mais éticas, respeitosas e sustentáveis entre o Estado, a sociedade e os povos originários.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa e indutiva, com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com três assistentes sociais atuantes em contextos indígenas e quatro indígenas com trajetórias diversas de defesa territorial. A recolha de dados foi complementada por análise documental de relatórios institucionais, legislações e materiais políticos sobre direitos indígenas e proteção ambiental. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo temática, segundo Bardin (2011), buscando identificar categorias relevantes como sustentabilidade, justiça socioambiental, ecologia e interculturalidade.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O Capítulo I apresenta o quadro teórico-analítico, abordando os principais conceitos e autores que fundamentam a investigação: a questão ambiental no Brasil e no mundo, a questão indígena e sua relação com a biodiversidade, os instrumentos internacionais de proteção, bem como a contribuição do Serviço Social Ecológico e seu alinhamento com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Capítulo II descreve a metodologia utilizada, incluindo o campo empírico, os sujeitos da pesquisa, a estratégia de investigação e as técnicas de recolha e análise dos dados. No Capítulo III, são apresentados os resultados da pesquisa, com base na análise das entrevistas realizadas com assistentes sociais e indígenas, seguida da discussão dos dados à luz da literatura. Por fim, a Conclusão sintetiza os principais achados, refletindo sobre os desafios e potencialidades da atuação do Serviço Social Ecológico junto aos povos indígenas, e sugerindo caminhos futuros para o fortalecimento de uma prática profissional crítica, ética e comprometida com a justiça socioambiental.



## Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro

Nesse sentido, esta pesquisa pretende contribuir para a produção de conhecimento no campo do Serviço Social, incentivando a construção de práticas mais sensíveis à diversidade cultural, aos direitos originários e à defesa do meio ambiente, elementos fundamentais para a construção de um projeto societário verdadeiramente justo e sustentável.

## Capítulo I - Quadro Teórico/Analítico

### 1.1. A Questão Ambiental no Brasil e no Mundo

A questão ambiental é um dos maiores desafios da humanidade no século XXI. O termo refere-se à interação entre sociedade e meio ambiente, abordando impactos ambientais, exploração de recursos naturais, degradação ecológica e mudanças climáticas. A preocupação com a questão ambiental cresceu a partir do século XX, com o avanço da industrialização e o aumento do consumo de combustíveis fósseis, que intensificaram a emissão de gases de efeito estufa e impulsionaram o aquecimento global (IPCC, 2021). Ao longo das décadas, diversas conferências e acordos internacionais foram estabelecidos para conter a degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Rio-92, o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), que tem como principal meta limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C em relação aos níveis pré-industriais (UNFCCC, 2015).

Apesar dos esforços globais, os desafios ambientais continuam a se agravar. O desmatamento, a perda de biodiversidade e a escassez de água são algumas das principais ameaças ao equilíbrio ecológico do planeta (FAO, 2020). O derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar colocam em risco milhões de pessoas que vivem em regiões costeiras, enquanto eventos climáticos extremos, como secas, furacões e incêndios florestais, tornaram-se mais frequentes e intensos (IPCC, 2021). A poluição dos oceanos, causada principalmente pelo descarte de plásticos e resíduos industriais, ameaça ecossistemas marinhos e cadeias alimentares inteiras. Além disso, a desigualdade no impacto ambiental entre países desenvolvidos e em desenvolvimento gera um impasse na busca por soluções, pois as nações mais industrializadas são historicamente responsáveis pela maior parte das emissões de carbono, enquanto países menos desenvolvidos sofrem os impactos mais severos das mudanças climáticas. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao conceito de injustiça ambiental, que evidencia como grupos socialmente vulneráveis, como comunidades pobres e povos indígenas, são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais, tendo menos acesso a recursos e menor participação nas decisões que impactam suas vidas (Barbier, 2020; Bullard, 2000).

A injustiça ambiental manifesta-se tanto a nível global quanto local. Países em desenvolvimento enfrentam dificuldades para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, muitas vezes devido à falta de financiamento e tecnologia para implementar políticas de adaptação e mitigação. Ao mesmo tempo, populações vulneráveis dentro desses países são as mais impactadas por eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas e contaminação de fontes de água (Martinez-Alier, 2002). No Brasil, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas frequentemente sofrem com desmatamento, mineração ilegal e projetos de infraestrutura que degradam seus territórios e dificultam sua subsistência. Além disso, a concentração de indústrias poluentes em regiões habitadas por populações de baixa renda reflete um padrão de racismo ambiental, em que minorias étnicas e sociais são mais expostas a riscos ambientais sem contar com políticas públicas eficazes para sua proteção.

O Brasil ocupa um papel central na questão ambiental mundial devido à sua vasta extensão territorial e riqueza ecológica. O país abriga seis biomas – Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e Pampa – que desempenham funções essenciais na manutenção do equilíbrio climático e na preservação da biodiversidade global (MMA, 2022). A Floresta Amazônica, em particular, é um dos maiores reguladores do clima da Terra, armazenando grandes quantidades de carbono e influenciando os padrões de chuvas em toda a América do Sul (Nepstad et al., 2006). Além disso, o Brasil é um dos países com a maior reserva de água doce do planeta, possuindo aquíferos estratégicos, como o Guarani e o Alter do Chão, que são fundamentais para o abastecimento hídrico e a conservação dos ecossistemas (Silveira et al., 2019).

No entanto, o país enfrenta sérias ameaças ambientais. O desmatamento na Amazônia tem aumentado nos últimos anos devido à expansão da agropecuária, à grilagem de terras e à exploração ilegal de madeira (INPE, 2022). A destruição da floresta compromete a biodiversidade, afeta o regime de chuvas e agrava o aquecimento global, tornando o Brasil um dos principais focos de preocupação ambiental no mundo. Além da Amazônia, outros biomas também sofrem com a degradação. O Cerrado, por exemplo, perde anualmente grandes áreas para a monocultura e sofre com a redução da disponibilidade hídrica, uma vez que abriga nascentes de importantes rios brasileiros, além de sofrer

anualmente com severas queimadas. O Pantanal, outro bioma de grande relevância ecológica, também tem sido impactado por queimadas e alterações no curso dos rios, ameaçando sua fauna e flora únicas (Klink & Machado, 2005; Alho et al., 2019).

Diante desse cenário, a gestão ambiental no Brasil tem sido alvo de debates intensos. A implementação de políticas públicas para a preservação dos biomas e o cumprimento dos compromissos ambientais assumidos pelo país são essenciais para que o Brasil mantenha seu papel de protagonista na conservação da biodiversidade mundial. No entanto, mudanças nas políticas de fiscalização ambiental, somadas a interesses econômicos que favorecem o desmatamento, geram conflitos entre diferentes setores da sociedade e colocam em risco os avanços conquistados em décadas anteriores.

É necessário entender que a conservação ambiental no Brasil está diretamente ligada ao papel dos povos indígenas. Estudos demonstram que as terras indígenas são algumas das áreas mais preservadas do país, funcionando como barreiras contra o desmatamento e a degradação ambiental. As práticas tradicionais desses povos, baseadas no manejo sustentável da terra e no respeito aos ciclos naturais, contribuem significativamente para a proteção da biodiversidade e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos fundamentais para o equilíbrio climático (Schwartzman et al., 2013).

## **1.2. A Questão Indígena - História e Resistência**

A questão indígena é um conceito que abrange não apenas os direitos e a cultura dos povos originários, mas também a complexa relação destes povos com o Estado, a sociedade e o território. No Brasil, essa questão é marcada por uma história de resistência, lutas por reconhecimento e por direitos fundamentais, como o direito à terra, à autodeterminação e à preservação das suas culturas. A origem da questão indígena está diretamente vinculada ao processo de colonização, que impactou severamente as populações originárias do Brasil, levando à perda de território, culturas e, em muitos casos, à dizimação de povos inteiros.

Historicamente, o termo “indígena” foi utilizado durante a colonização para designar os povos nativos das Américas, baseando-se no conceito de “indígena” como aquele pertencente ao lugar, originário das terras recém-invasadas pelos europeus (CORNE, 2020). Ao longo dos séculos, esse termo foi sendo reconfigurado, especialmente a partir do século XX, com o surgimento de movimentos indígenas que buscavam não apenas o reconhecimento dos seus direitos, mas também a afirmação de suas identidades culturais, políticas e sociais de forma independente do Estado dominante.

A partir das conquistas do marco legal que reconhece as demandas indígenas, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 1989 e a incorporação dos direitos indígenas na Constituição Federal a 1988, a questão indígena passou a ser entendida como um direito legítimo de resistência e afirmação cultural dentro do Estado-nação brasileiro.

A questão indígena não pode ser reduzida apenas a um conjunto de direitos legais, mas também deve ser entendida em sua totalidade. Envolve a luta por autonomia, o direito à terra, a educação diferenciada, a inclusão social sem perder suas identidades e a preservação de sua cosmovisão. Entende-se por cosmovisão a forma única de cada povo entender e interpretar o mundo, incluindo suas crenças, valores e a relação com a natureza (Carneiro da Cunha, 2009). Embora o país tenha avançado nas últimas décadas, ainda persistem sérias problematizações em relação à implementação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. A violência contra povos originários aumentou, com conflitos por terras, disputas territoriais e a invasão de terras por grileiros, madeireiros e grandes projetos de desenvolvimento, como hidrelétricas e rodovias (Santana, 2022).

A desigualdade social ainda é um grande desafio, já que, muitas vezes, as populações indígenas não têm acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança, de forma adequada e respeitosa às suas necessidades culturais e sociais. Essas dificuldades são agravadas pela marginalização das culturas indígenas, pelo preconceito racial e pela invisibilidade social. O acesso à saúde, por exemplo, é dificultado pela precariedade da infraestrutura em muitas terras indígenas e pela ausência de políticas públicas que valorizem a medicina tradicional e os conhecimentos ancestrais dessas populações (Martins et al., 2022). A educação também enfrenta obstáculos significativos, pois, apesar dos avanços na implementação de escolas indígenas, ainda há dificuldades na formação de professores indígenas e na garantia de materiais didáticos que respeitem as especificidades culturais e linguísticas desses povos (Oliveira, 2023).

Todas estas questões são exemplos de como a herança histórica colonial está presente na sociedade até os dias atuais e como esta se relaciona com a questão indígena. Herança histórica dá-se por carregar as diferenças sociais e pré-conceitos que vieram do passado, no caso dos povos indígenas com a colonização, e que se penetraram e se enraizaram na sociedade e são perpetuados até hoje. Por conta de todos os males que a colonização fez aos povos originários, estes sofrem com determinados padrões de desigualdade na sociedade e na política.

Outro aspecto importante da questão indígena no Brasil é a desinformação sobre a diversidade desses povos. Cada etnia tem uma língua, uma organização social e uma relação com o território única, e essa diversidade muitas vezes é ignorada ou desconsiderada, principalmente quando se trata de políticas públicas ou mesmo de processos educacionais (CORNE, 2020). No entanto, a educação e a valorização das línguas e culturas indígenas são fundamentais para a autonomia e a preservação das identidades dessas comunidades. As políticas públicas voltadas para o direito à educação bilíngue, por exemplo, são um avanço importante, pois permitem que os jovens indígenas aprendam tanto sua língua materna como o português, sem renunciar à sua cosmovisão.

Relevante é o desafio da implementação da Convenção nº 169 da OIT, especialmente no que tange à consulta prévia, livre e informada. Muitas vezes, os projetos de desenvolvimento que afetam diretamente as terras indígenas são realizadas sem a devida consulta às comunidades, o que gera conflitos e descumprimento dos direitos garantidos tanto pela legislação brasileira quanto pelos acordos internacionais (OIT, 1989).

Assim, os objetivos centrais da questão indígena envolvem a busca pelo reconhecimento das identidades e a autodeterminação dos povos indígenas. A questão não é apenas a luta por terra, mas pela valorização cultural e econômica, e pelo direito ao desenvolvimento de acordo com suas próprias tradições e modelos de organização social. Nesse contexto, o *empowerment* das comunidades indígenas é um passo importante para a construção de um modelo de sociedade mais inclusivo e justo, onde os povos originários possam participar efetivamente das decisões políticas que afetam suas vidas e seus territórios.

Atualmente, os povos indígenas enfrentam um cenário de desafios intensificados, especialmente sob a gestão de governos que adotam posturas mais conservadoras em relação aos direitos indígenas e ao meio ambiente. A expansão da fronteira agrícola, o desmatamento ilegal e a mineração em terras indígenas são questões que continuam a gerar conflitos. O Brasil, mesmo após avanços legais, tem visto o crescimento da violência e das ameaças contra os povos originários, o que reflete uma dificuldade estrutural em respeitar os direitos indígenas estabelecidos na Constituição de 1988 e em tratados internacionais (Martins et al., 2022).

Ainda assim, as mobilizações indígenas têm crescido de forma significativa nos últimos anos, impulsionadas pela necessidade urgente de garantir a proteção de seus direitos territoriais, culturais e sociais. Movimentos como o Acampamento Terra Livre (ATL), que ocorre anualmente em Brasília, capital do Brasil, têm se consolidado como uma das maiores manifestações políticas indígenas do país, reunindo milhares de lideranças e representantes de diversas etnias. O ATL é um espaço de articulação e de resistência, onde os povos originários buscam, por meio da pressão política e da visibilidade midiática, fortalecer suas demandas por demarcação de terras, pelo respeito à sua autonomia e pela preservação de seus modos de vida tradicionais.

Além desse movimento, outros fóruns e coalizões indígenas também têm se fortalecido, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que atua em diversas frentes para assegurar que os direitos garantidos na Constituição de 1988 e em tratados internacionais sejam efetivamente respeitados. Esses espaços são essenciais para que os povos indígenas não apenas reivindiquem a manutenção e ampliação de seus direitos, mas também para que possam influenciar as políticas públicas e as decisões do governo que impactam diretamente suas vidas. Ao se organizarem e mobilizarem, os povos indígenas têm, cada vez mais, garantido uma voz ativa nas discussões sobre os rumos do país, principalmente no que diz respeito à preservação ambiental e à proteção de seus territórios, considerados vitais para a manutenção da biodiversidade brasileira e mundial.

### 1.3. O Impacto Indígena na Biodiversidade

Os povos indígenas desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade mundial. Segundo a ONU, existem aproximadamente 476 milhões de indígenas no mundo, representando cerca de 6% da população global. No entanto, mesmo sendo uma minoria demográfica, suas terras abrigam ecossistemas de extrema importância para o equilíbrio ambiental do planeta (ONU, 2020). Há estimativas de que os territórios indígenas conservem entre 70% e 80% da biodiversidade global (Funai, 2023). No entanto, essa estatística tem sido contestada por alguns cientistas, que argumentam que a metodologia para medir essa porcentagem pode ser imprecisa (Forests News, 2024). Apesar dessa controvérsia, o fato é que as populações indígenas continuam sendo agentes essenciais na proteção da natureza e no combate às mudanças climáticas.

A relação entre povos indígenas e conservação ambiental é reconhecida internacionalmente, os territórios indígenas e tradicionais são os mais eficientes na conservação das florestas tropicais e dos recursos naturais. Estudos indicam que as taxas de desmatamento em TI são consideravelmente menores do que em áreas não protegidas, devido às práticas tradicionais de manejo sustentável que essas populações exercem há séculos (ONU, 2021).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2020) afirma que os conhecimentos tradicionais indígenas são fundamentais para a prevenção de crises ambientais. Muitas dessas comunidades possuem um profundo conhecimento sobre a regeneração natural da fauna e flora, a rotação de cultivos sustentáveis e o uso medicinal de plantas. A ONU também destaca que o reconhecimento legal e a demarcação das terras indígenas são estratégias eficazes na conservação ambiental, pois reduzem significativamente a degradação dos ecossistemas protegidos por essas populações (ONU, 2020).

No Brasil, a importância dos povos indígenas para a conservação ambiental é ainda mais evidente. O país abriga a segunda maior população indígena das Américas, com aproximadamente 1,7 milhão de indígenas, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No entanto, os indígenas representam apenas cerca de 0,83% da população brasileira e enfrentam graves desafios para a garantia de seus direitos territoriais (IBGE, 2022).

De acordo com dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai, 2023), existem 733 TI no Brasil. Essas áreas ocupam aproximadamente 14% do território nacional, o que equivale a cerca de 117 milhões de hectares. Apesar dessa grande extensão de terras oficialmente reconhecidas, há mais de 500 territórios indígenas que ainda aguardam demarcação, muitos dos quais estão sob forte pressão de grileiros, garimpeiros e desmatadores ilegais.

A importância dos territórios indígenas na preservação do meio ambiente é inegável. Um estudo realizado entre 2001 e 2021 mostrou que as florestas localizadas em terras indígenas na Amazônia foram responsáveis pela remoção de aproximadamente 340 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera, funcionando como um sumidouro natural de carbono (World Resources Institute, 2022). Além disso, as taxas de desmatamento em TI são consideravelmente mais baixas do que em áreas não protegidas. Embora estudos apontem que as florestas indígenas são, em média, 20 vezes menos devastadas do que outras regiões, a ONU observa que os territórios indígenas na América Latina e no Caribe têm taxas de desmatamento significativamente mais baixas, particularmente quando os direitos territoriais dessas populações são reconhecidos e respeitados. Esses dados demonstram a eficácia do modelo de gestão territorial indígena na preservação de ecossistemas vitais para o equilíbrio climático global (ONU, 2021; Greenpeace Brasil, 2022).

Apesar de sua importância para o equilíbrio ambiental, os povos indígenas ainda sofrem com diversas ameaças. O avanço do desmatamento, a grilagem de terras, a mineração ilegal e os conflitos com o agronegócio representam desafios contínuos para essas populações.

Relatórios apontam que os indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis socioeconomicamente. No Brasil, cerca de 52% dos indígenas vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2022). E, no mundo, os povos indígenas representam 15% dos mais pobres (ONU, n.d.). Além disso, a falta de infraestrutura adequada em muitas aldeias dificulta o acesso a direitos básicos, como saúde e educação.

Outro problema crítico é a violência contra os povos indígenas. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023), os conflitos por terra têm aumentado nos últimos anos, resultando em um número crescente de assassinatos de lideranças indígenas que lutam pela defesa de seus territórios. Em diversas regiões do Brasil, essas agressões são frequentemente praticadas por grileiros, garimpeiros ilegais e grandes proprietários rurais, interessados na exploração de recursos naturais das TI. Em 2023, foram registradas oficialmente mais de 300 invasões a territórios indígenas, especialmente na Amazônia, onde a disputa por terras e recursos é mais intensa. Além da violência física, há também intimidação e criminalização de lideranças que denunciam essas violações, enquanto a impunidade persiste devido à falta de fiscalização e à conivência de agentes públicos.

A ONU tem alertado que essa violência não é apenas uma questão social, mas também uma ameaça à preservação ambiental, pois os povos indígenas desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade (ONU, 2020). A fragilidade na demarcação de terras e o enfraquecimento de políticas públicas agravam ainda mais essa situação, deixando essas populações vulneráveis. O combate à violência contra os povos indígenas exige medidas mais eficazes, como a proteção legal dos territórios, a responsabilização de invasores, um foco maior do Serviço Social e o fortalecimento de instituições como a Funai, garantindo não apenas a segurança dessas comunidades, mas também a proteção dos ecossistemas que elas preservam.

O reconhecimento e a valorização dos direitos indígenas são fundamentais para a preservação ambiental. Organizações internacionais, como a ONU e a FAO, reforçam que o financiamento direto para comunidades indígenas pode ser uma estratégia eficiente para o combate às mudanças climáticas (El País, 2024).

A proteção dos povos originários é um compromisso global. Sem a demarcação e o respeito aos seus territórios, o desmatamento continuará avançando, colocando em risco não apenas as florestas tropicais, mas também a biodiversidade mundial e o futuro climático do planeta. Assim, a interdependência entre os povos indígenas e a biodiversidade global é inegável. Ainda que existam debates sobre o percentual exato da biodiversidade protegida por essas comunidades, o consenso científico é claro: os territórios indígenas são essenciais para a conservação ambiental. Portanto, fortalecer os direitos territoriais indígenas e garantir sua participação ativa nas políticas ambientais é um passo fundamental para a preservação da vida no planeta.

#### **1.4. Instrumentos Internacionais de Proteção Indígena**

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 1989, estabelece diretrizes para a proteção dos direitos dos povos indígenas e tribais. Segundo o Artigo 1º dessa convenção, são considerados povos indígenas ou povos originários aqueles que "descendem de populações que viviam no país ou região geográfica no momento da sua conquista ou colonização" e que "mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas" (OIT, 1989, Art. 1). Além disso, a autoidentificação como indígena é considerada um critério fundamental para a aplicação das disposições da convenção.

A Convenção nº 169 tem como principais objetivos garantir que os governos reconheçam e protejam os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais dos povos indígenas, assegurando o respeito à sua identidade. Além disso, visa garantir a participação efetiva desses povos, por meio de suas instituições representativas, em todas as decisões que os afetem diretamente. Outro ponto fundamental é o reconhecimento do direito à terra e aos recursos naturais, estabelecendo que os povos indígenas tenham direitos de propriedade e posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam e que sejam consultados antes da exploração de recursos naturais nesses territórios (OIT, 1989).

A Convenção foi adotada durante a 76ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, com a participação de representantes de governos, empregadores e trabalhadores dos Estados-membros da OIT. Desde sua adoção, tornou-se um instrumento essencial no fortalecimento legal dos direitos indígenas, servindo como base para a elaboração e revisão de legislações nacionais (Anexo A – Instrumentos de Proteção Indígena: Convenção nº 169, Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos Indígenas e Constituição Federal Brasileira).

### **1.5. O Serviço Social e os Povos Indígenas**

Em julho de 2014, durante a Assembleia Geral da Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW) e da Associação Internacional das Escolas de Serviço Social (IASSW), realizada em Melbourne, Austrália, foi aprovada uma definição global de Serviço Social. Assim, é definido por

Uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social (IFSW & IASSW, 2014).

A definição de Serviço Social destaca a importância de integrar saberes indígenas, valorizando suas práticas, organizações sociais e cosmovisão. Estes saberes são essenciais para uma atuação inclusiva e respeitosa, considerando as especificidades culturais e os desafios enfrentados por esses povos. Assim, é reconhecido que esses conhecimentos oferecem perspectivas únicas e valiosas para a prática do Serviço Social, especialmente em contextos ecológicos e de sustentabilidade. Essa abordagem reforça o compromisso com a justiça social e os direitos humanos, reconhecendo as diversas formas de conhecimento na construção de uma sociedade mais equitativa, promovendo intervenções mais sensíveis e justas, baseadas nos valores e necessidades das comunidades indígenas.

Dentro desse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a luta por direitos e justiça social, tem se aproximado da questão indígena, compreendendo a importância de integrar as especificidades dos povos indígenas nas práticas profissionais e nas políticas públicas. O debate sobre a questão indígena no Serviço Social tem sido um processo gradual, mas fundamental, pois os assistentes sociais, como profissionais envolvidos na implementação de políticas sociais, precisam compreender as particularidades e as necessidades dessas populações. O Serviço Social brasileiro tem avançado na incorporação da questão indígena, porém ainda enfrenta desafios em relação à formação dos profissionais e à adequação das políticas públicas à realidade dos povos indígenas (Martins et al., 2022).

Para o assistente social, é imprescindível entender que a questão indígena não é homogênea; ela varia significativamente entre as diversas etnias e comunidades. A concepção de "questão indígena", nesse sentido, abrange tanto a perspectiva política como cultural, com o foco central em garantir que os povos indígenas possam exercer sua autonomia e preservar suas tradições sem a imposição da cultura dominante.

A atuação do assistente social junto aos povos indígenas é um campo complexo, que exige sensibilidade, respeito, ética e um compromisso com a autonomia desses povos. Ao entender que a questão indígena não pode ser tratada de forma homogênea, mas sim a partir da perspectiva das diferentes comunidades, o Serviço Social tem a oportunidade de contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e para a efetivação dos direitos dos povos indígenas, respeitando suas tradições, culturas e formas de organização social. Neste sentido, o debate sobre a questão indígena no Serviço Social se configura como uma necessidade premente para o fortalecimento da profissão e para a construção de um país mais justo e igualitário (Santana, 2022; CORNE, 2020).

### **1.6. Serviço Social, Ecologia e Meio Ambiente**

O Serviço Social tem desempenhado um papel fundamental na relação entre meio ambiente e sociedade, especialmente no enfrentamento das desigualdades socioambientais e na busca por justiça ecológica. A profissão, historicamente voltada para a defesa dos direitos humanos e sociais, amplia seu escopo ao incorporar a dimensão ambiental em suas práticas, reconhecendo a interdependência entre justiça social e sustentabilidade (Dominelli, 2012).

A relação entre o Serviço Social e a questão ambiental está ancorada no paradigma ecológico, que propõe uma visão sistêmica das relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Esse paradigma desafia o Serviço Social a reconsiderar suas práticas e metodologias de intervenção, incorporando estratégias que promovam a sustentabilidade e enfrentem as injustiças ambientais que afetam, sobretudo, populações vulneráveis (Santos & Silva, 2015). Conforme apontado por Peeters (2012), a prática social

deve avançar em direção a um modelo socioecológico, no qual as necessidades humanas e a preservação ambiental sejam tratadas de maneira integrada.

O socioambiental, conceito central para a atuação do assistente social na questão ambiental, refere-se à interconexão entre os fatores sociais e ambientais, destacando que as populações mais vulneráveis são frequentemente as mais impactadas por problemas ambientais. De acordo com Schmitz et al. (2012), as desigualdades sociais e as degradações ambientais estão interligadas, pois, populações de baixa renda, povos indígenas e outros grupos marginalizados sofrem os impactos mais severos da destruição ambiental, como desastres naturais, poluição e escassez de recursos naturais. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social torna-se essencial na formulação de políticas públicas que garantam acesso a direitos ambientais e promovam a justiça social.

A importância do Serviço Social na questão ambiental também se reflete nas práticas de sustentabilidade, há muitas formas de como o Serviço Social pode intervir neste contexto (**Anexo B** – Serviço Social Ecológico, Ambiental e Verde). Segundo Fernández & Posada (2012), os assistentes sociais podem atuar no desenvolvimento de programas comunitários voltados à educação ambiental, ao incentivo de práticas sustentáveis e ao fortalecimento da participação popular na defesa do meio ambiente. Além disso, a abordagem ecológica no Serviço Social deve considerar a vulnerabilidade social das comunidades afetadas por desastres ambientais, propondo medidas que garantam a resiliência e a adaptação dessas populações às mudanças climáticas. Desta forma, a sustentabilidade ecológica das comunidades vulneráveis depende não apenas de políticas ambientais eficazes, mas também da inclusão social e do fortalecimento da participação comunitária (Rocha, 2016, p. 67; pp. 236-237; pp. 249-251).

O Serviço Social com povos indígenas tem uma relevância especial dentro dessa abordagem ecológica, pois os povos originários estão entre os grupos mais afetados pelos conflitos socioambientais. A exploração de terras indígenas para mineração, desmatamento e agronegócio ameaça não apenas o meio ambiente, mas também as formas tradicionais de vida dessas populações. A atuação do assistente social junto aos povos indígenas deve ser pautada pelo respeito à autonomia desses grupos e pela valorização de seus saberes ancestrais, promovendo a defesa de seus territórios e o direito a um meio ambiente equilibrado. Assim, a presença do assistente social para as comunidades indígenas deve considerar não apenas os desafios sociais, mas também a necessidade de proteger os recursos naturais fundamentais para a sobrevivência desses povos (Santana, 2022).

Ao atuar com povos indígenas, o Serviço Social assume um caráter ecológico, pois seu papel vai além da assistência social tradicional. O Serviço Social Ecológico, nesse contexto, não apenas reconhece as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades, mas também trabalha para amplificar suas vozes, garantindo que suas demandas sejam levadas em consideração nas políticas públicas. Um Serviço Social verdadeiramente ecológico valoriza os saberes ancestrais, respeita a autodeterminação dos povos indígenas e luta contra as injustiças ambientais que historicamente têm colocado essas populações em situação de vulnerabilidade.

Assim, o Serviço Social pode contribuir na interseção entre meio ambiente e justiça social. A adoção de uma abordagem socioambiental fortalece a luta por direitos ambientais e sociais, garantindo que as populações mais vulneráveis, como os povos originários, tenham suas necessidades e especificidades reconhecidas nas políticas públicas. A incorporação do paradigma ecológico na prática do Serviço Social amplia suas possibilidades de atuação, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável e equitativo.

### **1.7. Modelo Eco-Social**

Rocha (2016) discute a relação entre as questões sociais e ambientais, destacando a importância da sustentabilidade ecológica para comunidades vulneráveis. A autora propõe um modelo eco-social que integra as dimensões ambiental e social, ressaltando a interdependência entre os problemas ecológicos e as desigualdades sociais. Segundo essa abordagem, as condições de vida das populações mais vulneráveis são diretamente impactadas por fatores como desastres naturais e escassez de recursos. No entanto, para enfrentar esses desafios, é preciso considerar aspectos sociais, como pobreza, os diversos tipos de desigualdade e a falta de acesso a direitos básicos, como saúde e educação.

O modelo eco-social propõe que as questões ambientais não devem ser abordadas de forma isolada, mas sim em conjunto com a promoção da justiça social (Rocha, 2016). A sustentabilidade ecológica,



nesse contexto, não se limita apenas à preservação do meio ambiente, mas também envolve garantir condições de vida dignas para as populações, considerando sua vulnerabilidade social. Nesse sentido, o Serviço Social deve atuar de maneira integrada, reconhecendo que a melhoria das condições de vida das comunidades deve caminhar junto com a preservação ambiental. O assistente social, portanto, deve promover ações que envolvam tanto a melhoria da qualidade de vida quanto a educação ambiental, ajudando as comunidades a desenvolverem práticas sustentáveis que também melhorem seu bem-estar social (Rocha, 2016; Ferreira, 2019).

O trabalho do profissional de Serviço Social nesse cenário precisa ser estratégico, garantindo a articulação entre políticas públicas de inclusão social e preservação ambiental, atuando como um agente de transformação, promovendo a sustentabilidade de forma a atender às necessidades sociais e ambientais das comunidades. Essa perspectiva considera a sustentabilidade como um direito, assegurando que as condições de vida e a preservação ecológica caminhem juntas, com o objetivo de criar um futuro mais justo e equilibrado (Rocha, 2016; Silva & Costa, 2018).

O conceito de sustentabilidade ecológica é ampliado para incluir a noção de justiça social, entendendo que a degradação ambiental afeta desproporcionalmente as populações vulneráveis. Nesse sentido, é necessário que o Serviço Social adote uma abordagem que considere essas duas dimensões, buscando sempre uma resposta integrada para os desafios socioambientais. A promoção da sustentabilidade ecológica, deve ser vista não apenas como uma questão ambiental, mas também como uma questão de direitos humanos, em que as comunidades têm o direito de viver em um ambiente saudável e com condições de vida adequadas (Rocha, 2016; Souza, 2020).

### **1.8. Visão Ecocrítica**

A visão ecocrítica surge como uma abordagem teórica que examina as relações entre cultura e meio ambiente, desafiando modelos tradicionais de exploração e propondo uma nova forma de compreender a natureza dentro das dinâmicas sociais. Segundo Huggan e Tiffin (2009), não apenas analisa representações do meio ambiente, mas também questiona os impactos das atividades humanas sobre ecossistemas e comunidades marginalizadas. Esse olhar crítico se amplia na ecocrítica pós-colonial, que denuncia como o colonialismo e suas ramificações neocoloniais contribuíram para a degradação ambiental e para a marginalização de saberes ecológicos tradicionais. Peeters (2012) reforça essa visão ao argumentar que a justiça ambiental e a sustentabilidade devem ser construídas a partir de um modelo socioecológico que integre tanto os direitos humanos quanto a preservação ambiental, evitando reproduzir práticas excludentes herdadas do colonialismo.

No contexto indígena, a ecocrítica pós-colonial evidencia como a destruição do meio ambiente afeta diretamente esses povos, cuja existência está diretamente ligada à terra. Biasio (2021) destaca que a exclusão dos saberes indígenas nas políticas ambientais é um reflexo do pensamento colonialista que persiste até os dias atuais, desconsiderando práticas sustentáveis ancestrais. Nesse sentido, o Serviço Social, especialmente em sua vertente ecológica, tem um papel fundamental ao atuar na defesa dos direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas, promovendo sua autonomia e garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas decisões políticas e ambientais. Um modelo de Serviço Social socioecológico deve se pautar pelo respeito às diferentes formas de conhecimento e pela luta contra as injustiças ambientais, integrando, assim, os princípios da ecocrítica pós-colonial na prática profissional (Peeters, 2012; Biasio, 2021).

### **1.9. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável**

O princípio "Não deixar ninguém para trás" da Agenda 2030 da ONU busca garantir que o desenvolvimento sustentável seja inclusivo, erradicando desigualdades e priorizando grupos historicamente marginalizados, promovendo justiça social e assegurando direitos para todos. Para os povos indígenas, isso significa reconhecer e respeitar suas culturas, territórios e saberes tradicionais, assegurando sua participação ativa nas decisões que impactam suas vidas. O Serviço Social Ecológico, voltado para essas comunidades, está diretamente alinhado com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) de números 10, 13, 15, 16 e 17, que refletem a necessidade de promover justiça social, sustentabilidade ambiental e inclusão. Assim, busca-se garantir que as comunidades indígenas tenham acesso a políticas públicas justas, proteção ambiental e melhores condições de vida, sem perder sua identidade e autonomia (ONU, 2015).

**Quadro 1** - O Serviço Social Ecológico Alinhado com os ODS

<p>ODS 10 - Redução das Desigualdades</p>	<p>Visa reduzir desigualdades sociais, econômicas e políticas dentro e entre os países. Ele busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, especialmente para os grupos mais vulneráveis, como os povos originários. Para isso, é fundamental adotar um desenvolvimento solidário, não colonialista, e fortalecer a voz das bases sociais excluídas. O Serviço Social Ecológico tem um papel importante neste processo, promovendo as comunidades indígenas e sustentáveis, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e ambientais (ONU, 2015; Marques &amp; Schmitt, 2021)</p>
<p>ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima</p>	<p>Se concentra em ações para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Povos indígenas, cujas terras e modos de vida estão diretamente ameaçados por desmatamento e degradação ambiental, podem se beneficiar do Serviço Social Ecológico, que auxilia na implementação de práticas sustentáveis. Para isso, é essencial fortalecer a voz política das comunidades, promovendo lideranças com envolvimento político em diversas esferas. O Serviço Social Ecológico tem um papel crucial ao apoiar as bases comunitárias na criação de lideranças, defendendo o direito à vida humana e não humana e buscando a harmonia entre o ser humano e a natureza, tanto no nível local quanto nacional e internacional (ONU, 2015; Marques &amp; Schmitt, 2021)</p>
<p>ODS 15 - Vida Terrestre</p>	<p>Visa proteger e restaurar os ecossistemas e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Para alcançar isso, é fundamental promover a educação e a sensibilização ambiental, incentivando mudanças nos hábitos de consumo e implementando políticas públicas que defendam os recursos florestais e a biodiversidade. As comunidades indígenas desempenham um papel essencial nesse processo, sendo pilares de uma política participativa de gestão e preservação das áreas naturais. O Serviço Social Ecológico pode apoiar essas comunidades, integrando seus conhecimentos tradicionais à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, promovendo a preservação da biodiversidade de forma colaborativa (ONU, 2015; Marques &amp; Schmitt, 2021)</p>
<p>ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p>	<p>Busca promover sociedades pacíficas, inclusivas e com instituições responsáveis. O Serviço Social Ecológico pode atuar na mediação e promoção da justiça ambiental, ajudando a garantir que as comunidades tenham voz ativa nas decisões sobre seus territórios (ONU, 2015)</p>
<p>ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação</p>	<p>Foca na importância de parcerias para a implementação dos ODS. O Serviço Social Ecológico pode atuar como um mediador entre diferentes atores (comunidades indígenas, organizações governamentais e não governamentais) para fortalecer ações coletivas e garantir recursos necessários para o desenvolvimento sustentável, para assim combater os perigos que hoje ameaçam a Terra e, inevitavelmente, a sociedade (ONU, 2015; Marques &amp; Schmitt, 2021).</p>

**Fonte:** Elaboração própria

## Capítulo II - Método Científico

Toda pesquisa científica requer um caminho metodológico claro e coerente que fundamente a construção do conhecimento. O método científico, conforme definido por Marconi e Lakatos (2003), consiste em um conjunto de procedimentos racionais e sistemáticos que visam alcançar a verdade dos fatos, permitindo compreender e explicar a realidade por meio da investigação organizada e objetiva.

A adoção de um método científico possibilita ao pesquisador delimitar o objeto de estudo, selecionar as fontes de informação, organizar os dados coletados e interpretar os resultados de forma fundamentada. Trata-se de um instrumento essencial para garantir o rigor, a validade e a confiabilidade da pesquisa, contribuindo para que ela se inscreva dentro dos padrões exigidos pela produção científica.

Neste capítulo, são apresentados os elementos que estruturam a metodologia desta investigação: o objeto de estudo, o campo empírico (incluindo instituições, territórios e sujeitos envolvidos), o universo e a amostra, a lógica e a estratégia de investigação, as técnicas de recolha de dados e os procedimentos adotados para a análise das informações obtidas.

### 2.1. Campo Empírico

Para a realização desta pesquisa, definiu-se como campo empírico o conjunto de instituições, territórios e sujeitos envolvidos na interface entre a proteção dos direitos dos povos indígenas e a atuação do Serviço Social diante das questões ambientais. A delimitação do campo visa possibilitar a observação e análise direta da realidade, conforme o objetivo proposto, considerando as práticas sociais, institucionais e territoriais que expressam a articulação entre justiça socioambiental e direitos originários.

A escolha do campo empírico fundamenta-se na perspectiva de que a pesquisa científica deve observar os fatos em seu contexto natural, buscando compreendê-los dentro de uma totalidade dinâmica. Como afirmam Marconi e Lakatos (2003), o campo empírico consiste no “local onde o fenômeno ocorre ou pode ser observado, compreendendo as condições nas quais o objeto de estudo se manifesta” (p. 186). Nesse sentido, optou-se por um campo que permita a análise qualitativa das relações sociais, institucionais e políticas ligadas aos povos indígenas e ao meio ambiente.

#### 2.1.1. Instituições Envolvidas

Foram consideradas instituições públicas e da sociedade civil que atuam na formulação, implementação e fiscalização de políticas voltadas à proteção dos direitos indígenas e à preservação ambiental. Entre as instituições públicas destacam-se a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério dos Povos Indígenas, além de órgãos de regulação ambiental. No âmbito da sociedade civil, incluem-se organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e instituições ambientalistas como o Instituto Socioambiental (ISA), todas com atuação significativa junto às comunidades indígenas.

#### 2.1.2. Os Territórios

O recorte territorial concentra-se no Brasil, com ênfase nas regiões da Amazônia Legal e do Cerrado, territórios marcados por intensos conflitos socioambientais, invasões e degradações. Considera-se também a inserção internacional da temática, na medida em que tratados e convenções globais influenciam políticas e práticas locais. Assim, o campo territorial compreende desde o nível nacional até a realidade concreta das comunidades indígenas em seus territórios tradicionais.

#### 2.1.3. Sujeitos Envolvidos

Os sujeitos do campo empírico incluem profissionais do Serviço Social que trabalham com povos indígenas e/ou na área ambiental, e pessoas indígenas. A escolha desses sujeitos baseia-se na relevância de suas experiências e na possibilidade de fornecerem dados que permitam a compreensão aprofundada do objeto de estudo, conforme orientam Marconi e Lakatos (2003), ao destacarem a importância de selecionar sujeitos “diretamente relacionados ao fenômeno investigado” (p. 197).

Dessa forma, a definição do campo empírico visa garantir a coerência entre os objetivos da pesquisa e os elementos observados na realidade concreta, assegurando o rigor metodológico necessário à produção científica.

## 2.2. Pergunta de Partida, Objetivos Geral e Específicos

A pergunta de partida representa o ponto inicial da investigação científica. É a questão central que orienta a construção do problema de pesquisa, delimitando o foco do estudo e guiando a formulação dos objetivos e a escolha dos métodos (Marconi e Lakatos, 2003). Assim, a pergunta de partida desta pesquisa é: Como o Serviço Social Ecológico se relaciona com os povos indígenas para alcançar seus objetivos de sustentabilidade?

A partir dessa pergunta, elaboram-se os objetivos de pesquisa, que visam fornecer uma resposta consistente à problemática proposta. O objetivo geral da presente investigação é: Relacionar o trabalho do Serviço Social Ecológico com os povos indígenas brasileiros, com vista à promoção da sustentabilidade socioambiental.

Com base no objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Explorar a questão ambiental, seus impactos e a relação com as dimensões sociais no Brasil e no mundo;
2. Investigar as questões indígenas, sua relação com a sustentabilidade e com os desafios socioambientais contemporâneos;
3. Compreender a articulação do Serviço Social Ecológico, dentro das questões indígenas e das questões ambientais;
4. Analisar os desafios e as oportunidades do Serviço Social Ecológico com povos indígenas brasileiros, considerando suas especificidades culturais e ambientais;
5. Contribuir para o fortalecimento e o aprimoramento teórico-prático da abordagem do Serviço Social Ecológico.

## 2.3. Universo e Amostra

O universo e a amostra são elementos fundamentais no delineamento metodológico de uma pesquisa científica, pois definem os limites e o foco da coleta de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o universo (ou população) é o conjunto total de elementos que possuem as características que se deseja estudar. Já a amostra é uma parte representativa desse universo, selecionada para análise, tornando possível investigar a realidade de forma viável, sem que seja necessário abarcar a totalidade dos elementos.

Nesta investigação, o universo corresponde aos sujeitos diretamente envolvidos na atuação do Serviço Social com povos indígenas ou com questões ambientais, ou seja, assistentes sociais e pessoas indígenas. A amostra, por sua vez, foi definida de forma não probabilística, por critérios de acessibilidade e intencionalidade, como indicam Marconi e Lakatos (2003), quando referem que este tipo de amostragem “não oferece a cada elemento do universo a mesma chance de ser incluído, sendo selecionada com base em critérios subjetivos ou práticos” (p. 119). Essa opção justifica-se pela natureza qualitativa e interpretativa da pesquisa, bem como pela proximidade da pesquisadora com o campo, o que facilita o acesso aos sujeitos e permite uma relação de confiança e escuta ativa.

Foram selecionados, portanto, sete participantes para compor a amostra: três assistentes sociais que atuam diretamente com comunidades indígenas e/ou contextos de intervenção socioambiental, e quatro pessoas indígenas, pertencentes a diferentes etnias e territórios, que colaboram com projetos ou ações sociais voltadas à proteção ambiental e à defesa de direitos. A amostra é limitada, porém significativa, considerando as dificuldades de acesso e a profundidade analítica proposta.

A escolha deste grupo busca garantir a diversidade de perspectivas e experiências, reconhecendo tanto o olhar técnico-profissional quanto o saber ancestral e territorial dos povos originários. Essa composição enriquece a análise e está alinhada com os princípios da pesquisa qualitativa voltada à compreensão da realidade social em sua complexidade.

## 2.4. Lógica e Estratégia de Investigação

A definição da lógica e da estratégia de investigação é uma etapa essencial para orientar o percurso metodológico de uma pesquisa científica. Conforme exposto por Marconi e Lakatos (2003), a lógica da investigação refere-se ao modo de raciocínio utilizado pelo pesquisador para interpretar os dados e alcançar conclusões, enquanto a estratégia está relacionada à forma de abordagem adotada para a coleta e análise das informações.

A lógica adotada nesta pesquisa é indutiva, uma vez que parte da observação de realidades específicas para, a partir delas, construir compreensões mais amplas e interpretativas sobre o fenômeno

estudado. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a lógica indutiva é aquela “em que o pesquisador parte de dados particulares, observações empíricas, para formular generalizações, leis ou teorias” (p. 60). Este método se mostra adequado ao objetivo de compreender as experiências concretas vividas por assistentes sociais e pessoas indígenas em contextos de atuação socioambiental e comunitária.

Quanto à estratégia, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, experiências e relações com o território e com as instituições. A estratégia qualitativa, segundo Marconi e Lakatos (2003), é aquela que “valoriza o conteúdo simbólico, subjetivo e contextual dos dados” (p. 272), permitindo uma análise mais aprofundada das percepções e representações sociais.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve dimensões subjetivas, históricas e culturais, e pela necessidade de ouvir e valorizar as vozes dos sujeitos implicados na realidade investigada. Trata-se de compreender os sentidos das ações e das práticas no campo do Serviço Social em relação às populações indígenas, respeitando suas especificidades e formas próprias de organização e saber.

Essa estratégia possibilita ainda que a análise ultrapasse a mera descrição de dados, contribuindo para uma reflexão crítica e fundamentada sobre os desafios e potencialidades da atuação profissional em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

## **2.5. Dados da Investigação**

### **2.5.1. Técnica de Recolha de Dados**

A escolha das técnicas de recolha de dados nesta pesquisa está diretamente alinhada à abordagem qualitativa e à lógica indutiva adotada, buscando compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências, práticas e relações com o território e com a atuação profissional. As técnicas de coleta de dados devem ser coerentes com os objetivos do estudo e com a natureza do fenômeno investigado, favorecendo a produção de dados ricos, contextualizados e significativos (Marconi e Lakatos, 2003). Foram utilizadas, para este fim, duas técnicas principais: a entrevista semiestruturada e a análise documental.

A entrevista semiestruturada oferece flexibilidade na condução do diálogo, ao mesmo tempo em que garante a abordagem dos temas centrais definidos pela pesquisa. Essa técnica é especialmente eficaz em investigações qualitativas, pois permite explorar com profundidade as percepções, experiências e interpretações dos participantes, promovendo uma escuta sensível e respeitosa, adaptada ao ritmo e à linguagem de cada sujeito.

Foram elaborados dois guilões distintos de entrevista: o primeiro, direcionado a assistentes sociais que atuam com pessoas e comunidades indígenas em contextos de justiça socioambiental, com o objetivo de compreender a articulação entre teoria e prática na atuação profissional (**Anexo D – Guião de Entrevista: Assistente Social**); o segundo, voltado a pessoas indígenas de diferentes etnias, territórios e vivências, buscando captar suas visões, saberes e experiências em relação à proteção ambiental, ao relacionamento com a terra, ao Serviço Social e à luta por direitos (**Anexo E – Guião de Entrevista: Indígena**). Essa divisão possibilita a construção de um olhar mais amplo e dialógico sobre a temática, valorizando tanto a dimensão técnica quanto os saberes ancestrais e territoriais, sempre seguindo as questões éticas.

A análise documental foi utilizada como técnica complementar para examinar documentos institucionais, relatórios, legislações, artigos, livros e outros materiais produzidos por organizações indígenas, pesquisadores e entidades de apoio. A análise desses documentos permitiu compreender o contexto histórico, político e técnico da atuação no campo socioambiental, além de enriquecer a interpretação dos discursos com informações de natureza normativa e institucional.

### **2.5.2. Tratamento e Interpretação dos Dados**

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o tratamento dos dados refere-se à organização, classificação e sistematização das informações coletadas, de modo que possam ser analisadas de forma lógica e estruturada. A interpretação, por sua vez, envolve o exame crítico e reflexivo desses dados à luz do referencial teórico adotado, buscando compreender os significados, identificar padrões, relações, contradições e tirar conclusões relevantes. No caso de pesquisas qualitativas, o tratamento e interpretação dos dados não se baseiam em fórmulas estatísticas, mas em procedimentos analíticos mais abertos e flexíveis, voltados à compreensão profunda da realidade estudada.

Neste caso, foi utilizada a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), considerada apropriada para investigar significados implícitos e explícitos nos discursos. Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos que vão além da simples leitura ou descrição dos dados.

A análise de conteúdo temática foi aplicada tanto às entrevistas quanto aos documentos analisados, seguindo três fases metodológicas: Pré-análise, com as escolhas de material; Exploração do material, com a codificação e categorização dos temas; Tratamento dos resultados e interpretação, com base no referencial teórico da pesquisa (Bardin, 2011).

Essa técnica permitiu identificar categorias relevantes relacionadas à sustentabilidade, às práticas ecológicas, à atuação do Serviço Social e à interculturalidade indígena, evidenciando padrões, contradições e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. A análise buscará destacar tanto os elementos de resistência e saber ancestral dos povos indígenas quanto às estratégias de atuação profissional voltadas à ecologia, a questão indígena e a justiça socioambiental.

## **2.6. Limitação do Estudo**

Como toda investigação científica, esta pesquisa apresenta limitações que devem ser reconhecidas, especialmente em razão da sua natureza qualitativa, do contexto territorial específico e dos recursos disponíveis.

Uma limitação refere-se ao número reduzido de participantes. Embora a amostra de sete pessoas, três assistentes sociais e quatro pessoas indígenas seja suficiente para uma abordagem qualitativa e exploratória, ela não tem a pretensão de representar a diversidade e a complexidade de todas as experiências existentes nesse campo. No entanto, busca-se alcançar profundidade analítica, valorizando o caráter interpretativo da pesquisa.

As condições de tempo e recursos também representaram fatores limitadores. A realização das entrevistas dependia da disponibilidade dos participantes e da viabilidade de estabelecer contato com sujeitos que, muitas vezes, se encontravam em regiões de difícil acesso ou com conexões limitadas. Além disso, a diferença de fuso horário influenciou significativamente o andamento da pesquisa. A pesquisadora precisou adaptar-se à agenda dos entrevistados, o que resultou na realização de encontros em horários atípicos, inclusive durante a madrugada, com entrevistas que se estenderam até às três horas da manhã. Essa dinâmica exigiu um elevado grau de flexibilidade, comprometimento e esforço físico, acarretando momentos de grande cansaço ao longo do período investigativo e impactando diretamente o cronograma da pesquisa.

Por fim, destaca-se a questão da localidade. Apesar da pesquisa ter sido realizada no contexto acadêmico português, a pesquisadora estava na Alemanha, e seu objeto de estudo está situado em território brasileiro. Essa distância geográfica implicou desafios na construção de redes, no acompanhamento direto das ações e na articulação institucional com atores e organizações locais.

Apesar dessas limitações, reconhece-se que elas não comprometeram os objetivos centrais da investigação, mas sim evidenciaram a necessidade de sensibilidade metodológica e ética na condução de estudos com povos indígenas e em contextos interculturais e socioambientais complexos.

## **2.7. Ética na Investigação**

Esta investigação cumpre os princípios e orientações definidos no Código de Conduta Ética na Investigação do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL, 2016), no quadro das atribuições da Comissão de Ética do ISCTE, conforme o Despacho n.º 7095/2011 (Diário da República, 2.ª série - N.º 90 - de 10/06/2011). Todas as fases do estudo foram orientadas por critérios de responsabilidade, integridade, respeito à dignidade dos participantes e proteção dos dados pessoais, conforme também estabelecido na Lei n.º 59/2019, que assegura a execução do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Adotou-se também o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal, garantindo uma atuação comprometida com a dignidade humana, a justiça social, a autodeterminação, a integridade científica e o respeito pelos sujeitos envolvidos.

Um dos pilares desta investigação é o consentimento livre, informado e esclarecido. Conforme as diretrizes do ISCTE-IUL (2016), os/as participantes foram plenamente esclarecidos sobre os objetivos do estudo, os procedimentos metodológicos, a natureza da sua participação, bem como o seu direito de

recusar ou interromper a participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. A participação foi estritamente voluntária, anônima e confidencial (**Anexo C** – Consentimento Informado).

Por se tratar de uma investigação que envolve pessoas pertencentes a populações potencialmente vulneráveis, como os povos indígenas, houve compromisso ético ainda mais rigoroso, sobretudo em razão das vulnerabilidades históricas e sociais envolvidas. Assim, teve-se uma atenção redobrada à segurança emocional, cultural e identitária dos participantes, respeitando os seus modos próprios de organização, expressão e entendimento. Neste sentido, foi adotada uma postura ética dialógica e intercultural, pautada pelo reconhecimento da diversidade e da legitimidade dos saberes tradicionais, evitando qualquer forma de exploração, apropriação indevida ou exotização das falas.

Ao longo de todo o processo de investigação, foram garantidos a transparência e o compromisso com a veracidade dos procedimentos adotados, bem como a fidelidade na apresentação dos dados, resultados e interpretações, assegurando que tudo fosse conduzido com rigor, integridade e imparcialidade

### Capítulo III - Análise e Discussão de Resultados

A análise e discussão de resultados corresponde a uma etapa fundamental da pesquisa científica, pois é nela que os dados coletados são interpretados à luz do referencial teórico adotado, possibilitando a identificação de padrões, relações e significados. Essa fase visa não apenas apresentar os dados, mas compreendê-los de maneira crítica, contextualizando-os com os objetivos da investigação e confrontando-os com hipóteses ou discussões teóricas previamente estabelecidas. Trata-se, portanto, de um momento de reflexão aprofundada sobre os achados empíricos, permitindo ao pesquisador tirar conclusões fundamentadas e contribuir para o avanço do conhecimento na área estudada (Marconi e Lakatos, 2003).

Neste capítulo apresentam-se os resultados na sequência da aplicação de entrevistas e respectiva análise, considerando o referencial teórico desta pesquisa.

#### 3. 1. Caracterização dos inquiridos

A caracterização da amostra refere-se à descrição sociodemográfica e profissional dos participantes da pesquisa, permitindo compreender o perfil dos sujeitos envolvidos e contextualizar as análises dos dados coletados. Essa etapa é fundamental para garantir a transparência metodológica e reforçar a validade das conclusões obtidas com base nas percepções dos entrevistados.

Nesta pesquisa, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, sendo três com assistentes sociais que atuam com povos indígenas e quatro com pessoas indígenas pertencentes a diferentes etnias e regiões do Brasil. As amostras são espelhadas em dois quadros (**Anexo F** – Caracterização dos Entrevistados: Assistentes Sociais e **Anexo G** – Caracterização dos Entrevistados: Indígenas).

Das sete entrevistas realizadas, três foram com assistentes sociais que atuam diretamente com povos indígenas, seja em órgãos públicos como a FUNAI e a CASAI, seja em projetos e atividades de campo; e quatro entrevistas foram com pessoas indígenas pertencentes a diferentes etnias e regiões do Brasil.

No grupo dos assistentes sociais, duas são do sexo feminino e um do sexo masculino. As idades variam entre 33 e 41 anos, sendo que duas profissionais têm 41 anos e um tem 33 anos. Dois desses profissionais atuam no estado do Mato Grosso e um no estado de Roraima. Todos possuem graduação em Serviço Social, sendo que uma das entrevistadas também possui mestrado e doutorado em Antropologia. O tempo de atuação profissional com povos indígenas varia entre 7 e 13 anos, refletindo um grau elevado de experiência no campo. Quanto às funções, um atua no Serviço Social Indígena, outro na saúde indígena por meio da CASAI, e outro na gerência de Proteção Social na Funai, mas também com experiência na área da saúde indígena.

Já entre os participantes indígenas, três são do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades entre 25 e 47 anos. Eles pertencem às etnias Huni Kuin (Kaxinawá), Karitiana, Terena e Ye'pá Mahsã (clã Üremirí Sararó), tendo nascido nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas, respectivamente. Dois dos entrevistados migraram posteriormente para outras regiões do Brasil, fixando residência em Santa Catarina e São Paulo. No que se refere ao grau de escolaridade, dois participantes indígenas possuem ensino superior completo, um tem curso técnico e um concluiu o ensino médio. As áreas de formação incluem Relações Internacionais, Letras (Português-Espanhol), Comunicação, Massoterapia e Artes. Tirando um participante, todos estão inseridos no mundo do trabalho, desempenhando múltiplas funções. Entre as ocupações declaradas estão terapeuta tradicional, ativista, artista plástico, palestrante, gestor de projetos e professora em escola indígena, revelando trajetórias profissionais híbridas e comprometidas com a valorização de saberes tradicionais e o fortalecimento das comunidades indígenas. A amostra reflete uma diversidade relevante em termos de gênero, formação, localização geográfica e inserção social, tanto no campo técnico-profissional quanto nas práticas e vivências indígenas. Essa diversidade permite um olhar amplo sobre as interseções entre território, cultura, meio ambiente e a atuação do Serviço Social no contexto indígena brasileiro.

#### 3. 2. Análise dos Resultados

##### 3.2.1. Assistentes Sociais Entrevistados

A partir da entrevista com um guião pré-elaborado (**Anexo D** – Guião de Entrevista: Assistente Social), realizada com assistentes sociais diversos que trabalham com a população indígena, observam-se



elementos centrais para compreender as inter-relações entre meio ambiente, território e os saberes indígenas, no contexto do Serviço Social Ecológico. Os dados foram analisados à luz de sete categorias temáticas, das quais emergiram vinte e uma dimensões que revelam as experiências, desafios e propostas destes profissionais frente à questão indígena e ambiental (**Anexo H** – Tabela de Categorias e Dimensões: Assistente Social). Cada dimensão é discutida com o apoio de excertos das entrevistas, identificados por números (#AS01, #AS02 e #AS03, respectivo a ordem de cada entrevista), a fim de preservar o anonimato e garantir o rigor ético da pesquisa.

- **Categoria 1 - Desafios socioambientais**

Nesta categoria foram identificadas três dimensões: a fragilidade na formação profissional sobre meio ambiente; a invisibilidade da questão ambiental nas políticas públicas e na atuação cotidiana; e as barreiras sociopolíticas e ideológicas para atuação crítica (como o conservadorismo, preconceitos e visão distorcida de desenvolvimento).

**Dimensão 1:** Fragilidade na formação profissional sobre meio ambiente - A formação profissional em Serviço Social ainda apresenta fragilidades significativas no que diz respeito à temática ambiental. Mesmo diante do agravamento das crises ecológicas e da centralidade do território nas lutas por direitos, o meio ambiente segue sendo um tema marginal nos currículos universitários brasileiros. A ausência de disciplinas voltadas à questão socioambiental impede que futuros profissionais desenvolvam uma compreensão crítica das relações entre natureza, desigualdade social e políticas públicas. Esse vazio formativo torna-se especialmente problemático nas regiões onde o trabalho do/a assistente social está diretamente ligado à defesa dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

As falas dos profissionais entrevistados revelam que o conhecimento sobre a questão ambiental muitas vezes é construído tardiamente, no exercício prático, e de maneira improvisada. A formação "de linha humana", como apontado por um dos entrevistados, falha ao não reconhecer que as questões ecológicas atravessam diretamente as condições de vida, saúde, segurança alimentar e vínculos culturais das populações atendidas. Ao não integrar essas dimensões no percurso acadêmico, as instituições de ensino produzem profissionais pouco preparados para intervir de forma crítica em contextos marcados por conflitos socioambientais.

Essa desconexão entre formação e realidade compromete não apenas a efetividade da atuação profissional, mas também a própria ética da intervenção. Trabalhar com povos indígenas exige escuta qualificada, compreensão do vínculo com o território e respeito aos saberes ancestrais, competências que não se improvisam. Para que o Serviço Social esteja à altura dos desafios do presente, é urgente que a dimensão ambiental seja incorporada de forma estruturada nas diretrizes curriculares, como parte do compromisso com a justiça social e ambiental.

Então, um dos maiores desafios é na questão da formação, com a carência de temas ambientais, e a conexão dela com as práticas (#AS01).

Na minha formação não teve absolutamente nada sobre meio ambiente. Isso fui aprender depois, na prática (#AS02).

O SS traz muito uma formação de linha humana, acho que nas próprias universidades falta a veiculação de entender que sem a questão ambiental não existe humanidade (#AS02).

Eu percebo que a formação ainda está muito distante da realidade dos territórios, especialmente no que diz respeito à questão ambiental (#AS03). Dentro da minha formação eu não tive disciplinas que dialogassem com esse tema. Eu apenas me deparei com a questão ambiental quando eu já estava trabalhando com povos indígenas, isso porque a base do trabalho com os povos indígenas é a demarcação de terra, território e preservação (#AS03).

**Dimensão 2:** Invisibilidade da questão ambiental nas políticas públicas e na atuação cotidiana - A invisibilidade da temática ambiental nas políticas públicas e na atuação cotidiana do Serviço Social reflete uma dissociação histórica entre as agendas sociais e ecológicas no campo institucional. Apesar da emergência climática e da crescente interdependência entre meio ambiente e qualidade de vida, o ambiental continua sendo tratado como um assunto periférico, técnico ou ambientalista, e não como uma dimensão central da questão social. Essa negligência se manifesta não apenas na formulação das políticas, mas também no cotidiano das instituições, onde a lógica sectorializada impede a articulação entre áreas como meio ambiente, saúde, assistência e educação.

As experiências relatadas por assistentes sociais que atuam em territórios vulnerabilizados evidenciam essa fragmentação. Os profissionais que atuam com populações indígenas, apontam que os órgãos ambientais são raramente convocados para instâncias decisórias como conselhos ou planejamentos intersetoriais. Ainda mais grave é o silêncio institucional: gestores e coordenadores de políticas sociais não incluem a pauta ecológica nas agendas, mesmo quando lidam diretamente com populações afetadas por desmatamento, contaminação de rios ou insegurança alimentar decorrente da degradação ambiental.

Essa separação entre “meio ambiente” e “questão social” não é neutra, pois ela reforça a invisibilidade de populações que vivem da terra, da água e do território, como os povos indígenas. Ao não reconhecer a centralidade da dimensão ecológica na construção de condições dignas de vida, o Estado falha duplamente, em que ignora os impactos diretos da destruição ambiental sobre os corpos e as culturas dessas populações e perpetua a lógica desenvolvimentista que marginaliza os saberes e modos de vida sustentáveis. Como destaca Dominelli (2012), a prática profissional do Serviço Social precisa romper com essa fragmentação, assumindo uma perspectiva socioecológica que articule justiça social e ambiental como dimensões indissociáveis. O desafio, portanto, não é apenas incluir a pauta ambiental nas políticas públicas, mas reposicioná-la como eixo transversal das lutas por justiça social.

Hoje, diante das crises climáticas e do contexto do Brasil contemporâneo, com muitas fake news, o desafio é firmar o discurso da importância da preservação ambiental (#AS01). Os projetos voltados ao meio ambiente e áreas de preservação ambiental, o pessoal do meio ambiente não é muito acionado para as reuniões, para a participação de conselhos municipais (#AS01).

Eu vejo que os órgãos de meio ambiente quase não se articulam com a assistência social. É como se fossem mundos separados (#AS02).

Trabalhei com política de assistência e nunca ouvi nenhum gestor falar sobre questão ambiental (#AS03).

**Dimensão 3:** Barreiras sociopolíticas e ideológicas para atuação crítica - A atuação crítica do Serviço Social Ecológico com povos indígenas encontra obstáculos profundos que não se limitam à estrutura institucional, mas atravessam ideologias conservadoras e interesses de poder enraizados na lógica capitalista de desenvolvimento. Essa lógica, historicamente colonial e exploratória, considera os povos indígenas como entraves ao progresso (a partir do ideal de progresso capitalista ocidental) por não se alinharem à racionalidade produtivista baseada na exploração intensiva da terra e dos recursos naturais. A criminalização das pautas ambientais e o preconceito contra a existência indígena como projeto de vida alternativo, tornam o exercício profissional em defesa desses territórios uma ação politicamente tensionada. Assistentes sociais que levantam temas como preservação ambiental, racismo ambiental ou direitos territoriais são frequentemente desacreditados em espaços institucionais, o que revela o esvaziamento político do próprio compromisso ético da profissão quando confrontado com o conservadorismo social e institucional.

As falas dos entrevistados mostram como essas barreiras operam tanto no cotidiano da intervenção quanto nas relações internas da própria categoria profissional. O silenciamento de pautas nos espaços de conferência, o preconceito disseminado contra os povos indígenas e a associação entre discurso ambiental e agendas “externas” à profissão evidenciam uma cisão entre o projeto crítico do Serviço Social e sua prática real em contextos atravessados pela ideologia neoliberal e por forças reacionárias. Romper com essas estruturas exige não apenas formação crítica, mas posicionamento político ativo. O reconhecimento dos povos originários como sujeitos históricos e ecológicos é incompatível com práticas profissionais neutras. Portanto, atuar de forma comprometida com a justiça socioambiental implica confrontar narrativas que reforçam desigualdades e disputar os sentidos da profissão em diálogo com os movimentos indígenas e suas lutas por terra, cultura e existência.

Há uma visão dos povos indígenas e os povos ribeirinhos serem considerados, pela sociedade contemporânea capitalista, como povos que atrasam o desenvolvimento [...] quanto menos devastar e explorar, entende-se que está atrasando o desenvolvimento da sociedade (#AS01).

Esse processo de exclusão estrutural da população indígena é acompanhado de muitos achismos como ‘índio de iPhone’, ‘índio quer ter carro e moto’ (#AS02). As críticas que o ministério dos povos indígenas recebe, realmente enfraquece e gera uma má visibilidade, porque o olhar da sociedade ocidental já é preconceituosa em relação à questão indígena. Acha que não precisam de mais direitos, que a terra já é

o suficiente, que são vagabundos. Isso cria uma divisão, que é a estratégia da direita, dividir para tentar chegar em alguma parcela (#AS02).

Quando levantei a questão ambiental na conferência, ouvi que isso era pauta de ONG e não de assistente social (#AS03). É muito difícil trabalhar com os povos indígenas no meu estado, pois boa parte dele é bolsonarista. Assim são poucos cidadãos e profissionais que tem aquela consciência de classe, do nosso projeto ético-político, da formação crítica, da formação marxista, dos processos reflexivos... então é muito difícil falar sobre esse tema dos povos indígenas (#AS03).

### ● **Categoria 2 - Mudanças estruturais ambientais**

Na categoria das mudanças estruturais ambientais foram identificadas três dimensões: a inclusão da temática ambiental na formação e nas diretrizes curriculares do Serviço Social; a necessidade de articulação interinstitucional e regional para fortalecimento de políticas; e as limitações estruturais na pesquisa, financiamento e atuação profissional.

**Dimensão 1:** Inclusão da temática ambiental na formação e nas diretrizes curriculares do Serviço Social - A formação profissional em Serviço Social tem avançado em diversos campos, mas ainda apresenta uma lacuna significativa quando se trata da inserção estruturada da temática ambiental. Em um contexto marcado por múltiplas crises ecológicas e pelo aprofundamento das desigualdades socioambientais, torna-se urgente revisar as diretrizes curriculares da graduação para incluir de forma crítica e transversal os conteúdos relacionados à justiça ambiental, território e relações com a natureza. Essa mudança não deve ser entendida como simples atualização temática, mas como um redirecionamento ético-político da formação, em consonância com os princípios da profissão e com a necessidade de preparar profissionais aptos a intervir em realidades marcadas por conflitos ecológicos e violação de direitos.

As falas dos/as assistentes sociais entrevistados/as evidenciam essa urgência. Há um consenso de que a ausência de conteúdos ambientais durante a graduação compromete a qualidade da atuação profissional, sobretudo junto aos povos indígenas, onde a defesa do território, da terra e dos recursos naturais é central. A ausência de formação crítica sobre meio ambiente dificulta a leitura das expressões da questão social em contextos de devastação ecológica, invisibilizando as conexões entre a violação de direitos e a destruição dos modos de vida tradicionais. Os profissionais relatam a necessidade de incluir a questão ambiental não apenas como um conteúdo específico, mas como eixo transversal e permanente na formação, capaz de fortalecer a articulação entre teoria e prática e ampliar a capacidade de análise e intervenção nos territórios.

Revisar as diretrizes curriculares, portanto, não é apenas uma tarefa pedagógica, mas uma ação de reposicionamento do Serviço Social diante dos desafios da atualidade. Inserir a temática socioambiental nos processos formativos significa reconhecer que não há justiça social sem justiça ambiental, e que a formação profissional precisa estar à altura das complexidades históricas, culturais e ecológicas dos territórios onde se atua.

A partir do SS, o diálogo pode ser mais efetivo para construir outras políticas públicas, ou mesmo ações pontuais dentro do local em que está pretendendo colaborar (#AS01).

É preciso vir para a nossa grade curricular a informação profissional sobre as questões ambientais, que ainda hoje não tem (#AS02). É preciso que essa questão seja ampliada dentro do conjunto profissional e posterior a isso, levar para a grade curricular também (#AS02).

Estamos revisando os currículos de SS, e agora que a questão ambiental está sendo colocada em pauta (#AS03).

**Dimensão 2:** Necessidade de articulação interinstitucional e regional para fortalecimento de políticas - A atuação com povos indígenas em contextos de forte pressão socioambiental exige que o Serviço Social opere como mediador entre diferentes setores e regiões, promovendo articulações que deem conta da complexidade dos territórios. As falas dos assistentes sociais entrevistados evidenciam que, apesar da sobrecarga enfrentada pela categoria, seu papel como elo entre políticas públicas é central, especialmente quando há conexão efetiva com outras redes e setores. A ausência de articulação interinstitucional e regional compromete diretamente a efetividade das políticas ambientais e indígenas. Profissionais que atuam na ponta denunciam o isolamento de órgãos como o Ministério dos Povos Indígenas, que, mesmo com diretrizes estabelecidas, não consegue operar de forma integrada

por falta de envolvimento de outros ministérios e instâncias públicas. Essa fragmentação institucional fragiliza o atendimento às comunidades, impede ações duradouras e reproduz a lógica de políticas pontuais, desconectadas da realidade dos territórios.

Ao mesmo tempo, os entrevistados reconhecem a potência de uma ação conjunta entre o Serviço Social Ecológico, o Serviço Social indígena, a educação e a assistência social. Essa junção, quando ocorre, permite uma construção técnica mais consistente, ancorada no território e na escuta das comunidades. No entanto, fatores estruturais como o isolamento geográfico e as desigualdades regionais, como no caso de estados da Amazônia Legal, aprofundam os desafios, tornando evidente que a desarticulação entre regiões e instâncias de governo é também uma expressão da desigualdade territorial.

Se assistente social for bem articulado com as demais redes, se tiver interface com os outros setores, o SS apesar de sobrecarregado ele é um elo entre essas outras áreas (#AS01). O ministério dos povos indígenas fica sobrecarregado, tem uma interface de atuação, mas ainda não é efetiva porque as outras áreas precisam estar ligadas a este ministério. Precisa ter a atuação do ministério da população negra, dos direitos humanos e muitos outros (#AS01).

A junção do Serviço Social Ecológico com o Serviço Social indígena, da assistência social, da educação que atendem a essa comunidade, podem e devem se unir para que a gente consiga fazer uma discussão inclusive técnica e palpável, produzir conteúdo e levar isso adiante (#AS02).

Roraima, Amapá e Acre são estados afastados [...] é preciso ter uma reparação financeira por parte de outros estados mais ricos (#AS03).

**Dimensão 3:** Limitações estruturais na pesquisa, financiamento e atuação profissional - A atuação do Serviço Social Ecológico com povos indígenas enfrenta desafios estruturais que comprometem a efetividade das ações socioambientais e a construção de políticas públicas duradouras. Uma questão central apontada pelos assistentes sociais entrevistados é a escassez de recursos para formação e pesquisa, que restringe o desenvolvimento acadêmico dos profissionais que atuam com as comunidades indígenas. Em estados como Mato Grosso, como mencionado por um dos entrevistados, há uma carência de programas de pós-graduação e mestrado, o que força os profissionais a se deslocarem, dificultando a continuidade dos estudos e o aprofundamento da pesquisa que fundamenta uma atuação qualificada. Essa limitação é agravada pela falta de concursos públicos em áreas essenciais, como a saúde indígena, gerando um quadro de mão de obra insuficiente e sobrecarregada, o que fragiliza o acompanhamento das demandas complexas e específicas dessas populações. A consequência direta é a precarização do trabalho e a dificuldade na criação de vínculos consistentes, que são fundamentais para uma intervenção ética e contextualizada.

Além da limitação no corpo profissional, a instabilidade no financiamento dos projetos representa outra barreira estrutural significativa. Os entrevistados destacam que muitos programas dependem de recursos governamentais limitados e de curto prazo, o que torna a continuidade das ações incerta. Em regiões como Roraima, Amapá e Acre, a ausência de orçamento suficiente compromete a implementação de projetos importantes para a proteção territorial e a promoção da saúde dos povos indígenas. Exemplos como o fim previsto do financiamento para o “Crédito Yanomami” refletem o risco de desmonte dos serviços e a perda de profissionais dedicados ao atendimento dessas comunidades. Essa instabilidade reforça uma lógica de precariedade institucional, que desvaloriza a atuação do Serviço Social e invisibiliza as necessidades socioambientais indígenas, dificultando a construção de políticas públicas eficazes e sustentáveis.

Normalmente as pessoas que se formam não têm recursos financeiros para continuar os estudos. Então quando forma tem que, de imediato, procurar trabalho. Isso faz com que o SS, no campo da pesquisa, seja muito pequeno. Um exemplo é que no Mato Grosso não tem Mestrado em SS, se quiser fazer tem que se mudar (#AS02). Dentro da saúde indígena, não temos concurso há quase 10 anos. Atualmente a mão de obra é muito pouca e o profissional fica sobrecarregado (#AS02).

Esses estados [Roraima, Amapá e Acre] não têm dinheiro para poder aplicar em projetos com essas populações (#AS03). O crédito Yanomami só vai até 2026 e depois o governo do estado não vai ter mais dinheiro para pagar o meu salário e de outros profissionais que trabalham na área indígena (#AS03).

- **Categoria 3 - Serviço Social Ecológico**

Na categoria Serviço Social Ecológico, foram identificadas três dimensões: a valorização dos saberes ancestrais e vínculo com o território; a atuação política e defesa ativa do meio ambiente e dos direitos humanos; e a conscientização do papel crítico do Serviço Social na proteção ambiental e territorial.

**Dimensão 1:** Valorização dos saberes ancestrais e vínculo com o território - A valorização dos saberes ancestrais e do vínculo com o território emerge como dimensão central no Serviço Social Ecológico junto aos povos indígenas. Essa abordagem reconhece que as práticas tradicionais de cuidado com a terra, os ciclos naturais e as relações simbólicas com o ambiente não são apenas saberes locais, mas formas sofisticadas de conhecimento que fundamentam modos de vida sustentáveis e coerentes com os princípios da ecologia social. De acordo com a definição global de Serviço Social aprovada em Melbourne, em 2014, a profissão é sustentada não apenas pelas ciências sociais e humanas, mas também pelos conhecimentos indígenas, integrando saberes diversos para responder aos desafios contemporâneos (IFSW & IASSW, 2014). No exercício profissional, a escuta atenta e o respeito às experiências e valores indígenas possibilitam uma atuação mais sensível, transformadora e alinhada à realidade das comunidades. As experiências relatadas evidenciam práticas como hortas comunitárias, o cuidado espiritual com o solo e a dimensão coletiva do trabalho com a terra como expressões desse saber ancestral que, longe de ser um resquício do passado, se reafirma como uma base viva para alternativas sustentáveis no presente.

Eu buscava como estratégia ouvir muito os povos indígenas [...] trabalhar a terra, fazer uma horta comunitária, de modo que pudesse, com a sabedoria ancestral deles, dar uma outra vida para a terra e para a comunidade (#AS01). Essa relação de troca pode ser muito positiva para os dois lados (#AS01).

Os conhecimentos ancestrais precisam estar inseridos dentro do Serviço Social Ecológico para uma melhor intervenção (#AS02).

Os indígenas não estão desconectados com a terra, muito pelo contrário. É preciso pedir permissão da vovó barro para plantar macaxeira e para fazer a roça (#AS03).

Mais do que integrar esses conhecimentos às práticas profissionais, os relatos apontam para uma inversão de perspectiva, em que não se trata apenas de o Serviço Social apoiar a preservação dos saberes ancestrais, mas de reconhecer que são justamente esses valores que fortalecem e orientam a prática do Serviço Social Ecológico. Essa concepção exige da profissão uma postura de humildade epistêmica e abertura para o aprendizado mútuo, onde o vínculo com o território não é visto apenas como contexto de intervenção, mas como fundamento das relações e das estratégias coletivas de resistência. A presença constante da terra como elemento espiritual, afetivo e político nas falas dos profissionais indica que atuar com povos indígenas implica necessariamente reconhecer que o território é sujeito, e não cenário, das práticas sociais. Nesse sentido, o saber ancestral não é um complemento, mas um eixo estruturante da ação profissional comprometida com a justiça socioambiental e a autonomia dos povos indígenas.

Eu penso que é o inverso, porque são os valores ancestrais que potencializam o Serviço Social Ecológico (#AS03).

**Dimensão 2:** Atuação política e defesa ativa do meio ambiente e dos direitos humanos - A prática do Serviço Social Ecológico junto a povos indígenas exige um posicionamento político claro e comprometido com a defesa dos direitos humanos e da integridade ambiental. A atuação profissional não se limita ao acompanhamento de demandas individuais ou familiares, mas se insere em um contexto de enfrentamento permanente às violações de direitos, à desigualdade no acesso a políticas públicas básicas e à degradação ambiental. A defesa do território, da saúde, da educação e da soberania alimentar das comunidades indígenas torna-se, assim, parte indissociável da ação profissional. Nesse processo, o assistente social assume o papel de agente de resistência, atuando tanto no cotidiano das comunidades quanto nos espaços institucionais e políticos, onde são travadas disputas estruturais pelo reconhecimento e garantia dos direitos coletivos.

Esse engajamento cotidiano não ocorre sem desafios. O enfrentamento das injustiças ambientais e sociais exige preparo teórico, atualização constante e fidelidade aos princípios éticos da profissão. Nesse sentido, o Código Deontológico dos Assistentes Sociais de Portugal reafirma que os profissionais têm o dever de intervir em favor da justiça social, dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental, sendo orientados por valores como a dignidade humana, a autodeterminação dos povos e a responsabilidade

coletiva perante o ambiente (APSS, 2018). Estar ao lado das comunidades, fortalecendo sua autonomia e visibilizando suas pautas, é também um ato de preservação da vida e das formas tradicionais de existência. Assim, o Serviço Social Ecológico se firma como uma prática profundamente ética e política, que compreende a luta pelo meio ambiente como inseparável da luta pelos direitos dos povos indígenas.

Essa atuação encontra respaldo direto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948, Art. 1º) e que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos” (ONU, 1948, Art. 25). Ao articular essas diretrizes com o cotidiano das populações indígenas, os profissionais do Serviço Social reforçam que a garantia de direitos fundamentais não pode ser dissociada da proteção dos territórios e do modo de vida tradicional dos povos. A luta por justiça ambiental é, portanto, também uma luta por dignidade humana, autodeterminação e equidade, princípios universais que sustentam a intervenção ética e crítica da profissão.

O SS está presente na luta para que o território continue sendo garantido, que os direitos sejam garantidos dentro e fora da constituição, mas é uma luta que não tem fim (#AS01).

A nossa briga é muito contínua, porque além de trabalhar em contexto familiar e comunitário, a gente precisa brigar lá em cima por questões muito óbvias para garantir o acesso à saúde, à educação, à alimentação (#AS02). O SS vai garantir a equidade simplesmente respeitando os profissionais, o código de ética [...] é necessário para ler, discutir e refletir, mas antes de tudo, me atualizar (#AS02).

O ativismo está muito presente, mostrar que estamos trabalhando pela defesa dos direitos humanos (#AS03). Falar de meio ambiente é falar sobre preservação da vida e da defesa do território (#AS03).

**Dimensão 3:** Conscientização do papel crítico do Serviço Social na proteção ambiental e territorial - Foi visto com as entrevistas realizadas que há uma crescente conscientização entre os assistentes sociais sobre seu papel crítico na mediação entre território, natureza e sociedade, especialmente no contexto da atuação com povos indígenas. As falas indicam que, mesmo em contextos de extrema precariedade e ausência de políticas públicas duradouras, a presença do Serviço Social tem contribuído significativamente para o fortalecimento das comunidades, promovendo o diálogo e a construção coletiva de alternativas. Profissionais relataram que, apesar da limitação de recursos, sua atuação possibilitou processos de escuta, articulação comunitária e elaboração de estratégias voltadas à proteção do território.

Além disso, ficou evidente que essa atuação crítica não ocorre de forma isolada, mas tem se consolidado por meio de uma mobilização coletiva da categoria, sobretudo em regiões historicamente desassistidas, como o Norte do país. Foi relatado que o fortalecimento do Serviço Social enquanto campo comprometido com os direitos humanos e com a justiça ambiental vem sendo construído a partir da escuta ativa das populações indígenas e da abertura para integrar os saberes da natureza às estratégias de intervenção. Conforme argumenta Rocha (2016), o modelo eco-social reforça a necessidade de práticas profissionais que integrem sustentabilidade e justiça social, reconhecendo a interdependência entre a proteção ambiental e a garantia de condições dignas de vida para comunidades vulneráveis. A experiência dos profissionais aponta para a necessidade de uma prática que vá além da assistência pontual e se comprometa com a transformação estrutural, reforçando o Serviço Social Ecológico como uma ferramenta de resistência e defesa do território. A atuação, nesses termos, torna-se também um processo de formação política contínua, tanto para os profissionais quanto para as comunidades com as quais constroem suas ações. Desta forma, o Serviço Social atua como mediador de conflitos socioambientais e promotor de justiça ecológica.

O SS chegou em um momento oportuno, não só pela questão do recurso (que era muito pouco), mas também com o fortalecimento daquela comunidade (#AS01). A partir do SS o diálogo pode ser mais efetivo para construir outras políticas públicas (#AS01).

Quando o SS se abre de fato para entender o que é a natureza, ele consegue utilizar todas as ferramentas a seu favor para qualquer tipo de intervenção (#AS02).

A gente tem, enquanto categoria e coletivo, esse movimento desde o ano passado. Falar de nós, profissionais do norte do país, para essa retomada de consciência, e mostrar que estamos trabalhando pela defesa dos direitos humanos, para a população que trabalhamos, o território é vida (#AS03).

- **Categoria 4 - Serviço Social Ecológico e povos indígenas**

Sobre a categoria do Serviço Social Ecológico e povos indígenas, foram identificadas três dimensões: a interconexão entre natureza, cultura e território na lógica indígena; o distanciamento entre teoria e prática institucional na atuação com povos indígenas; e o reconhecimento da importância da união entre o SS ecológico e o SS indígena para atuação integrada.

**Dimensão 1:** Interconexão entre natureza, cultura e território na lógica indígena - As entrevistas evidenciaram que os assistentes sociais que atuam com povos indígenas têm reconhecido, de forma crescente, que a noção de meio ambiente, para essas populações, está profundamente entrelaçada com dimensões culturais, espirituais e identitárias. Foi possível perceber que, para os povos indígenas, não há separação entre natureza, território e vida social, pois a terra é extensão do ser, fonte de memória, cuidado e pertencimento. A partir dessa compreensão, os profissionais apontaram que proteger o meio ambiente, nesses contextos, significa também preservar modos de vida, saberes ancestrais e vínculos históricos com o território. Assim, o Serviço Social Ecológico, ao se comprometer com a justiça ambiental, precisa igualmente reconhecer e respeitar a cosmovisão indígena, superando visões fragmentadas ou meramente utilitaristas da natureza (Carneiro da Cunha, 2009). Essa escuta sensível e esse reconhecimento das epistemologias indígenas têm ampliado o olhar dos profissionais, levando-os a rever práticas e a construir intervenções mais enraizadas, culturalmente situadas e politicamente comprometidas com a vida em sua totalidade.

Onde há presença indígena, pressupõe que o ambiente está vivo e preservado” (#AS01).

É compreender todo esse processo e entender a população indígena como parte daquilo, como seres da natureza (#AS02). O meio ambiente é a saúde da população indígena (#AS02).

‘Meio-ambiente’ é uma categoria que nós, não indígenas, criamos. Para os indígenas, é uma totalidade, a terra faz parte da construção dele enquanto ser social (#AS03). Para os indígenas a natureza é parte integrante da vida social deles (#AS03).

**Dimensão 2:** Distanciamento entre teoria e prática institucional na atuação com povos indígenas - As falas dos assistentes sociais revelam um distanciamento entre os fundamentos teóricos do Serviço Social e as condições reais de trabalho vivenciadas nos contextos indígenas. Foi observado que, embora a formação profissional enfatize a importância do planejamento participativo, da interdisciplinaridade e do respeito às especificidades culturais, na prática institucional esses princípios são frequentemente negligenciados. Os relatos indicam a ausência de equipes técnicas preparadas, materiais de referência escassos e uma compreensão limitada, por parte das instituições, sobre o papel do assistente social no contexto indígena. Esse cenário produz fragilidades na intervenção, especialmente quando não há deslocamento aos territórios ou apoio de especialistas como antropólogos, o que compromete a escuta qualificada e o diálogo intercultural. A precarização das condições de trabalho e a superficialidade das abordagens institucionais acabam por limitar a efetividade da atuação.

Chegar lá foi muito difícil, não teve uma equipe técnica de apoio, como antropólogo, para ajudar a moldar a intervenção (#AS01).

Trabalhar com a saúde indígena vai muito além do que mostra no edital (#AS02). Quando eu fui para a CASAI e fui parar para ler os materiais e as produções que tinha, eu não tinha (#AS02).

A CASAI tem um entendimento muito raso sobre o que é o trabalho do assistente social (#AS03). Na CASAI que trabalhei não havia a prática de ir para o território, mesmo sendo atenção básica (#AS03).

**Dimensão 3:** Reconhecimento da importância da união entre o SS ecológico e o SS indígena para atuação integrada - A dimensão que trata da integração entre o Serviço Social Ecológico e o Serviço Social que se constrói com os povos indígenas traz à tona a urgência de uma prática mais dialógica e horizontal. Ambas as abordagens compartilham princípios fundamentais, como a defesa da vida, do território, da dignidade humana e da justiça social, mas muitas vezes caminham de forma paralela, sem articulação efetiva. É fundamental que essas práticas se encontrem e dialoguem, reconhecendo os saberes ancestrais como fundamentais na construção de estratégias de proteção ambiental e social. Essa união não representa uma sobreposição, mas sim uma soma que fortalece ambos os campos de atuação.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que os profissionais reconhecem a potência dessa articulação, embora apontem que ela ainda está em construção. Um dos assistentes sociais entrevistados

destacou que o Serviço Social Ecológico deve buscar uma aproximação genuína com as lutas indígenas, compreendendo que esses povos não apenas ocupam territórios, mas são seus verdadeiros protetores históricos, com práticas sustentáveis muito anteriores à colonização. Outro profissional evidenciou que, apesar de existirem convergências teóricas entre as duas abordagens, na prática elas ainda são tratadas como campos distintos, o que dificulta ações integradas e verdadeiramente comprometidas com a realidade indígena.

As falas também revelam que essa separação entre os dois campos do SS não se sustenta diante da complexidade dos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas. Para os assistentes sociais entrevistados, fortalecer essa aliança entre o Serviço Social Ecológico e o que se constrói com os povos indígenas é o caminho para práticas mais enraizadas e efetivas, que respeitem os territórios, os modos de vida e a autonomia das comunidades.

Eu vejo a função do Serviço Social Ecológico como um Serviço Social mais conectado com as pautas que esses povos trazem, trabalhando de forma mais, mais conectada com esses povos, no sentido de não provocar mudanças através do SS, mas de trazê-los para perto, de entender que esses povos fazem a manutenção do meio ambiente a mais de 500 anos. Essa relação de troca pode ser muito positiva para os dois lados (#AS01).

Atualmente essa relação do Serviço Social Ecológico e o Serviço Social dos povos indígenas ainda está muito distante e, apesar de elas andarem juntas, são vistas de forma separada (#AS02).

É preciso reconhecer que uma coisa está totalmente ligada à outra e não se pode desvincular (#AS03).

#### ● **Categoria 5 - Serviço Social indígena e o impacto ambiental**

No que diz respeito a categoria sobre o Serviço Social indígena e o impacto ambiental, foram identificadas três dimensões: Impactos ambientais que geram fome, desnutrição, adoecimento e dependência química; as barreiras de acesso a serviços por conta de condições geográficas, climáticas e logísticas; e a destruição ambiental como causa de rompimentos culturais, sociais e territoriais.

**Dimensão 1:** Impactos ambientais que geram fome, desnutrição, adoecimento e dependência química - As entrevistas evidenciaram que os impactos ambientais nas comunidades indígenas vão muito além da degradação ecológica em si, afetando diretamente a saúde, a segurança alimentar e o bem-estar coletivo. A contaminação das águas por mercúrio decorrente do garimpo, a exaustão dos solos e a perda do território tradicional foram apontadas como fatores que contribuem para o aumento da fome, da desnutrição infantil, do adoecimento físico e emocional, e até mesmo do crescimento da dependência química e do alcoolismo. Esses efeitos revelam uma profunda conexão entre território e sobrevivência, indicando que a destruição ambiental também é uma forma de violência social e cultural. Foi possível observar, nas falas dos assistentes sociais, que a ausência de políticas públicas adequadas e de apoio agrava ainda mais a vulnerabilidade das comunidades.

Se a questão do cultivo não estiver em continuidade, àquela população vai passar a lidar com extremo calor sem ter ferramentas como se esconder (#AS01).

A região do povo Xavante, que fica na divisa entre o Mato Grosso e o Goiás, é uma região muito explorada e eles sofrem muito com esses impactos. Eles sofrem de fome e desnutrição. O meio ambiente é a saúde da população indígena (#AS02).

O garimpo também afetou a região do Ajarani com a exploração do ouro. Então eles têm um rio contaminado com mercúrio, a dependência química e, com a questão do alcoolismo, a produção deles diminuiu drasticamente (#AS03). Está acontecendo uma maior taxa de mortalidade infantil dentro da comunidade por causa do mercúrio na água em que eles consomem consequência dos garimpos (#AS03).

**Dimensão 2:** Barreiras de acesso a serviços por conta de condições geográficas, climáticas e logísticas - A dimensão das barreiras geográficas, climáticas e logísticas evidencia uma das faces mais concretas da exclusão vivida pelas populações indígenas: o impedimento físico ao acesso a direitos. As falas dos assistentes sociais demonstram que o deslocamento até as comunidades, ou destas até os centros urbanos, pode levar dias e exige múltiplos meios de transporte, como barcos, carros em estradas precárias e, em alguns casos, até aviões. Tudo dificultado por chuvas intensas, calor extremo e falta de infraestrutura. Essa realidade afeta diretamente a efetividade das políticas públicas e o trabalho técnico, como o acompanhamento de saúde, benefícios sociais ou qualquer intervenção de proteção social. Foi relatado, por exemplo, que uma família indígena pode levar até dez dias para chegar a uma cidade e,



mesmo assim, não conseguir atendimento. Tais obstáculos perpetuam uma lógica de exclusão estrutural, onde o direito existe formalmente, mas é inacessível na prática, revelando a urgência de repensar os modelos de atendimento e presença do Estado em territórios tradicionais.

O impacto ambiental dificulta meu trabalho em todos os sentidos, desde a saúde do indígena na sua comunidade, até o meu acesso a essa comunidade ou do acesso dela até os serviços (#AS02). Na maioria das vezes que eu vou tentar retirar alguém da área para encaminhar para algum lugar, eu preciso de um barco que dure 12h dentro do rio, mais 12h dentro do carro com estradas em péssimas condições, quando chove fica pior. Tem comunidades que só chego de avião (#AS02).

Uma família indígena demora 10 dias para chegar na cidade e pedir um auxílio maternidade e não consegue ser atendido (#AS03).

**Dimensão 3:** Destruição ambiental como causa de rompimentos culturais, sociais e territoriais - A destruição ambiental nos territórios indígenas representa mais do que um impacto ecológico, trata-se de um processo profundo de desestruturação cultural, social e existencial. As falas dos assistentes sociais entrevistados revelam como a contínua invasão dos territórios por atividades extrativistas, como garimpo, agronegócio e grandes obras de infraestrutura, rompe os vínculos das comunidades com suas terras, desorganiza as formas tradicionais de vida e intensifica o sofrimento coletivo. Essa destruição é acompanhada por discursos contraditórios, que ora idealizam o isolamento dos povos, ora violam seus espaços em nome do lucro. A colonização, como ressaltado por uma das entrevistadas, não é um fato do passado, mas um processo em curso que se reinventa através da exploração econômica e do desrespeito à autonomia dos povos originários. A perda territorial, nesse contexto, não é apenas física, mas simbólica, pois compromete a transmissão de saberes, os rituais, os modos de produção e a convivência comunitária, produzindo um rompimento que afeta gerações.

A luta dos povos indígenas é uma luta sem descanso, o sistema dominante está sempre colocando em risco as vidas indígenas porque as riquezas desses territórios é muito grande (#AS01). A colonização não tem fim, pois o olhar da exploração não acaba, ele é contínuo (#AS01).

Os discursos sobre os povos indígenas são muito contraditórios pois, ao mesmo tempo que acham que eles têm que ficar isolados, vão lá e querem destruir o único meio de sobrevivência e de alimentação deles em prol do consumo e do crescimento financeiro (#AS02).

Além dos impactos ecológicos, se expressam os impactos socioambientais (#AS03).

Um dos relatos mais impactantes refere-se ao processo contínuo de dependência química entre os Yanomami, iniciado ainda nos anos 1970, quando a construção de uma estrada facilitou a entrada de fazendeiros e o aliciamento de indígenas como mão de obra, pagos com álcool. Essa prática resultou em um ciclo de alcoolização que persiste até os dias atuais, atingindo crianças, jovens e idosos. A entrevistada destacou que muitos indígenas estão em situação de dependência. Com a expansão recente do garimpo ilegal, esse quadro se agravou, trazendo consigo não apenas o alcoolismo, mas também o narcotráfico, a prostituição e o acesso indiscriminado a conteúdos digitais violentos e pornográficos. Esses fatores desencadearam práticas violentas dentro das comunidades, especialmente contra mulheres, em contextos de ruptura cultural e perda de referências tradicionais. O depoimento evidencia que a dependência química entre os povos indígenas não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um processo histórico de violação de direitos, invasão territorial e imposição de valores externos destrutivos.

Esse processo histórico revela como a introdução forçada de práticas e substâncias externas aos modos de vida indígenas, como o álcool, o dinheiro e o consumo, atua como uma forma contínua de colonização, desestruturando laços comunitários, valores culturais e formas tradicionais de organização social. A dependência química, nesse sentido, é também uma expressão da violência colonial moderna, que se perpetua por meio de projetos extrativistas e da ausência de políticas públicas culturalmente adequadas. Ela não nasce de uma escolha individual, mas de um contexto imposto que fragiliza o território, rompe o pertencimento e vulnerabiliza os sujeitos. Portanto, é fundamental compreender que esse tipo de adoecimento coletivo é uma consequência direta das formas históricas e estruturais de opressão vividas por esses povos.

A construção de uma estrada impactou diretamente [...] causou um impacto social pelo contato com o homem branco que se arrasta desde os anos 70 até hoje. Por causa deste contato, esses indígenas têm problemas de alcoolismo enraizados na comunidade. Das crianças aos mais velhos (#AS03). Quando o

garimpo se estabelece em um lugar, é criada uma vila. [...] Isso desencadeou um vício em pornografia e filmes violentos [...] o que acaba condicionando a violência extrema contra elas [as mulheres], chegando até mesmo em casos de morte (#AS03).

- **Categoria 6 - Políticas públicas indigenistas e ambientais**

Na categoria das políticas públicas indigenistas e o impacto ambiental, foram identificadas três dimensões: a existência de leis e políticas sem efetividade prática; a necessidade de planejamento integrado e fortalecimento da intersetorialidade; e a ausência de estrutura adequada, concursos e continuidade de programas voltados aos povos indígenas.

**Dimensão 1:** Existência de leis e políticas sem efetividade prática - A existência de leis e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil representa, em muitos casos, um compromisso formal não acompanhado por ações concretas. As falas dos assistentes sociais revelam uma realidade em que os dispositivos legais muitas vezes não ultrapassam o plano normativo, permanecendo distantes das necessidades reais das comunidades. Embora marcos legais assegurem, por exemplo, o direito à saúde integral e diferenciada, observa-se que muitos indígenas seguem sem acesso a serviços básicos, o que revela a ineficiência dos mecanismos institucionais de garantia de direitos. Além disso, o ministério dos povos indígenas, criado como avanço simbólico e político, enfrenta limitações operacionais e sobrecarga institucional, o que enfraquece sua capacidade de implementação efetiva de políticas.

A ineficácia na aplicação das leis também está ligada à falta de articulação entre as instâncias governamentais e à ausência de vontade política. Os profissionais entrevistados apontam que a existência de legislações não garante sua aplicabilidade, especialmente em contextos onde os interesses econômicos, o racismo institucional e a burocracia impedem que tais políticas se materializem nos territórios indígenas. O resultado é uma atuação fragmentada, simbólica e frequentemente negligente, que perpetua a vulnerabilidade dos povos indígenas e os afasta do pleno exercício de seus direitos constitucionais.

O ministério dos povos indígenas fica sobrecarregado, tem uma interface de atuação, mas ainda não é efetiva (#AS01).

As leis existem, mas não são aplicáveis (#AS02). Existem leis que oferecem o acesso total dos indígenas à saúde e mesmo assim eles morrem sem esse acesso (#AS02).

**Dimensão 2:** Necessidade de planejamento integrado e fortalecimento da intersetorialidade - A necessidade de um planejamento integrado e do fortalecimento da intersetorialidade é um ponto central apontado pelos assistentes sociais na atuação com povos indígenas. As políticas públicas, para serem efetivas, precisam ser construídas a partir das realidades locais e com a participação ativa das comunidades, rompendo com a lógica vertical de decisões impostas "de cima para baixo". Os depoimentos evidenciam que a ausência de diálogo entre os diferentes setores governamentais compromete a efetividade das ações, e que a rede de serviços muitas vezes só se articula diante de casos extremos, deixando de atender de forma preventiva e contínua. Além disso, há uma dificuldade estrutural de compreensão sobre o papel de cada setor, especialmente quando o indígena está fora de seu território, como nas cidades. O Serviço Social, como profissão que atua de forma transversal, é diretamente afetado por essa fragmentação, encontrando barreiras para exercer um trabalho articulado e eficaz.

Política pública de cima para baixo não adianta, precisa ser de baixo para cima. Essa base precisa ser ouvida, precisa estar inserida dentro destes projetos (#AS01).

As pessoas só vão se unir para fazer o trabalho em rede quando tem um caso muito específico de interesse de todas as políticas. Quando isso não ocorre, as políticas não conversam entre si (#AS02). O SS, na totalidade da sua profissão, é um profissional que precisa da rede para trabalhar. No contexto geral do Brasil, você vai ter essa dificuldade do trabalho em rede (#AS02).

Para nos alcançar efetivamente nos espaços que a gente está, os espaços têm que dialogar sobre isso, seja na formação, seja nas políticas públicas (#AS03). A rede socioassistencial não entende que é trabalho dela atender quando esse indígena está em situação de cidade (#AS03).

**Dimensão 3:** Ausência de estrutura adequada, concursos e continuidade de programas voltados aos povos indígenas - A ausência de estrutura adequada, aliada à escassez de concursos públicos e à descontinuidade de programas voltados aos povos indígenas, foi amplamente destacada por todos os assistentes sociais entrevistados como um dos principais entraves à construção de políticas consistentes

e efetivas. As ações muitas vezes se limitam a projetos temporários e mal estruturados, o que compromete o acompanhamento contínuo e qualificado dessas populações. A falta de concursos públicos, especialmente na saúde indígena, resulta em uma força de trabalho reduzida e sobrecarregada, dificultando a oferta de serviços adequados às especificidades dos povos indígenas. Além disso, a carência de materiais e de formação técnica específica agrava o problema, deixando os profissionais isolados e com poucos recursos para atuar.

Os depoimentos também indicam que apenas recentemente cargos específicos para assistentes sociais começaram a ser reconhecidos em instituições como a Funai, revelando um histórico de negligência institucional com essa área. A precariedade orçamentária dos estados e municípios ainda limita severamente a capacidade de execução de projetos voltados aos povos indígenas, dificultando a implementação de políticas de longo prazo que considerem suas realidades culturais, territoriais e sociais.

Na minha época de atuação não haviam muitas políticas de atuação para povos indígenas. O programa em que trabalhei não existe mais (#AS01).

Dentro da saúde indígena, não temos concurso há quase 10 anos. Atualmente a mão de obra é muito pouca e o profissional fica sobrecarregado (#AS02). Quando eu fui para a CASAI e fui parar para ler os materiais e as produções que tinha, eu não tinha (#AS02).

Antes a Funai não tinha cargos específicos para assistente social. A primeira vez que isso aconteceu foi com o concurso de teve no ano passado apenas (#AS03). Esses estados não têm dinheiro para poder aplicar em projetos com essas populações(#AS03).

#### ● **Categoria 7 - Contributo do Serviço Social**

A respeito da categoria sobre a contribuição do Serviço Social para a questão socioambiental, foram identificadas três dimensões: a promoção da escuta, visibilidade e articulação cultural das comunidades indígenas; a ruptura com estereótipos e valorização dos saberes ancestrais; e a ação crítica para construção de justiça socioambiental em diálogo com os movimentos indígenas.

**Dimensão 1:** Promoção da escuta, visibilidade e articulação cultural das comunidades indígenas - A promoção da escuta qualificada, da visibilidade e da articulação cultural das comunidades indígenas é uma dimensão essencial da atuação do Serviço Social, especialmente em contextos marcados por invisibilização histórica. Os profissionais entrevistados destacam que o Serviço Social atua como ponto inicial de escuta e acolhimento dessas populações, promovendo o acesso a direitos e a construção de políticas públicas mais sensíveis às suas realidades. Ao reconhecer a importância de tornar essas vozes visíveis, os assistentes sociais contribuem para romper com estigmas e preconceitos, valorizando a diversidade cultural e garantindo que as pautas indígenas sejam tratadas com seriedade e respeito.

Para que essa atuação seja eficaz, os profissionais enfatizam a necessidade de uma formação ampla e contínua, que envolva não apenas o conhecimento técnico, mas também o domínio sobre as redes de apoio, os marcos legais e, sobretudo, sobre os movimentos indígenas e suas lutas históricas.

O SS é porta de entrada como aquele que faz a escuta e o acolhimento, busca direitos que melhorem a qualidade de vida da pessoa (#AS01). O SS pode tirar essas pessoas do anonimato e as fazem ser vistas e ouvidas. Isso por si só já quebra preconceitos (#AS01).

É preciso ter conhecimento para garantir a justiça social. É preciso ter conhecimento não só do espaço profissional, mas da rede, quem são os atores, conhecer as políticas públicas, conhecer os meus direitos de profissional e conhecer os direitos da população indígena (#AS02).

É preciso fazer uma aproximação da pauta, é preciso conhecer a militância, o que eles defendem, quais são os pilares de reivindicação, quem são essas pessoas, saber a história do movimento, os espaços, os apoios (#AS03).

**Dimensão 2:** Ruptura com estereótipos e valorização dos saberes ancestrais - O trabalho do assistente social desempenha um papel fundamental na ruptura de estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizam os povos indígenas. Ao reconhecer e valorizar os saberes ancestrais como fontes legítimas de conhecimento, o Serviço Social contribui para uma prática profissional mais respeitosa e integrada às realidades locais. Essa valorização permite que as soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas sejam construídas a partir de suas próprias referências

culturais, promovendo maior efetividade e justiça social. Como destacam os entrevistados, é possível, por meio do Serviço Social, desconstruir olhares preconceituosos e aprender com a relação ancestral que esses povos mantêm com a terra, fortalecendo assim um diálogo intercultural que beneficia tanto as comunidades quanto a atuação profissional.

Esse posicionamento está alinhado ao Código Deontológico dos Assistentes Sociais de Portugal, que reforça o compromisso ético com o respeito à diversidade cultural e a promoção da justiça social, destacando a importância de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais nas intervenções profissionais (APSS, 2018). Dessa forma, a atuação profissional não apenas respeita as especificidades culturais, mas também contribui para a construção de práticas socialmente justas e culturalmente sensíveis.

Através do SS é possível quebrar estereótipos e os olhares de preconceitos para quem são essas pessoas e o que elas fazem (#AS01).

Acho que nós, como pessoas não indígenas, temos que aprender com os povos indígenas, a nos relacionar com a terra (#AS03).

O relato compartilhado por um assistente social entrevistado, evidencia a importância da valorização dos saberes ancestrais nas práticas de intervenção junto às comunidades indígenas. A inclusão do curandeiro indígena no processo demonstra uma escuta ativa e um respeito profundo pela cultura e pelos conhecimentos tradicionais, que são muitas vezes marginalizados nas abordagens convencionais. Essa integração entre a equipe multidisciplinar ocidental e os saberes indígenas não só fortalece a eficácia da intervenção, como também contribui para a construção de uma prática profissional mais sensível e respeitosa, alinhada ao Serviço Social Ecológico. Tal postura reflete um compromisso ético com o reconhecimento da diversidade cultural, conforme preconizado no Código Deontológico dos Assistentes Sociais de Portugal, que valoriza a promoção dos direitos humanos e a justiça social em contextos plurais.

Foi feita uma equipe multidisciplinar juntamente com um curandeiro indígena. Primeiro foi feita a limpeza espiritual pelo curandeiro indígena em que todos da equipe foram participar [...] Um dia depois da cerimônia, após nítida melhora do utente, foi feita a intervenção com a equipe multidisciplinar ocidental, em que sugeriram os próximos passos que o utente tinha que tomar para preservar essa evolução de cura (#AS02).

**Dimensão 3:** Ação crítica para construção de justiça socioambiental em diálogo com os movimentos indígenas - A atuação crítica do Serviço Social na construção da justiça socioambiental se fortalece por meio da articulação com os movimentos indígenas, contribuindo para a denúncia de violências ambientais e a defesa dos direitos desses povos. Conforme os relatos, o assistente social atua como elo entre as comunidades e as instituições, garantindo que as demandas territoriais sejam expressas a partir da experiência vivida. Essa prática política envolve tanto o trabalho direto com as comunidades quanto a mobilização em espaços institucionais para assegurar acesso a direitos básicos, sempre pautada pelo respeito ao código de ética e pela atualização constante dos profissionais. Dessa forma, o Serviço Social contribui para uma luta coletiva e contínua em defesa do meio ambiente, da cultura e da dignidade dos povos indígenas.

Sempre que eu precisava falar sobre determinado tema como racismo ambiental, eu buscava contato com instituições e até mesmo a própria comunidade, para que as pessoas falassem a partir do território e da vivência que elas têm (#AS01).

A nossa briga é muito contínua, porque além de trabalhar em contexto familiar e comunitário, a gente precisa brigar lá em cima por questões muito óbvias para garantir o acesso à saúde, à educação, à alimentação, etc (#AS02).

O SS vai garantir a equidade simplesmente respeitando os profissionais, o código de ética e entender essas palavras. É necessário para ler discutir e refletir, mas antes de tudo, me atualizar (#AS02).

Quando a gente trabalha em território, é um canal de comunicação direto e um elo. É preciso fazer a defesa desse território e hoje como fazemos isso? Falando sobre garimpo, desintrusão, mercúrio no rio... (#AS03).

### 3.2.2. Indígenas entrevistados

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas, feitas com um guião pré-elaborado (**Anexo E** – Guião de Entrevista: Indígena), com quatro representantes de diferentes etnias indígenas. A análise está organizada em 10 categorias temáticas e suas respectivas 27 dimensões, com base em uma análise qualitativa de conteúdo (**Anexo I** – Tabela de Categorias e Dimensões: Indígenas). A interpretação dos dados segue a lógica de identificação de sentidos comuns e divergentes nas falas, procurando revelar experiências vividas, percepções e significados atribuídos à realidade socioambiental e cultural dos povos indígenas. Cada dimensão é discutida com o apoio de excertos das entrevistas, identificados por números (#E01, #E02, #E03 e #E04, respectivo a ordem de cada entrevista), a fim de preservar o anonimato e garantir o rigor ético da pesquisa.

#### ● **Categoria 1 - Valorização dos conhecimentos ancestrais**

Na categoria de valorização dos conhecimentos ancestrais, foram identificadas três dimensões: a desvalorização interna e externa dos saberes tradicionais; a influência da cultura ocidental, consumismo e tecnologias nas novas gerações; e a resistência e transmissão cultural como forma de valorização.

**Dimensão 1:** Desvalorização interna e externa dos saberes tradicionais - Nas comunidades dos entrevistados, observa-se uma crescente desvalorização dos conhecimentos ancestrais, fruto tanto de influências externas quanto do distanciamento de parte das novas gerações indígenas. A tradição oral, os rituais e os saberes espirituais, que historicamente sustentam a identidade e o modo de vida desses povos, têm sido negligenciados, especialmente entre os jovens, que passam a priorizar referências culturais externas, muitas vezes alinhadas à cultura ocidental dominante. Essa desvalorização não ocorre apenas por pressões externas, mas também internamente, o que dificulta a resistência e a valorização dos saberes tradicionais. Tal fenômeno está inserido num contexto globalizado em que a cultura ocidental é idealizada como modelo único de desenvolvimento e progresso, distorcendo o entendimento do que significa viver bem e relegando a práticas ancestrais o status de ultrapassadas ou incompatíveis com o mundo moderno. Esse processo promove um apagamento simbólico e epistemológico dos saberes indígenas, comprometendo a continuidade das práticas e do conhecimento que há séculos estruturam a relação desses povos com a natureza, com a espiritualidade e com sua própria identidade cultural.

Além disso, essa desvalorização dos saberes tradicionais traz consequências graves para a vitalidade cultural das comunidades, pois enfraquece os vínculos intergeracionais e abre espaço para o esvaziamento das práticas coletivas que mantêm vivos os conhecimentos ancestrais. A perda de interesse dos jovens por esses saberes, muitas vezes percebidos como incompatíveis com as exigências do mundo urbano e moderno, acentua a vulnerabilidade cultural frente às pressões externas. Ao mesmo tempo, a idealização da cultura ocidental como paradigma exclusivo de desenvolvimento contribui para a marginalização dos modos de vida indígenas, cujas formas de conhecimento são fundamentais para a preservação ambiental e a sustentabilidade.

Quem vem de fora não valorizar, quem é de dentro não valoriza, e tudo vira uma desvalorização (#E01). O conhecimento que os povos tinham foram desapropriados (#E01).

Nós valoriza muito o nosso conhecimento, a nossa mãe, o nosso remédio, as nossas coisas no mato, Mas o homem branco não (#E02).

O conhecimento tradicional é desvalorizado tanto fora como dentro da comunidade (#E03).

Tem jovem que não quer mais saber da nossa reza, da medicina tradicional (#E04). muitos indígenas que saíram das aldeias e foram para as cidades, mantêm a aldeia como visita turística (#E04).

**Dimensão 2:** Influência da cultura ocidental, consumismo e tecnologias nas novas gerações - A influência da cultura ocidental, do consumismo e das tecnologias digitais sobre as novas gerações indígenas têm provocado mudanças significativas no modo como os saberes tradicionais são percebidos, praticados e transmitidos dentro das comunidades. Os entrevistados demonstram preocupação com o fato de que os jovens estão cada vez mais imersos em conteúdos midiáticos hegemônicos, nos quais predominam valores e estilos de vida ocidentais, que frequentemente desvalorizam ou substituem os símbolos, rituais e práticas ancestrais. Esse contato com o universo digital e urbano, embora possibilite o acesso a novos saberes e formas de expressão, acaba também reforçando um processo de aculturação que coloca em risco os sistemas simbólicos próprios das culturas indígenas. A presença crescente da

lógica consumista, difundida pelas redes sociais e plataformas digitais, estimula o desejo por bens materiais e padrões de vida desconectados das realidades e valores das comunidades tradicionais, aprofundando o distanciamento das juventudes em relação às suas raízes.

Essa situação resulta em uma tensão constante entre tradição e modernidade, em que elementos simbólicos indígenas são, muitas vezes, adaptados para agradar ao mercado externo ou simplesmente substituídos por ícones da cultura globalizada. O artesanato tradicional, por exemplo, é reformulado com imagens populares ocidentais em vez de carregar os significados espirituais ancestrais. Além disso, as práticas coletivas de escuta e aprendizado com os anciãos vêm perdendo espaço diante do entretenimento digital. Com isso, observa-se um apagamento simbólico e epistemológico da cultura indígena, pois os modos de vida e as formas próprias de conhecimento são colocados à margem, sendo frequentemente vistos como ultrapassados ou menos desejáveis.

Hoje os nossos artesanatos têm que ser feitos para a sociedade contemporânea, não com nossas simbologias, mas sim com pokémons (#E01).

Os jovens preferem ver TikTok do que ouvir os anciãos (#E03). Agora na aldeia está predominando muito a atualidade, a cultura ocidental. O que faz valorizar mais o que vem de fora do que o que está aqui (#E03)

Há uma influência muito grande nos jovens indígenas hoje em dia com a internet e o celular, e muitos querem focar em ter os luxos do capitalismo (#E04).

**Dimensão 3:** Resistência e transmissão cultural como forma de valorização - Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, os relatos dos entrevistados revelam também uma forte mobilização em torno da resistência e da revitalização dos saberes ancestrais. Essa resistência não se dá de forma passiva, mas é articulada por meio de práticas cotidianas que buscam fortalecer a identidade cultural coletiva, como o ensino das línguas nativas, dos cantos, das danças e das rezas tradicionais. Assim, iniciativas voltadas à educação das crianças têm como foco a construção de pertencimento e responsabilidade com o território, reforçando a importância da continuidade cultural. A arte, a espiritualidade e a oralidade se tornam, assim, ferramentas de enfrentamento ao apagamento histórico e de valorização dos modos de vida originários. A ida às cidades para apresentar e reafirmar a cultura também mostra como esses povos não apenas resistem, mas produzem estratégias para se fazerem ver, escutar e respeitar dentro de uma sociedade que historicamente tenta silenciá-los. Nesse sentido, a transmissão cultural se consolida como um ato político e de afirmação diante das múltiplas formas de opressão.

Buscamos ensinar nossas línguas, cantos, rezas, danças... (#E01). Nós estamos tentando conscientizar as pessoas, estamos indo para as cidades, mostrar nossa cultura para as pessoas e para que elas consigam se identificar e ajudar (#E01)

Estamos buscando educar as crianças e mostrar para elas que elas têm um futuro, que aquela terra é delas, que elas têm que proteger, estudar para que as gerações continuem ali no território (#E03).

Eu ensino os cantos do clã e o significado deles para os mais novos (#E04).

- **Categoria 2 - Mudanças territoriais por desmatamento, mineração e outras atividades humanas.**

Na categoria sobre as mudanças territoriais, foram identificadas três dimensões: os impactos ambientais diretos (como escassez de recursos, queimadas e contaminação); agressões externas (como turismo predatório, invasões e exploração ilegal); e intensificação climática e instabilidade ecológica nos territórios.

**Dimensão 1:** Impactos ambientais diretos - A dimensão dos impactos ambientais diretos retrata a severa deterioração do ambiente natural em que os povos indígenas vivem, manifestada principalmente pelo desmatamento, queimadas e contaminação dos rios. Esses processos degradam os recursos essenciais à sobrevivência, como a caça, a pesca e a água potável, afetando diretamente a segurança alimentar das comunidades. A perda desses elementos naturais não representa apenas uma ameaça física, mas abala profundamente a conexão cultural e espiritual que os povos indígenas mantêm com seu território, um componente fundamental de suas cosmologias e identidades. A dificuldade crescente em acessar alimentos tradicionais e água limpa evidencia um rompimento no ciclo de vida que sustenta seus modos de vida ancestrais.

Os relatos dos entrevistados ilustram a gravidade dessa situação: a diminuição dos peixes nos rios, consequência das secas e da poluição, compromete o sustento básico; as queimadas provocam problemas respiratórios e alteram a percepção do clima, gerando desconforto e sofrimento; e a necessidade de comprar alimentos antes obtidos da floresta revela uma dependência crescente de fontes externas, que pode enfraquecer ainda mais a autonomia das comunidades. Essa série de impactos ambientais traduz um processo de vulnerabilização multifacetado, no qual o território, além de espaço físico, é um elemento simbólico central para a manutenção da cultura e da identidade indígena, que sofre danos irreparáveis com a destruição ambiental.

No meu território já podemos ver as mudanças dos peixes. Na última seca morreram a maioria dos peixes. Sem a pesca, não conseguimos sobreviver (#E01).

Aqui teve muita queimada, traz falta de ar. No nosso lugar teve muita queimada, ai tras falta de ar, por isso nos sentimos diferente que o clima mudou (#E02).

Hoje nós temos que comprar o que antes tirava da mata, agora não conseguimos mais plantar tudo que a gente precisa (#E03).

Estamos vendo muita diferença no clima, a situação das árvores, a perda da floresta. Também estamos sentindo muito mais dificuldade na caça os animais não aparecem mais. No rio os peixes também diminuíram muito (#E04).

**Dimensão 2:** Agressões externas - Reflete um conjunto de ameaças sistemáticas enfrentadas pelos povos indígenas, que vão além da degradação ambiental para incluir invasões de terras, exploração ilegal de recursos naturais, garimpo e turismo predatório sem controle efetivo. Essas ações comprometem o equilíbrio ecológico, a segurança e a autonomia das comunidades, ao mesmo tempo em que revelam o abandono institucional e a falta de fiscalização adequada. A presença constante de madeireiros que extraem madeira ilegalmente, por exemplo, ocorre sem qualquer proteção às aldeias, enquanto o garimpo contamina rios com mercúrio, afetando a saúde daqueles que dependem da pesca para sobreviver. Além disso, o turismo, embora possa gerar renda, traz consigo um acúmulo significativo de lixo nas margens dos rios e áreas visitadas, sem serviços públicos eficazes para a coleta e gestão desses resíduos, piorando ainda mais as condições ambientais locais.

Essas agressões externas se entrelaçam com outras práticas ilegais, como o tráfico de drogas e a biopirataria, que aumentam a instabilidade social e o desequilíbrio cultural nas comunidades indígenas, muitas vezes localizadas em regiões fronteiriças vulneráveis a esse tipo de atividade criminosa. A combinação da exploração predatória dos recursos naturais com a ausência de mecanismos efetivos de proteção gera um cenário de insegurança ambiental e social que ameaça diretamente a continuidade dos modos de vida tradicionais. Os relatos dos próprios indígenas expõem uma realidade de abandono e vulnerabilidade, em que a defesa do território e da saúde ambiental se torna um desafio constante diante da impunidade e da ausência de políticas públicas eficazes.

O turismo traz muito lixo, e o caminhão não passa para fazer a recolha” (#E01).

Como nossa terra faz fronteira com a Bolívia e com o Peru, o território também sofre com a invasão de madeireiros e donos de fazenda. fora que tem conflitos armados, de pessoas que fazem tráfico de animais e de drogas (#E01).

Fica tudo espalhado nas margens do rio, garrafa, plástico... (#E02).

O madeireiro vem, tira a madeira e vai embora (#E03).

Tem mercúrio no corpo de quem pesca por causa do garimpo (#E04). A exploração trouxe instabilidade e desequilíbrio na vivência das comunidades. Garimpeiros colombianos, tráfico de drogas e biopirataria (#E04).

**Dimensão 3:** Mudanças climáticas e insegurança ambiental - As mudanças climáticas têm se manifestado de forma intensa nos territórios indígenas, afetando os ciclos naturais e aumentando a vulnerabilidade das comunidades. Essa realidade foi destacada pelos próprios povos como um dos principais fatores de insegurança ambiental que enfrentam. Chuvas intensas e destrutivas, estiagens prolongadas e temperaturas cada vez mais elevadas fazem parte da nova realidade que impacta diretamente seus modos de vida tradicionais. Esses depoimentos revelam a percepção concreta dos efeitos da crise climática, frequentemente agravada pela ação humana desregulada, que compromete

ainda mais o equilíbrio ambiental necessário para a sobrevivência dessas comunidades. Além de alterar o ambiente natural, essas mudanças climáticas afetam também os aspectos socioeconômicos e culturais das populações indígenas. A dificuldade crescente para a pesca e a caça, por exemplo, aumenta o sofrimento dos povos que dependem desses recursos para sua alimentação e sustento.

Faltam 3 casas para [a do meu avô] ir para baixo com as chuvas” (#E01).

O calor está demais. Nunca foi assim (#E02).

Tem lugar que a mata queimou sozinha de tanto calor (#E04). A população indígena em geral, quando se mora na Amazônia, tem uma dificuldade na pesca e na caça... aumenta o sofrimento dos nossos parentes (#E04).

Estamos vendo muita diferença no clima, a situação das árvores, a perda da floresta (#E03).

### • **Categoria 3 - Proteção do território e direitos ambientais dos povos indígenas**

Na Categoria de proteção do território e direitos ambientais dos povos originários, foram identificadas três dimensões: a falta de fiscalização e efetividade nas políticas de proteção; às invasões, violações e abandono institucional; e a vulnerabilidade estrutural e deslocamento forçado de comunidades.

**Dimensão 1:** Falta de fiscalização e ausência de prevenção ambiental - A ausência de fiscalização e de ações preventivas foi apontada pelos entrevistados como um dos principais fatores que ampliam a vulnerabilidade dos povos indígenas frente às ameaças ambientais e territoriais. As falas nas entrevistas revelam que, frequentemente, o poder público só age de forma reativa, quando o dano já foi causado, deixando as comunidades à mercê de desastres naturais, da degradação ambiental e de ações ilegais como o garimpo e o desmatamento. A precariedade das estruturas estatais, como a FUNAI, que conta com poucos funcionários e recursos insuficientes para atender vastos territórios, agrava ainda mais a situação. Esse descaso não é apenas administrativo, mas revela uma lógica de racismo ambiental quando populações racializadas e vulneráveis, como os povos indígenas, são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, sem o mesmo nível de proteção oferecido a outras parcelas da população. Bullard (2000) destaca que o racismo ambiental ocorre justamente quando comunidades marginalizadas são as mais impactadas por degradação ambiental, ao mesmo tempo em que têm menor acesso a proteção e fiscalização efetiva por parte do Estado.

Não há prevenção de desastres naturais, eles (o governo) esperam alguma coisa acontecer para depois agir (#E01).

Falam que vão fiscalizar, mas nunca aparece ninguém (#E02).

Não tem condições de o estado, por mais que faz propostas, conseguir fiscalizar (#E04). Na Funai, são poucos funcionários para aplicar as leis. São poucos funcionários para terras gigantescas. Para alcançar minha aldeia são 5 dias pela água (#E04).

Além disso, os relatos indicam que essa vulnerabilidade se manifesta também pela pressão e exploração econômica sobre os territórios indígenas, com empresas que exploram recursos naturais de forma predatória e sem considerar os impactos socioambientais para as comunidades locais. Em muitos casos, esses processos envolvem assédio e ameaças aos povos indígenas, evidenciando uma realidade de desigualdade e desrespeito que reforça a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e fiscalização rigorosa para garantir a proteção dos direitos e dos territórios indígenas.

Várias empresas estão construindo em volta da terra indígena. um exemplo é de um povo Guarani de Arauari. Essas empresas começaram a pegar água do território e acabou secando o lençol freático que tinha. E esse povo ainda começaram a sofrer ameaças para ter que sair dali, como se eles não fossem nada nem ninguém nesse local (#E01). Muito dos nossos irmãos e etnias estão sendo assediados pelas empresas bigtechs, eles prometem muitas coisas não, mas na hora só pegam as assinaturas e vazam (#E01).

**Dimensão 2:** Invasões, violações e abandono institucional - As invasões territoriais foram citadas por todos os entrevistados como uma realidade frequente, agravada pela impunidade e pela ausência de mecanismos de proteção efetiva. Esse cenário reflete não apenas a atuação ilegal de madeireiros e garimpeiros, mas também uma estrutura de violações contínuas e abandono institucional. Foram relatadas a ausência do Estado na fiscalização e proteção dos territórios, mesmo diante de ameaças visíveis e recorrentes. Essa omissão revela uma falha grave no cumprimento dos deveres constitucionais



de garantia dos direitos territoriais e da integridade dos povos indígenas, que seguem expostos a riscos ambientais, sociais e físicos sem amparo legal e estrutural.

As invasões também provocam impactos ambientais severos. O uso de mercúrio na mineração, por exemplo, contamina rios, afeta a fauna aquática e compromete o acesso à água potável e ao alimento. Além disso, a presença constante de invasores cria um clima de medo e insegurança, afetando a saúde mental e o bem-estar coletivo da aldeia. Em algumas situações, há ainda divisões internas, quando membros da própria comunidade, por falta de alternativas econômicas, acabam se envolvendo com as atividades ilegais. Isso gera rupturas nos modos de vida tradicionais e prejudica a coesão cultural e política das comunidades. As invasões e a violência contra os povos indígenas resultam diretamente da ausência de políticas públicas eficazes, da fragilidade das instituições como a Funai e da impunidade em relação aos crimes ambientais e territoriais (Martins et al., 2022).

O madeireiro vem aqui, tira a madeira, vai embora e nós não temos um apoio (#E02).

Aqui teve um desmatamento bem significativo, com o madeireiro e com alguns indígenas na comunidade. Tivemos uma grande mudança depois disso, tanto é que quando precisamos construir alguma coisa como uma casa, não temos mais material. Por isso temos que ir longe, mas não temos recursos para ir buscar e isso afeta muito a vida da aldeia (#E03).

Tem garimpo que polui o rio com mercúrio, a gente já achou peixe morto (#E04). Na década de 80 a nossa terra já teve exploração de ouro, principalmente por garimpeiros colombianos (#E04).

**Dimensão 3:** Deslocamento forçado e vulnerabilidade territorial - O deslocamento forçado de comunidades indígenas, como relatado pelos entrevistados, evidencia uma das formas mais graves de violação dos direitos territoriais garantidos aos povos originários. A necessidade de adquirir terras em outras regiões, muitas vezes como única alternativa à violência, à degradação ambiental ou à ausência de condições mínimas de sobrevivência, revela o colapso da garantia do direito ao território tradicional. Esse deslocamento não apenas rompe vínculos culturais e espirituais com a terra ancestral, mas também aprofunda situações de vulnerabilidade social, política e econômica. Mesmo quando intermediada ou apoiada por órgãos como a Funai, essa prática não deve ser normalizada, pois representa uma resposta emergencial a uma omissão do Estado em proteger os direitos constitucionais dos povos indígenas. Conforme estabelecido pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os povos indígenas têm direito “às terras, territórios e recursos que tradicionalmente possuíram, ocuparam ou utilizaram” (ONU, 2007, Art. 26), e não devem ser removidos de seus territórios sem consentimento livre, prévio e informado (ONU, 2007, Art. 10). Quando a única opção de sobrevivência se torna a migração compulsória, o Estado falha não apenas em proteger direitos, mas em reconhecer a dignidade e a autodeterminação dos povos indígenas.

É aquela questão dos refugiados ambientais. Tem algumas aldeias que estão comprando terras em outros estados para fugir desses desastres ambientais. Não é um território ancestral e não é obrigação nossa comprar a terra porque o nosso território original está se degradando, mas é o que acontece (#E01).

Muitos parentes têm que sair de suas terras (#E04).

#### ● **Categoria 4 - Atuação governamental**

Na categoria que diz respeito à atuação governamental, foram identificadas três dimensões: a inexistência ou ineficácia de políticas públicas específicas; a necessidade de escuta, participação e respeito ao saber indígena; e a desigualdade regional e falta de infraestrutura nos territórios.

**Dimensão 1:** Inexistência ou ineficácia de políticas públicas específicas - As falas dos entrevistados revelam uma percepção generalizada de abandono por parte do Estado, que se traduz na inexistência ou na total ineficácia de políticas públicas voltadas às necessidades reais dos povos indígenas. A ausência de apoio institucional é vivida no cotidiano como uma forma de negligência estrutural, onde comunidades inteiras se veem obrigadas a sobreviver por conta própria, sem assistência adequada nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar ou proteção territorial. A crítica dos entrevistados vai além da simples ausência de políticas, pois aponta para um modelo de governo que só se aproxima dos povos indígenas em momentos de interesse eleitoral, reforçando um ciclo de promessas vazias e descompromisso histórico.

Mesmo quando há estruturas formais ou discursos sobre políticas indígenas, os relatos indicam que essas ações são frequentemente distantes da realidade, mal executadas ou descontinuadas. Isso gera frustração e descrença nas instituições públicas, já que as políticas não chegam como ferramentas de transformação, mas como instrumentos de manipulação ou invisibilização. Os entrevistados expõem uma crítica à lógica de poder vigente, que não reconhece os povos indígenas como sujeitos de direitos, mas apenas como peças simbólicas em discursos que não se materializam na prática.

Não temos apoio de nenhum órgão, a gente está por conta própria (#E03).  
O governo esqueceu que existimos. Só aparece em época de eleição (#E01).

As políticas não estão ajudando, engana a gente. Depois que ganha [voto] não reconhece nosso povo, vira para trás. Na política tem gente coração ruim (#E02).

**Dimensão 2:** Necessidade de escuta, participação e respeito ao saber indígena - Os entrevistados ressaltam a urgente necessidade de que as políticas públicas e intervenções nos territórios indígenas sejam construídas a partir da escuta ativa e da participação efetiva dos próprios povos. A ausência desse diálogo legítima uma lógica colonial e hierárquica, que reduz os indígenas a meros objetos de ação governamental, ignorando seus saberes tradicionais e suas necessidades reais. Eles destacam que a construção de políticas eficazes e justas só é possível quando as decisões nascem dentro das aldeias, com a participação direta daqueles que vivem e conhecem profundamente seus territórios. A imposição de decisões externas, sem consulta prévia, demonstra desrespeito e perpetua a invisibilização dos povos indígenas enquanto sujeitos plenos de direitos e agentes de seus próprios destinos.

Essa falta de consulta não apenas desconsidera a importância dos conhecimentos tradicionais como base para o manejo sustentável dos territórios, mas também fere princípios legais fundamentais. O artigo 19 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 2007, reforça esse entendimento ao assegurar o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, especialmente em decisões que os afetem diretamente. Tal dispositivo estabelece que a participação indígena deve ser um pilar nas políticas públicas, garantindo que seus saberes e demandas sejam respeitados e integrados às ações governamentais. Assim, reconhecer e aplicar esses direitos é um passo indispensável para romper com práticas colonialistas e avançar na construção de uma sociedade mais justa e plural (ONU, 2007, Art. 19).

Nós só conseguimos construir política de dentro da aldeia, estando fora da aldeia não dá para construir política (#E01).

Eles decidem tudo lá, sem perguntar pra gente (#E02).

A gente sabe o que precisa, mas ninguém vem ouvir (#E03).

O governo deveria consultar mais os povos, aprender, ouvir os conhecimentos dos povos indígenas e levar nossa voz para dentro das instituições (#E04).

**Dimensão 3:** Desigualdade regional e falta de infraestrutura nos territórios - A precariedade da infraestrutura nas terras indígenas revela uma expressão clara da desigualdade estrutural que marca a relação entre Estado e povos originários, evidenciando um abandono sistemático que compromete a dignidade e a autonomia dessas comunidades. A ausência de serviços básicos como energia, internet, saneamento e transporte não apenas dificulta o cotidiano, mas também restringe o acesso a direitos essenciais, como saúde e educação, reforçando o isolamento social e econômico. Essa condição se agrava nas regiões mais remotas, onde a falta de investimentos e a dificuldade geográfica intensificam a exclusão e a invisibilização. A crítica contida nas falas dos entrevistados aponta para a distância entre as políticas públicas “no papel” e a realidade vivida no território, onde a falta de fiscalização e de presença efetiva do Estado tornam o suporte oficial inócuo. Além disso, o controle rigoroso do acesso externo, embora proteja a comunidade de invasões, pode também limitar o desenvolvimento e a implementação de projetos que poderiam melhorar as condições locais, criando um paradoxo entre segurança e progresso. Essa situação revela uma infraestrutura insuficiente que mantém os povos indígenas à margem, perpetuando desigualdades e vulnerabilidades históricas que desafiam a concretização dos direitos previstos constitucionalmente.

Aqui não tem internet, não tem luz, não tem nada. É como se não existíssemos (#E02). Às vezes tem gente muito machucada ou com gravidez que precisa de ajuda médica e não consegue chegar na cidade

para ter ajuda porque a estrada é ruim, principalmente na época da chuva (#E02). A estrada vira lama no inverno e poeira no verão, não tem como sair nem chegar (#E02).

Só é aplicado [políticas públicas] no papel e não vem fazer vistoria na aldeia porque é muito longe (#E03)

Na minha terra somente o pessoal do exército e da saúde entra, demais não autorizados não entra. Isso nos faz viver bem, mas ao mesmo tempo dificulta para realizar projetos (#E04).

- **Categoria 5 - Percepção sobre terras indígenas demarcadas e não demarcadas**

Na categoria sobre se sentem a diferença de terras demarcadas e não demarcadas, foram identificadas duas dimensões: a demarcação como fator jurídico, não como garantia de proteção; e a vulnerabilidade e insegurança em áreas não demarcadas.

**Dimensão 1:** A demarcação como fator jurídico, não como garantia de proteção - A demarcação de terras indígenas, embora reconhecida pelos entrevistados como um instrumento jurídico importante, é amplamente percebida como insuficiente para garantir a proteção real dos territórios. As falas revelam uma crítica contundente à ideia de que o simples reconhecimento legal resolveria, por si só, os problemas enfrentados pelas comunidades. Mesmo em terras já demarcadas, continuam ocorrendo invasões por madeireiros, garimpeiros, traficantes e outros agentes de exploração predatória. Isso expõe uma fragilidade estrutural na fiscalização e na aplicação das leis, demonstrando que o Estado muitas vezes se ausenta da sua responsabilidade de proteger efetivamente esses territórios. A biopirataria, o desmatamento e a poluição seguem acontecendo mesmo onde há demarcação, tornando evidente que o papel do Estado precisa ir além do reconhecimento jurídico e se estender à vigilância ativa e à presença institucional.

A diferença entre a terra demarca e não demarcada é, independente do pessoal invade, as pessoas não respeitam. Quem são essas pessoas? madeireiros, garimpeiros, agropecuários (#E01)

Mesmo sendo demarcada, a terra não está segura. O garimpo entra do mesmo jeito (#E03).

A demarcação ajuda, mas não impede que tirem madeira ou joguem lixo (#E02).

Independente se a terra é demarcada ou não, muitas pessoas ainda entram para pegar pedras preciosas, pegar conhecimento, favorecendo também a biopirataria no Brasil (#E04).

Por outro lado, os entrevistados também destacam que a demarcação traz avanços importantes, especialmente em termos de acesso a direitos, preservação ambiental e proteção cultural. A presença do Exército em algumas áreas demarcadas, por exemplo, inibe ações ilegais como o tráfico de drogas e de animais, além de contribuir para a diminuição de conflitos. Terras oficialmente reconhecidas tendem a ter maior visibilidade e respaldo jurídico em situações de ameaça, o que facilita a solicitação de apoio institucional. Além disso, a demarcação contribui para reforçar os vínculos identitários dos povos com seus territórios, protegendo suas práticas culturais, seus saberes e suas formas de vida. Assim, os relatos apontam uma contradição, em que a demarcação é necessária e representa um avanço, mas está longe de ser suficiente sem políticas de proteção contínua, fiscalização efetiva e compromisso real do Estado com os povos indígenas e seus territórios.

As áreas demarcadas protegem mais o meio ambiente (#E03).

Onde a terra é não demarcada, o acesso é fácil, a invasão é fácil, a exploração é fácil, biopirataria é fácil. Com a terra demarcada isso fica mais difícil a destruição da terra e da natureza (#E04). Um dos problemas que vem é o tráfico de drogas. Nossa terra faz divisa com Colômbia, então passa muita droga. Como isso gera dinheiro fácil, alguns indígenas ajudam, acabam se viciando também e são presos. Tem muitos indígenas que foram presos na minha área. Mas em terras demarcadas, como pode ter a presença do exército brasileiro, não tem muito isso (#E04).

**Dimensão 2:** Vulnerabilidade e insegurança em áreas não demarcadas - A ausência de demarcação das terras indígenas acentua drasticamente a vulnerabilidade das comunidades, criando um ambiente de constante insegurança, medo e instabilidade. Como relatam os entrevistados, a falta de um marco legal claro transforma esses territórios em zonas de risco, abertas a invasões, violências e destruição ambiental sem que haja proteção institucional efetiva. Em áreas não regularizadas, os indígenas enfrentam não só a ameaça direta à sua integridade física e territorial, mas também à sua dignidade e identidade coletiva. A demarcação, nesse contexto, representa muito mais do que a garantia de posse da terra, ela é a base para o exercício pleno de direitos, para a preservação da cultura e para a continuidade de modos de vida

que dependem da integridade do território. A terra, como lembra Carneiro da Cunha (2009), é também o fundamento da identidade e da sobrevivência cultural dos povos indígenas. Sem a proteção jurídica do Estado, essas comunidades permanecem invisibilizadas diante dos conflitos fundiários e excluídas das políticas públicas mais básicas. As falas evidenciam que viver sem a demarcação é viver com medo da violência, da perda da terra, da destruição da floresta e, principalmente, do apagamento de uma história milenar. Assim, a regularização fundiária deve ser compreendida como um imperativo ético e político, essencial para garantir a existência e a autonomia dos povos indígenas.

Quando uma área não está demarcada ela está em perigo. Porque qualquer pessoa pode ir lá, matar todo mundo e tomar a terra para eles, pois não tem consequência jurídica (#E01). Quando não tem demarcação, quando está em trâmite, e a nossa terra foi invadida aí não tem como chamar a polícia ou pedir ajuda (#E01).

Se a terra não está demarcada, qualquer pessoa entra lá. Entrar desconhecido, entra quem quer destruir a floresta (#E02). Não temos paz sem a demarcação, vivemos com medo (#E02).

- **Categoria 6 - Percepção sobre desafios dos povos indígenas e outras populações**

Na categoria em que se discute se há diferenças nos desafios ambientais que os povos indígenas enfrentam comparado com outras populações, foram identificadas três dimensões: as afetações socioambientais mais intensas para os povos indígenas; a falta de instrução formal, mas escuta sensível à natureza; e a desigualdade estrutural e invisibilização das populações indígenas.

**Dimensão 1:** Afetações socioambientais mais intensas para os povos indígenas - A relação direta e cotidiana dos povos indígenas com a natureza torna os impactos ambientais ainda mais severos para suas comunidades. Como expressaram os entrevistados, qualquer alteração no equilíbrio ecológico afeta diretamente a alimentação, a saúde e a vida nos territórios. Ao contrário de populações urbanas que têm alternativas de abastecimento, os povos indígenas dependem da biodiversidade para garantir sua subsistência (Schmitz et al., 2012). Essa vulnerabilidade evidencia uma injustiça ambiental, em que aqueles que menos contribuem para a crise climática são os que mais sofrem suas consequências. A conexão ancestral com a terra, antes fonte de autonomia e equilíbrio, passa a ser ameaçada por fatores externos como o desmatamento, a poluição e o avanço do modelo de consumo ocidental.

Além dos danos materiais, as mudanças ambientais intensificam um processo de descaracterização cultural e adoecimento coletivo. Os relatos indicam que o desequilíbrio da natureza afeta também o modo de vida e a identidade dos povos indígenas, que se veem forçados a consumir alimentos industrializados e acessar um sistema de saúde que não reconhece suas práticas tradicionais. O surgimento de doenças como câncer e diabetes, antes inexistentes nas comunidades, é associado ao rompimento das práticas alimentares e espirituais que por séculos garantiram o bem-estar. Esses impactos revelam não apenas uma crise ecológica, mas uma pressão constante sobre a cultura e a autonomia indígena, tornando urgente a valorização de seus saberes e formas de vida como parte da solução ambiental e não como vítimas invisíveis de um sistema em colapso.

A gente vive da mata, então qualquer mudança machuca nosso povo (#E01).

Quando seca o rio, é a nossa comida que falta, não tem outro mercado (#E03). Os desafios são o mesmo, mas para nós em uma escala bem mais preocupante, porque a gente precisa da natureza, mas a natureza não precisa da gente (#E03).

A questão das mudanças climáticas, com a perda da água e da floresta, aumenta o sofrimento dos nossos parentes. Muitos tem que sair da terra, enfrentando insegurança alimentar e depressão (#E04). Esses impactos sempre trouxe desequilíbrio de foco. Nós sempre vivíamos com a natureza, focada em respeito, desenvolvendo bem estar com o nosso conhecimento e práticas ancestrais, e nunca tivemos problemas com a saúde e com o alimento. Na atualidade estamos tendo muitas doenças. Indígenas estão morrendo de câncer e diabetes, algo que nunca tivemos. Doenças que hoje, pelo contato com a sociedade e com o dinheiro, começa a ter uma alimentação que antes não era consumida. Tudo isso nos faz depender da saúde dos brancos (#E04).

**Dimensão 2:** Falta de instrução formal, mas escuta sensível à natureza - Revela-se uma tensão entre a ausência de educação formal em muitos territórios indígenas e a presença de saberes tradicionais profundos, transmitidos por gerações através da observação direta da natureza. Os entrevistados reconhecem que, embora não tenham formação acadêmica ou técnica sobre mudanças climáticas,

possuem uma escuta atenta aos sinais do ambiente, como o comportamento dos animais, o vento, as transformações no solo e até as respostas do próprio corpo. Esse conhecimento tradicional permite perceber sinais ambientais que passam despercebidos por outras populações, justamente por ser baseado em uma relação contínua, sensível e espiritual com o território. A floresta, nesse contexto, é percebida como um organismo vivo que comunica, adoece e avisa.

Nas falas também é percebido um lamento pela perda gradual da conexão com certos saberes ancestrais, como a leitura das estrelas, impactados pelas mudanças climáticas, pela poluição luminosa e pela própria modernização dos modos de vida. Esse afastamento é sentido como uma ruptura nas relações entre cultura, tempo e natureza. Há uma consciência de que as transformações ambientais não afetam apenas a fauna e a flora, mas também a forma como o conhecimento é produzido, transmitido e atualizado. A crise climática, portanto, é também uma crise de continuidade do saber tradicional, que precisa ser protegida com o mesmo compromisso com que se protegem os recursos naturais.

Essas reflexões convidam a repensar o conceito de conhecimento e a questionar os critérios que legitimam ou deslegitimam determinadas formas de saber. A invisibilização dos conhecimentos indígenas no debate ambiental é sintoma de um modelo colonial de ciência e de política que ainda desvaloriza o que não passa pela lógica acadêmica ou técnica ocidental. Reconhecer que a escuta da natureza é um saber legítimo e necessário amplia a compreensão sobre as mudanças climáticas e abre espaço para práticas de cuidado com o planeta mais integradas, sensíveis e respeitadas com os povos que historicamente preservam os territórios.

Nós na mata não temos muita instrução educacional sobre as mudanças climáticas e os problemas ambientais, mas a gente escuta a natureza. Ela está nos dizendo que está desequilibrado tudo (#E01).

Não temos diploma, mas sabemos escutar o vento, os bichos, o solo (#E02).

A floresta avisa quando está doente, a gente sente isso no corpo (#E04). Antigamente meus avós viam pelas estrelas quando ia chover ou fazer sol, o que ajudava no plantio, hoje já não podemos mais seguir as estrelas (#E04).

**Dimensão 3:** Desigualdade estrutural e invisibilização das populações indígenas - As falas dos entrevistados revelam uma percepção profunda de invisibilidade diante das instituições, da mídia e da sociedade brasileira. A ausência de representação dos povos indígenas nos espaços públicos e nas narrativas dominantes contribui para a manutenção de uma desigualdade estrutural histórica. Os entrevistados reconhecem que essa marginalização não é apenas fruto de negligência atual, mas de um desconhecimento profundo das raízes indígenas do Brasil. A falta de reconhecimento da presença e das contribuições indígenas perpetua uma exclusão que dificulta o acesso a direitos, a valorização cultural e a escuta ativa de suas demandas.

Além da invisibilização, os relatos apontam para uma contradição: fala-se em meio ambiente, mas ignora-se quem tradicionalmente habita e cuida dele. A defesa ambiental, quando desconectada das vozes e vivências dos povos indígenas, torna-se superficial e limitada. Essa desconexão revela um modelo de desenvolvimento que continua excluindo os povos originários e desconsiderando suas formas de vida como legítimas e essenciais à preservação ambiental e cultural. A crítica implícita nas falas apresenta que, sem reconhecer os povos indígenas como sujeitos políticos, históricos e territoriais, não é possível construir uma sociedade verdadeiramente justa e sustentável.

Pelo próprio povo brasileiro não estar a par da situação e dos seus ancestrais. pelo desconhecimento do próprio povo, podemos ter uma noção de que esse reconhecimento não vai vir (#E01).

A gente não aparece na televisão, ninguém escuta nossas lutas (#E02).

Falam de meio ambiente, mas esquecem de quem mora dentro dele (#E03).

- **Categoria 7 - Novas gerações e o futuro do meio ambiente**

Na categoria sobre as novas gerações e as principais preocupações sobre o futuro do meio ambiente, foram identificadas duas dimensões: a transmissão cultural como herança e proteção do território; e a conscientização e fortalecimento das raízes para enfrentamento futuro.

**Dimensão 1:** Transmissão cultural como herança ecológica - A educação tradicional foi apontada pelos entrevistados como uma ferramenta essencial para a preservação ambiental e a continuidade da

vida nos territórios indígenas. O repasse dos saberes ancestrais às novas gerações por meio de histórias, rituais, cantos e práticas cotidianas, é visto como uma forma de fortalecer a consciência ecológica desde cedo. Ao aprenderem a respeitar os elementos naturais como o rio, a floresta, o solo e os ciclos da vida, as crianças desenvolvem uma relação de cuidado com o território, fundamentada no pertencimento e na responsabilidade coletiva.

Essa transmissão não se limita à memória cultural, mas é compreendida como um ato de resistência e proteção do futuro. O fortalecimento da identidade indígena, promovido pela valorização das raízes e do conhecimento tradicional, contribui para formar jovens mais engajados na defesa do meio ambiente e dos direitos territoriais. A educação, nesse contexto, assume um papel político e espiritual, funcionando como elo entre o passado e o futuro, entre o saber e a ação, entre a cultura e a natureza.

Se as crianças aprenderem a respeitar o rio, a mata, vão cuidar no futuro (#E01).

Quando a gente tem um conhecimento sobre algo, a gente consegue modificar, por isso a educação é importante na atuação da preservação e proteção do território indígena (#E03).

Ensinar é proteger. Quando eles conhecem, eles defendem (#E04). Os jovens precisam fortalecer a cultura, isso é vida, isso é respeito a natureza, é o sistema de ligação entre o céu e a terra, a água e a natureza. A educação é importante, para as crianças não esquecerem de onde vieram e quem são. É fundamental manter raízes e defender as terras, a cultura e também levar boas ideias e práticas (#E04).

**Dimensão 2:** Preocupação com a continuidade e destruição do planeta - Os entrevistados demonstram uma grande preocupação diante da degradação ambiental acelerada e de suas consequências para as futuras gerações. Há um sentimento de impotência diante da falta de escuta e de ações concretas por parte da sociedade e das autoridades, enquanto os sinais da crise climática já são vivenciados em seus territórios. Essa percepção de colapso ambiental iminente não é apenas uma preocupação abstrata, mas uma realidade sentida no cotidiano. A insegurança em relação ao que os filhos e netos irão encontrar revela uma ruptura no equilíbrio entre natureza, cultura e futuro, o que reforça a urgência de mudanças estruturais nas formas como os recursos naturais são tratados e como os saberes indígenas são ouvidos e valorizados.

No futuro próximo eu vejo que, no nosso território, o meio ambiente não vai melhorar (#E01).

Do jeito que está indo, nossos filhos não vão ter floresta (#E02).

É um choque de realidade, se a gente não conseguir mudar agora, o nosso futuro vai ser pior do que já está sendo. A seca já está grande e já sofremos com falta de água. (#E03)

A gente fala, mas parece que o mundo não quer ouvir (#E04). Todo o indígena que mora na terra não se sente seguro ao olhar para as futuras gerações (#E04).

- **Categoria 8 - Autonomia e protagonismo indígena**

Na categoria sobre a autonomia e o protagonismo dos povos originários, foram identificadas três dimensões: a formação e educação de indígenas para atuação nas aldeias; a construção política e defesa de direitos a partir dos próprios povos; e as iniciativas autônomas como bioeconomia e proteção comunitária.

**Dimensão 1:** Formação e educação de indígenas para atuação nas aldeias - Os entrevistados destacaram a importância de formação técnica e política para que os próprios indígenas assumam funções nas aldeias e promovam o desenvolvimento com base em seus valores. A educação é vista como ferramenta de fortalecimento da autonomia.

Educar mais indígenas, isso é um meio de qualificar mais indígenas para poderem atuar dentro das aldeias (#E01).

Temos que formar nossos jovens para que sejam nossos professores, nossos líderes (#E02).

Criar um canal de ensinamento para a manutenção dos conhecimentos para as novas gerações (#E04). A educação é importante, para as crianças não esquecerem de onde vieram e quem são (#E04).

**Dimensão 2:** Construção política e defesa de direitos a partir dos próprios povos - A luta política por direitos tem ganhado força a partir da organização dos próprios povos indígenas, que articulam suas pautas por meio de coletivos, assembleias e redes de mobilização. Os entrevistados apontam que essa

articulação tem se expandido. Trata-se de um movimento que não apenas reivindica direitos básicos, como demarcação de terras, educação diferenciada e proteção ambiental, mas também afirma a autonomia política e o protagonismo indígena nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida. Esse direito à autodeterminação está previsto no Artigo 4º, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que assegura aos povos indígenas o direito à autonomia e ao autogoverno em questões relacionadas aos seus assuntos internos e locais (ONU, 2007, Art. 4).

Esse protagonismo rompe com antigas práticas tuteladas, nas quais decisões sobre os povos indígenas eram tomadas por agentes externos, quase sempre sem consulta ou diálogo. Hoje, há uma consciência crescente da importância de que os próprios indígenas conduzam suas lutas, falem por si e ocupem os espaços institucionais e políticos de forma ativa. A construção coletiva de estratégias e a valorização das lideranças tradicionais e jovens fortalecem essa dinâmica de resistência e afirmação identitária.

A gente se organiza em assembleias, em redes, e cobra nossos direitos (#E04).

Tem que ser a gente falando por nós, não mais o branco decidindo tudo (#E02).

**Dimensão 3:** Iniciativas autônomas como bioeconomia e proteção comunitária - Diversas iniciativas autônomas têm sido criadas dentro das próprias aldeias para promover sustentabilidade e autonomia econômica, como projetos de bioeconomia, turismo de base comunitária, proteção ambiental e medicina tradicional. Essas ações demonstram o fortalecimento das capacidades locais e o protagonismo ativo das comunidades na gestão de seus territórios e saberes.

Trabalho com medicina tradicional e também ensino jovens a fazer pomadas e xaropes (#E01). A comunidade criou um sistema de vigilância, sem depender de ninguém (#E01).

Preseruações sociais, ambientais e culturais são fundamentais e, dentro disso, encontrar uma forma de criar bioeconomia para fortalecer as comunidades (#E04)

#### ● **Categoria 9: Relação entre cultura e território**

Na categoria 9 foram identificadas duas dimensões: a natureza como mãe, identidade e base da existência; e o pertencimento ao território como fonte de proteção e futuro.

**Dimensão 1:** A natureza como mãe, identidade e base da existência - Os entrevistados apontam que a natureza é vista não apenas como um espaço físico, mas como parte integrante da existência. A mata, os rios, os animais e os ciclos naturais são considerados sagrados, e essa relação espiritual e simbólica constitui a base da identidade indígena. Essa dimensão revela que o rompimento com o território representa também um rompimento com os laços culturais, afetivos e espirituais que sustentam as comunidades.

A floresta é nossa mãe, ela dá tudo que a gente precisa e a gente tem que cuidar dela (#E01).

Mato é mãe da gente (#E02)

A natureza é a base de tudo (#E03)

Sem o território, a gente deixa de ser quem é. A cultura está ali, na terra (#E04).

**Dimensão 2:** O pertencimento ao território como fonte de proteção e futuro - Estar no território tradicional é compreendido pelos entrevistados como uma forma de segurança física, cultural e espiritual. É nesse espaço que os rituais acontecem, que os saberes são transmitidos e onde se projeta o futuro das novas gerações. Essa relação de pertencimento reforça a centralidade do território na manutenção da identidade coletiva e do modo de vida indígena.

Quando estamos no nosso território, a gente se sente protegido, tem força (#E02).

É onde criamos nossos filhos, ensinamos os cantos, plantamos, colhemos... tudo está ali (#E03).

#### ● **Categoria 10 - Serviço Social nas comunidades indígenas**

Na categoria sobre a identificação da atuação do Serviço Social dentro das comunidades indígenas, foram identificadas três dimensões: a presença limitada e descontinuidade nas ações profissionais; o reconhecimento do papel do Serviço Social como apoio essencial; e a necessidade de equipes interdisciplinares respeitadas e culturalmente sensíveis.

**Dimensão 1:** Presença limitada e descontinuidade nas ações profissionais - Os relatos evidenciam que a atuação do Serviço Social nas comunidades indígenas é marcada por uma presença extremamente limitada, o que contribui para o enfraquecimento das relações entre profissionais e população local. A baixa frequência de visitas, aliada à falta de continuidade nos atendimentos, impede o desenvolvimento de ações planejadas, estruturadas e comprometidas com processos de longo prazo. Essa ausência não apenas compromete a efetividade do acompanhamento social, como também inviabiliza a criação de vínculos de confiança, fundamentais para o trabalho em territórios tradicionalmente marginalizados.

Além disso, a desarticulação entre as visitas pontuais e as demandas complexas das comunidades gera uma percepção de inutilidade dos serviços prestados. A população, ao não perceber resultados concretos ou melhorias sustentáveis, tende a desacreditar na eficácia das intervenções, o que reforça a sensação de negligência institucional. Essa lacuna na presença profissional também dificulta o reconhecimento das especificidades culturais e territoriais, gerando respostas padronizadas que não dialogam com a realidade local. Em consequência, limita-se o acesso a direitos e esvazia-se o potencial do Serviço Social como instrumento de transformação e fortalecimento da proteção social nas comunidades indígenas.

A gente nunca teve nenhum tipo de profissional na nossa terra (#E02).

Na época em que eu morava na comunidade, não. Mas eu sempre via enfermeiros (#E04)

Para mim, com os atendimentos, eu não vejo diferença nenhuma, eles vêm e voltam vazios. Nós não temos esse apoio de fora (#E03). Às vezes vem uma ou duas vezes no ano, mas é muito difícil mesmo (#E03).

Além disso, foi percebido que, quando presentes, os assistentes sociais atuam quase exclusivamente vinculados às estruturas da saúde, como os DSEI ou as CASAI, limitando sua ação a encaminhamentos clínicos ou administrativos. Essa inserção restrita dificulta a atuação em outras áreas importantes para a vida comunitária, como questões ambientais, organização social, atenção aos idosos e fortalecimento das lideranças locais. Essa limitação de escopo reduz o potencial transformador do Serviço Social nas aldeias.

No DSEI, tem um assistente social. Ela entrevista a família, vê a situação, se tem dinheiro ou não, e aí encaminha para a pessoa ser internada (#E04).

Temos apoio a Casai de Peixoto, em que tem os assistentes sociais e os médicos (#E03).

Ela [assistente social] era da SESAI, ela sempre vinha em equipe com outros profissionais, a dentista, o médico e todo o pessoal da saúde (#E01).

Por fim, alguns entrevistados apontaram que a própria geografia das comunidades indígenas, bem como as desigualdades regionais do país representam obstáculos importantes para a presença regular de profissionais. As longas distâncias, o difícil acesso e as diferentes realidades climáticas e culturais exigem planejamento e estrutura adequada. Para muitos, a ausência não é apenas negligência, mas também resultado de um sistema que não considera a diversidade territorial e sociocultural do Brasil. Isso reforça a necessidade de estratégias que considerem essa complexidade no planejamento das políticas públicas.

Normalmente visitava apenas a aldeia mãe (#E01). Eu sinto que depende muito do estado. O Brasil é um país continental e conseguir ter profissionais em todos os lados é muito desafiador (#E01).

Nós temos regiões diferentes, climas diferentes, culturas diferentes. É preciso, dentro disso, analisar e mapear com uma equipe ligada à saúde, ao SS, a técnicos florestais, e outros (#E04).

**Dimensão 2:** Reconhecimento do papel do Serviço Social como apoio essencial - Apesar das dificuldades, os participantes reconhecem o valor e a importância da presença do Serviço Social, sobretudo quando realizado com compromisso, escuta ativa e apoio à garantia de direitos. O Serviço Social é visto por todos como um aliado potencial na mediação com instituições, acesso a políticas públicas e fortalecimento da autonomia comunitária.

As falas dos entrevistados reforçam a ideia de que essa atuação não deve ser apenas técnica, mas também política, comprometida com a luta das comunidades. A presença de assistentes sociais sensíveis às demandas específicas dos povos indígenas é considerada essencial para assegurar que os direitos sejam respeitados e para fortalecer a organização coletiva. O reconhecimento do Serviço Social como



parte da luta demonstra a importância de sua inserção ativa e contínua nas comunidades, contribuindo tanto para o enfrentamento das vulnerabilidades quanto para a construção de alianças duradouras

Essa profissão é essencial, se não fossem esses profissionais muitas pessoas que estão em vulnerabilidade não seriam assistidas (#E01).

A gente está na luta e precisamos de gente para estar na luta junto (#E02).

A presença do assistente social é importante para integrar o sistema (#E04).

**Dimensão 3:** Necessidade de equipes interdisciplinares respeitadas e culturalmente sensíveis - Os entrevistados também ressaltaram que a atuação social deve ocorrer em conjunto com outras áreas, e que os profissionais precisam estar abertos a aprender e respeitar a cultura indígena. A sensibilidade cultural foi apontada como critério essencial para a efetividade das ações. Assim, destaca a importância da formação adequada dos profissionais e da composição de equipes interdisciplinares que dialoguem com os saberes e práticas indígenas de forma horizontal.

A atuação com povos indígenas requer não apenas a presença de profissionais qualificados, mas também um compromisso ético com o respeito à diversidade cultural e aos saberes tradicionais. Os entrevistados evidenciam a importância de uma abordagem interdisciplinar, em que diferentes áreas do conhecimento atuem de forma integrada, promovendo o diálogo entre saberes ocidentais e indígenas. Esse trabalho conjunto é fundamental para garantir ações mais eficazes, sustentáveis e legitimadas pelas próprias comunidades.

A sensibilidade cultural aparece como um critério indispensável para a efetividade das ações sociais e de saúde, apontando para a necessidade de formação específica dos profissionais que atuam nesses contextos. A escuta ativa, o reconhecimento das lideranças indígenas e o envolvimento de anciãos e sábios locais são caminhos apontados para construir intervenções verdadeiramente participativas e transformadoras.

Além disso, há uma crítica à lógica assistencialista, que reduz a presença do Estado ao fornecimento pontual de serviços. Os relatos indicam que o trabalho com povos indígenas deve ir além do apoio técnico, sendo orientado por relações horizontais e respeitadas, que valorizem o protagonismo indígena e incorporem seus conhecimentos na formulação de políticas públicas. A consulta e o diálogo direto com os povos são apresentados como elementos essenciais para fortalecer a defesa dos territórios, dos recursos naturais e da própria identidade cultural indígena.

Mais profissionais em saúde indígena e mais assistentes sociais especializados em questões indígenas (#E01).

Trabalhar com povos indígenas é mais do que oferecer apoio (#E03).

Participar de equipes multidisciplinares, juntamente com sábios indígenas para uma intervenção mais eficaz com povos indígenas (#E04). O governo deveria consultar mais os povos, aprender, ouvir os conhecimentos dos povos indígenas e levar nossa voz para dentro das instituições. Acredito que isso poderia fortalecer a defesa e a produção da terra, da água e da floresta (#E04).

### 3. 3. Discussão dos Resultados

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas com assistentes sociais e representantes indígenas revelou uma série de interseções, tensões e complementaridades que apontam para os desafios e potencialidades do Serviço Social Ecológico na promoção da sustentabilidade socioambiental em territórios indígenas. Esta discussão parte do entrelaçamento das experiências e percepções dos dois grupos, revelando que qualquer intervenção comprometida com a justiça social e ambiental exige o reconhecimento da centralidade do território e da ancestralidade na vida dos povos originários.

Um dos aspectos mais contundentes destacados por ambos os grupos diz respeito à desvalorização, tanto interna quanto externa, dos saberes tradicionais. Enquanto os assistentes sociais apontam a necessidade de valorizar os conhecimentos ancestrais como base para uma prática ecológica crítica, os indígenas entrevistados denunciam a influência da cultura ocidental e do consumismo como agentes de erosão cultural. A convergência dessas vozes escancara o papel que o Serviço Social Ecológico deve assumir, isto é, de mediador cultural, capaz de reconhecer que a sustentabilidade não é apenas um imperativo ambiental, mas uma exigência ética de respeito aos modos de vida e epistemologias não

hegemônicas. Para que o Serviço Social não reproduza práticas colonizadoras, é fundamental que suas estratégias de intervenção incorporem saberes indígenas como orientadores de processos de resistência e transformação.

No entanto, essa valorização simbólica ainda encontra sérias barreiras institucionais. As falas dos assistentes sociais revelam um distanciamento crítico entre teoria e prática. Mesmo os profissionais mais sensíveis às questões indígenas enfrentam entraves estruturais como falta de formação específica, ausência de equipes técnicas interdisciplinares, e políticas públicas fragmentadas ou ineficazes. Essa precariedade reflete um modelo de intervenção baseado em uma lógica assistencialista e desconectada das realidades territoriais, o que compromete não apenas a eficácia das políticas, mas a própria ética da intervenção. Por sua vez, os indígenas denunciam a destruição ambiental como uma forma de rompimento cultural e social, uma violência que vai além da perda material e que compromete a existência coletiva. Assim, o impacto ambiental não é um tema a ser incluído, mas um campo vivo de disputa, que exige escuta sensível, comprometimento político e atuação intersetorial. Outro ponto de diálogo relevante é a noção de território. Para os povos indígenas, o território não é um bem a ser protegido, mas uma extensão do próprio ser, uma totalidade que integra o corpo, o espírito, a memória e a cultura. Essa compreensão amplia a própria definição de meio ambiente, deslocando-a do paradigma moderno ocidental, que o reduz a um espaço físico, para uma lógica relacional e simbólica. Os assistentes sociais, especialmente aqueles com maior tempo de atuação em contextos indígenas, demonstram crescente conscientização sobre essa perspectiva. Contudo, a ausência de diretrizes curriculares que incorporem essa complexidade ainda produz profissionais despreparados para lidar com os conflitos socioambientais que atravessam a realidade indígena.

A interconexão entre meio ambiente e saúde, outro eixo central apontado nas falas, ilustra bem essa urgência. As denúncias sobre contaminação de rios por mercúrio, fome, desnutrição infantil e dependência química revelam que o adoecimento dos corpos indígenas está diretamente vinculado ao adoecimento do território. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social não pode restringir-se a encaminhamentos e diagnósticos sociais, mas precisa assumir uma dimensão ecológica-política que compreenda a saúde como um direito indissociável da preservação ambiental. Os profissionais entrevistados demonstram compreensão desse vínculo, mas apontam os limites impostos por políticas públicas desarticuladas e instáveis, além da ausência de concursos e financiamento contínuo. Por outro lado, os indígenas relatam estratégias de resistência baseadas na revitalização cultural e na educação das crianças com foco no pertencimento ao território, o que reforça a importância da escuta e do apoio às iniciativas comunitárias como forma de intervenção.

É nesse cenário que ganha força a articulação entre o Serviço Social Ecológico e o Serviço Social Indígena. Embora os entrevistados reconheçam que essa integração ainda está em construção, há consenso de que ela é essencial para uma prática mais enraizada e transformadora. A atuação isolada de profissionais, sem o apoio das comunidades e sem o reconhecimento da complexidade cultural dos territórios, tende a reproduzir a lógica da intervenção externa, que impõe soluções sem escuta. Assim, o Serviço Social precisa operar como um agente de mediação, capaz de articular redes, fortalecer vínculos e criar pontes entre os saberes acadêmicos e os saberes ancestrais. Para isso, a formação profissional deve ser revista, incorporando a dimensão ambiental como eixo transversal, e promovendo uma ética de respeito, humildade epistêmica e compromisso com a justiça socioambiental.

Os resultados desta pesquisa, na nossa percepção, evidenciam que o Serviço Social Ecológico só pode cumprir seu papel se atuar em aliança com os saberes e as práticas dos povos originários, promovendo não apenas inclusão, mas transformação, em direção a uma sociedade que reconheça o direito à diferença e a urgência da sustentabilidade como fundamentos da justiça social. Mais do que reconhecer a importância da cultura indígena, o Serviço Social precisa construir em conjunto estratégias de enfrentamento baseadas na autonomia dos povos e no respeito à pluralidade de saberes.

Nesse sentido, atuar junto aos povos indígenas exige mais do que empatia, pois requer compromisso ético, articulação política e revisão constante das próprias práticas profissionais. Os dados mostram que os indígenas não apenas demandam políticas públicas mais eficazes, mas também propõem caminhos, estratégias e modos de vida sustentáveis que resistem há séculos às investidas colonizadoras. O Serviço Social, ao reconhecer essa potência, desloca seu lugar de fala para uma posição de parceria e aliança, abandonando o papel de tutela para construir, junto às comunidades, formas concretas de proteger a vida em todas as suas dimensões.

Assim, a prática do Serviço Social Ecológico se fortalece quando abandona a lógica assistencialista e tecnocrática e se reconecta com seu projeto ético-político de transformação social. Trabalhar com povos indígenas é também trabalhar contra as estruturas que os violentam, deslegitimam e invisibilizam. É construir uma prática profissional que compreende que não há justiça social possível sem justiça ambiental, e que a defesa do território indígena é, em essência, uma defesa da vida. Esse é o desafio e, ao mesmo tempo, a potência do Serviço Social Ecológico na contemporaneidade.

Essa compreensão desloca o Serviço Social de uma atuação centrada apenas em demandas pontuais e o insere em um campo de luta mais amplo, onde o território é reconhecido como espaço de existência, memória e resistência. Proteger os territórios indígenas é também proteger os modos de vida que preservam a biodiversidade, os vínculos coletivos e os saberes ancestrais que desafiam a lógica do consumo e da destruição. Nesse sentido, o Serviço Social Ecológico não é apenas uma alternativa de atuação, mas uma necessidade urgente, pois afirma-se como uma prática capaz de articular justiça social e justiça ambiental, promovendo o equilíbrio entre natureza e sociedade, fortalecendo comunidades vulneráveis e contribuindo para a construção de um futuro sustentável para todos, não apenas para os povos indígenas, mas para toda a humanidade.

## Conclusões

A presente investigação permitiu compreender, a partir de uma abordagem ecológica e intercultural, como o Serviço Social Ecológico se articula com os povos indígenas na construção de práticas voltadas à sustentabilidade e à justiça socioambiental. Diante das intensas crises ambientais que a humanidade enfrenta atualmente, como as mudanças climáticas, as enchentes, as ondas de calor e a ocorrência de furacões, o tema revela-se urgente e extremamente pertinente. No entanto, ainda é pouco explorado nas falas e práticas do Serviço Social, tanto no âmbito acadêmico como no exercício profissional. A escolha deste tema surgiu, inicialmente, a partir de um dado divulgado pela ONU, segundo o qual os povos originários são responsáveis por proteger cerca de 80% da biodiversidade global. Tal informação desperta uma lógica clara: se há urgência em desenvolver políticas e ações voltadas à preservação ambiental, nada mais coerente do que fazê-lo junto àqueles que historicamente cuidam da biodiversidade, os povos indígenas.

Reconhecer e apoiar esses povos, dar-lhes voz e visibilidade, é também atuar em defesa do meio ambiente como um todo. Nesse sentido, o Serviço Social se depara com um papel estratégico e ainda pouco consolidado: o de atuar com os povos indígenas na promoção da sustentabilidade ambiental, e de utilizar a ecologia como ferramenta de fortalecimento dos direitos, da dignidade e da justiça social nas comunidades originárias.

Assim, o ponto de partida da pesquisa foi uma inquietação essencial: de que modo a atuação do Serviço Social pode dialogar, de forma ética e respeitosa, com os saberes, modos de vida e lutas dos povos originários brasileiros? As respostas emergiram da extensa pesquisa bibliográfica e, principalmente, das vozes de assistentes sociais e indígenas entrevistados, que juntos revelaram caminhos possíveis para uma prática profissional comprometida com a vida, a diversidade e o território.

Ao longo do processo investigativo, observou-se que o Serviço Social Ecológico encontra um campo fértil de atuação nos territórios indígenas, marcados por conflitos ambientais, disputas por direitos e resistência cultural. A análise das transformações socioecológicas no Brasil e no mundo reforçou que os povos indígenas estão entre os mais afetados pelas injustiças ambientais, mas também entre os que mais oferecem alternativas concretas e sustentáveis de convivência com a natureza. Nessa perspectiva, sustentabilidade não pode ser dissociada de justiça social.

A pesquisa demonstrou que os povos indígenas não apenas preservam os ecossistemas, mas o fazem a partir de uma cosmovisão própria, na qual o território é compreendido como extensão da vida e não como bem de consumo. Essa concepção desestabiliza os fundamentos da racionalidade ocidental e exige do Serviço Social uma postura ética de escuta, humildade epistêmica e diálogo intercultural. Como destaca Rocha (2016), a sustentabilidade só pode ser pensada de forma integral quando articula as dimensões social, ambiental e cultural da vida. A partir desse princípio, confirmou-se a relevância da atuação crítica e situada dos assistentes sociais em contextos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos de saber, com protagonismo nas lutas ecológicas.

As entrevistas com profissionais evidenciaram uma crescente consciência sobre a importância de incorporar as dimensões ecológicas e territoriais nas práticas do Serviço Social. Contudo, foi possível identificar obstáculos significativos, sendo o mais expressivo a formação acadêmica insuficiente sobre as questões ambientais e indígenas. A formação universitária desempenha um papel crucial, pois fornece as bases teóricas e críticas necessárias para que os profissionais atuem com competência, sensibilidade e posicionamento político nessa área. Além disso, foram destacados entraves como a fragmentação e instabilidade das políticas públicas e o funcionamento institucional ainda marcado por lógicas assistencialistas e descontextualizadas. Apesar disso, os profissionais demonstraram disposição em superar essas limitações por meio de uma atuação próxima das comunidades, valorizando os saberes locais.

Do lado das comunidades indígenas, os relatos reforçaram a centralidade do território, da cultura e da autonomia em sua luta por justiça. Suas falas revelaram, de um lado, o sofrimento causado pela destruição ambiental e pelo avanço de empreendimentos desenvolvimentistas; de outro, a força das estratégias de resistência, como a educação comunitária e o resgate cultural. Essas práticas demonstram que a atuação do Serviço Social com os povos indígenas deve ir além do atendimento pontual e alinhar-se às lutas políticas por autodeterminação, território e reconhecimento.

Dessa forma, pode-se afirmar que todos os objetivos da pesquisa foram alcançados. A questão ambiental foi abordada em sua complexidade, revelando suas interações com as desigualdades sociais.

A questão indígena foi analisada em sua trajetória histórica, desafios contemporâneos e protagonismo na construção de alternativas sustentáveis. E a articulação entre o Serviço Social Ecológico e os povos indígenas foi compreendida como um processo em construção, que apresenta desafios, mas também grandes potencialidades. Ao aproximar teoria acadêmica e saberes ancestrais, a pesquisa contribuiu para consolidar a perspectiva eco-social como referência teórico-metodológica e ética da profissão.

A conclusão central deste trabalho é que o Serviço Social Ecológico, para ser coerente com seu projeto ético-político, deve posicionar-se de forma firme ao lado dos povos indígenas e da defesa da vida em sua totalidade. Isso implica reconhecer que não há justiça social sem justiça ambiental, e que a luta por territórios livres, biodiversos e autônomos é, também, uma luta por um futuro comum. Como afirmam Dominelli (2012) e Rocha (2016), a prática profissional deve reconhecer as interdependências entre humanos e natureza, atuando para transformar as estruturas sociais geradoras de desigualdade, exploração e degradação ambiental.

Essa orientação está alinhada com os princípios éticos internacionais da profissão. A definição global de Serviço Social aprovada em 2014, reconhece explicitamente o valor dos saberes tradicionais e dos conhecimentos indígenas como fundamentos legítimos de compreensão do mundo, da natureza e das relações sociais. Segundo esse documento, é dever do assistente social atuar com sensibilidade cultural e promover o reconhecimento da diversidade epistemológica na formulação de respostas às injustiças socioambientais (IFSW & IASSW, 2014). Esta pesquisa permitiu, portanto, compreender de que forma esses conhecimentos indígenas, referidos na definição global, podem ser incorporados à prática profissional, contribuindo para a atuação crítica, situada e transformadora no contexto ambiental e territorial.

Conclui-se, assim, que a relação entre o Serviço Social Ecológico e os povos indígenas se constrói a partir de pilares éticos fundamentais: a escuta ativa, o reconhecimento mútuo, a valorização dos saberes tradicionais e a atuação política comprometida com a preservação dos territórios. Trata-se de uma prática que rompe com a lógica impositiva e intervencionista historicamente presente nas políticas públicas voltadas para os povos originários, e que propõe, em seu lugar, uma atuação baseada no diálogo intercultural, na co-construção de estratégias de resistência e no respeito às especificidades culturais e territoriais. O Serviço Social, ao adotar uma postura ecológica crítica, contribui diretamente para o fortalecimento das lutas indígenas por autodeterminação, ao mesmo tempo em que amplia sua própria relevância social, ao se posicionar como agente de transformação em contextos de profundas desigualdades ambientais e sociais.

Não se trata de levar soluções prontas às comunidades, mas de construir pontes sólidas entre o saber técnico-profissional e os saberes ancestrais, promovendo alianças que fortaleçam a vida em todas as suas dimensões. É nesse gesto de compromisso e co-responsabilidade que o Serviço Social Ecológico encontra sua maior potência: ser um instrumento de transformação social, ecológica e cultural, voltado não apenas para a defesa dos direitos dos povos indígenas, mas para a construção de um novo paradigma de convivência entre seres humanos e natureza. Um paradigma que reconheça que proteger o território é proteger a vida, que escutar os povos indígenas é escutar a Terra; e que a justiça social só será possível se caminhar, conjuntamente, com a justiça ambiental.

## Bibliografia

- Acselrad, H. (2010). *Justiça ambiental e cidadania*. Editora Relume Dumará.
- Alho, C. J. R., Mamede, S. B., & Benites, M. (2019). Threats to the biodiversity of the Brazilian Pantanal due to land use and occupation. *Brazilian Journal of Biology*, 79(1), 87–98.
- Artaxo, P. (2020). Environmental policies threaten the future of Brazilian biomes. *Nature Climate Change*, 10(9), 714–716.
- Associação Portuguesa de Serviço Social. (n.d.). *Definição de serviço social*. <https://servicosocial.pt/definicao-de-servico-social/>
- Barbier, E. B. (2020). Greening the post-pandemic recovery in the G20. *Environmental and Resource Economics*, 76(4), 685–703.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). Edições 70.
- Biasio, R. (2021). Diálogo da natureza e um pirata: A ecocrítica por uma perspectiva descolonizadora. *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 57, 1–15.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. <http://www.planalto.gov.br>
- Brasil. (2004). *Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004: Promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm)
- Bullard, R. D. (2000). *Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality*. Westview Press.
- Carneiro da Cunha, M. (2009). *Cosmovisão e cultura indígena*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI. (2008). *Movimento e organizações indígenas no Brasil*. <https://cimi.org.br/2008/07/27614/>
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI. (2023). *Relatório sobre violência contra os povos indígenas no Brasil*. <https://www.cimi.org.br/>
- Corne, J. D. S. (n.d.). “Um foguinho nascendo, uma sementinha plantada”: O debate da questão indígena no Serviço Social brasileiro.
- Dominelli, L. (2012). *Green social work: From environmental crises to environmental justice*. Polity Press.
- Dominelli, L., & Nikku, B. R. (2018). Green social work in theory and practice. In L. Dominelli (Ed.), *The Routledge handbook of green social work* (pp. 17–31). Routledge.
- El País. (2024). *Los pueblos indígenas reivindican la financiación directa para cuidar la naturaleza en la COP16 de biodiversidad*. <https://elpais.com/>
- FAO. (2020). *State of the world's forests 2020: Forests, biodiversity and people*. Food and Agriculture Organization. <https://www.fao.org/3/ca8642en/CA8642EN.pdf>
- Fernández, F. X. A., & Posada, X. L. (2012). Serviço social e sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais.

- Ferreira, L. B. (2019). O Serviço Social e as questões ambientais: Desafios e possibilidades de atuação em comunidades vulneráveis. *Serviço Social & Sociedade*, 30(1), 65–78.
- Forests News. (2024). *Por que devemos parar de repetir que 80% da biodiversidade está em territórios indígenas*. <https://forestsnews.cifor.org/>
- FUNAI. (2023). *Cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em terras indígenas*. <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas>
- Gómez, J. A. D., Vásquez Aguado, O., & Pérez, A. G. (Orgs.). (2011). *Serviço social e meio ambiente* (4ª ed.). Cortez.
- Greenpeace Brasil. (2022). *Luta dos povos indígenas: Saiba a importância*. <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/54598/luta-dos-povos-indigenas-saiba-a-importancia/>
- Hortal, A. (2008). *Ética e profissões: Desafios da modernidade*. Universidade Lusíada Editora.
- Huggan, G., & Tiffin, H. (2009). *Postcolonial ecocriticism: Literature, animals, environment*. Routledge.
- IBGE. (2022). *Censo demográfico 2022: População indígena*. <https://www.ibge.gov.br/>
- INPE. (2022). *Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- International Federation of Social Workers & International Association of Schools of Social Work. (2014). *Global definition of social work*. <https://www.ifsw.org/global-definition-of-social-work/>
- IPCC. (2021). *Climate change 2021: The physical science basis*. Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>
- Klink, C. A., & Machado, R. B. (2005). Conservation of the Brazilian Cerrado. *Conservation Biology*, 19(3), 707–713. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2005.00702.x>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami* (M. L. P. de Oliveira, Trad.). Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo* (1ª ed.). Companhia das Letras.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). Atlas.
- Martinez-Alier, J. (2002). *The environmentalism of the poor: A study of ecological conflicts and valuation*. Edward Elgar Publishing.
- Martins, C. A., et al. (2022). A questão indígena e o Estado brasileiro atual. *Research, Society and Development*, 11(11), e51911129362.
- Marques, E. J. D. S. T., & Schmitt, A. R. V. (2021). O Serviço Social ambiental: Compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. *Revista Katálysis*, 24(3), 607–616.
- MMA. (2022). *Biomass brasileiros*. Ministério do Meio Ambiente.
- Oliveira, N. G. de. (2023). A questão indígena e suas contribuições para a incorporação do debate nas entidades do Serviço Social brasileiro.

- ONU. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. <https://www.un.org>
- ONU. (2007). *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. <https://www.un.org>
- ONU. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>
- ONU. (2021). *Povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas na América Latina e no Caribe*. <https://brasil.un.org>
- ONU. (n.d.). *10 curiosidades sobre povos indígenas*. <https://news.un.org/pt/gallery/168991>
- Organização Internacional do Trabalho. (1989). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais*. OIT.
- Peeters, J. (2012). Social work and sustainable development: Towards a social-ecological practice model. *Journal of Social Intervention: Theory and Practice*, 21(3), 5–26.
- PNUMA. (2020). *Como o conhecimento indígena pode ajudar a prevenir crises ambientais*. <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/como-o-conhecimento-indigena-pode-ajudar-prevenir-crises>
- Rocha, H. M. B. C. C. L. (2016). *Serviço Social e ambiente: A sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis*. Tese de doutorado, Universidade Lusófona.
- Roberto do Amaral, W., & Barroso Bilar, J. A. (2020). A questão indígena no Serviço Social: Um debate necessário na profissão. *Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, 18(46), 69–84.
- Santana, P. N. (2022). A atuação do assistente social junto aos povos indígenas.
- Santos, R. C. D., & Silva, M. R. (2015). A relação entre Serviço Social e paradigma ecológico: Novas possibilidades de atuação profissional. *Jornadas Interinstitucionais de Pesquisa em Psicologia*, 1, 1–9.
- Santos, R. V., et al. (2019). The identification of the Indigenous population in Brazil's official statistics. *Statistical Journal of the IAOS*, 35(1), 29–46. <https://doi.org/10.3233/SJI-180471>
- Schmitz, C. L., Matyók, T., Sloan, L. M., & James, C. (2012). The relationship between social work and environmental sustainability: Implications for interdisciplinary practice. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 278–286.
- Silva, M. G., & Costa, A. P. (2018). Dimensões sociais e ambientais do Serviço Social: Uma análise crítica das práticas profissionais em contextos de vulnerabilidade. *Cadernos de Serviço Social*, 24(2), 45–59.
- Souza, D. T. (2020). Desafios para o Serviço Social na promoção da sustentabilidade nas comunidades periféricas. *Revista de Política Social e Ambiental*, 15(3), 112–126.
- World Resources Institute. (2022). *Florestas em terras indígenas estão entre os últimos sumidouros de carbono da Amazônia*. <https://www.wribrasil.org.br>





## **Anexos**

**Anexo A** – Instrumentos de Proteção Indígena: Convenção nº 169, Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos Indígenas e Constituição Federal Brasileira

A Convenção nº 169 busca promover o empoderamento comunitário, garantindo a participação ativa dos povos indígenas na tomada de decisões que impactam suas vidas, ao mesmo tempo que estabelece padrões globais de proteção (OIT, 1989).

O Brasil ratificou a Convenção nº 169 em 2004, integrando-a ao ordenamento jurídico nacional. Este instrumento reforça os dispositivos constitucionais que garantem os direitos dos povos indígenas, especialmente no que se refere à consulta prévia, livre e informada sobre medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los (Brasil, 2004). No entanto, a implementação efetiva da Convenção no Brasil tem sido objeto de debates e desafios, uma vez que muitas decisões governamentais e empresariais nem sempre respeitam os mecanismos de consulta estabelecidos.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 13 de setembro de 2007, também estabelece um marco significativo no reconhecimento e na promoção dos direitos dos povos indígenas em âmbito global. Este documento afirma que os povos indígenas têm o direito de "conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado" (ONU, 2007, Art. 5). Além disso, a Declaração enfatiza o direito à autodeterminação, permitindo que os povos originários "determinem livremente sua condição política e busquem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural" (ONU, 2007, Art. 3).

A Declaração estabelece diretrizes sobre o direito às terras, territórios e recursos naturais tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, garantindo proteção contra despejos forçados e exploração não consentida (ONU, 2007, Art. 26). Outro aspecto fundamental é o reconhecimento do direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado antes da adoção de medidas que possam afetá-los diretamente (ONU, 2007, Art. 32).

Além de estabelecer diretrizes para os direitos dos povos indígenas, a Declaração de 2007 reforça a necessidade de proteção contra discriminação e violência, garantindo o direito de participação nos processos de decisão em todos os níveis (ONU, 2007, Art. 18). O documento também defende a preservação das línguas, culturas e tradições indígenas, promovendo a educação bilíngue e o acesso aos meios de comunicação (ONU, 2007, Art. 13 e 16). Além disso, reconhece o direito dos povos indígenas à restituição ou compensação justa por terras e recursos confiscados, tomados ou danificados sem seu consentimento (ONU, 2007, Art. 28).

A importância da Declaração da ONU de 2007 está no fato de que ela estabelece padrões globais para a proteção e promoção dos direitos indígenas, influenciando legislações nacionais e contribuindo para a construção de políticas públicas mais inclusivas. Embora não tenha força vinculante como um tratado internacional, a Declaração serve como uma referência essencial para a formulação de políticas e ações governamentais voltadas à inclusão e proteção dos povos indígenas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reforça esses princípios ao reconhecer aos povos indígenas "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" (Brasil, 1988, Art. 231). Esse dispositivo constitucional assegura não apenas a posse permanente dessas terras, mas também o usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes, alinhando-se aos preceitos estabelecidos pela Declaração da ONU de 2007 e pela Convenção nº 169.

**Anexo B** – Serviço Social Ecológico, Ambiental e Verde

<b>Tipo de Serviço Social</b>	<b>Descrição</b>	<b>Referências</b>
Serviço Social Ecológico	Adota uma perspectiva holística, buscando transformar a maneira como a sociedade interage com o meio ambiente. Questiona as causas estruturais da degradação ecológica e propõe novas formas de organização social baseadas na sustentabilidade e no respeito à natureza. Considera que crises ambientais estão ligadas às crises sociais e econômicas, exigindo mudanças profundas na relação humano-natureza para equilíbrio sustentável.	Rocha (2016)
Serviço Social Ambiental	Objetiva responder aos impactos da degradação ambiental sobre populações, mitigando danos e promovendo justiça ambiental. Atua em desastres naturais, reassentamento de comunidades afetadas e formulação de políticas públicas para reduzir desigualdades ambientais. Segundo Mary Alston e Jennifer McKinnon (2005), trabalha diretamente com consequências das crises ambientais, oferecendo suporte a grupos marginalizados impactados por mudanças climáticas e degradação ecológica.	Mary Alston e Jennifer McKinnon (2005)
Serviço Social Verde	Enfático e direcionado no campo socioambiental, ligado a iniciativas políticas, corporativas e institucionais voltadas para sustentabilidade. Inclui práticas como certificação de produtos verdes e implementação de políticas ambientais em setores público e privado. Segundo Dominelli (2012), foca em mudanças estruturais para reduzir danos ambientais, mas pode ser apropriado por empresas para melhorar imagem, sem questionar modelos econômicos que geram degradação.	Dominelli (2012)

Anexo C - Consentimento Informado



## CONSENTIMENTO INFORMADO

### Investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**. O estudo tem por objetivo analisar a contribuição do Serviço Social Ecológico junto às comunidades indígenas no Brasil e perceber a contribuição desta relação para a sustentabilidade socioambiental.

O estudo é realizado por Inês Scherer Carneiro, com o endereço eletrónico [ines.scherer.carneiro@iscte-iul.pt](mailto:ines.scherer.carneiro@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário e orientado pela Professora Helena Belchior Rocha, com o endereço eletrónico [helena.rocha@iscte-iul.pt](mailto:helena.rocha@iscte-iul.pt).

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder a uma entrevista semiestruturada com duração aproximada de 45 a 60 minutos, realizada por meio digital, abordando a sua experiência pessoal e/ou profissional relacionada com a questão ambiental e a questão indígena.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. No entanto, é possível que surjam desconfortos relacionados com a discussão de temas sensíveis, e que algumas perguntas da entrevista possam despertar emoções relacionadas a experiências sensíveis. Nesses casos, o/a participante poderá optar por não responder a determinadas questões ou encerrar a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A investigadora compromete-se a conduzir a entrevista com empatia, respeito e cuidado, criando um ambiente seguro e acolhedor para a partilha de experiências.

A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito nele participar.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

Anexo D - Guião de Entrevista: Assistente Social



### Guião de Entrevista: Assistente Social

O presente guião de entrevista foi elaborado em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para Dissertação de Mestrado em Serviço Social a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sob o tema: “Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro”. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar a contribuição do Serviço Social Ecológico junto às comunidades indígenas no Brasil e perceber a contribuição desta relação para a sustentabilidade socioambiental.

A entrevista decorrerá através da plataforma Meet, fazendo uso de gravação para fins de transcrição. Será garantida a confidencialidade e anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas. O/A participante poderá optar por não responder a determinadas questões ou encerrar a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, caso se sinta necessário.

Data de Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº de Entrevista: \_\_\_\_

### Parte I:

#### Informações pessoais:

Sexo:	
Idade:	
Local de Atuação:	
Área de Atuação:	
Tempo de Atuação:	
Formação:	

**Parte II:**

**Perguntas:**

1. Quais são os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais ao lidar com questões socioambientais?
2. Quais mudanças estruturais poderiam fortalecer a atuação do assistente social na preservação ambiental?
3. De que forma o Serviço Social Ecológico está presente na sua área de atuação?
4. Qual é sua experiência profissional no atendimento a populações indígenas?
5. Para você, como é a relação entre Serviço Social Ecológico e Serviço Social com povos indígenas?
6. Como os povos indígenas com quem você trabalha percebem a relação entre o meio ambiente e a sociedade contemporânea?
7. Como o impacto ambiental afeta a demanda por serviços sociais entre os povos indígenas?
8. Quais políticas públicas existem para proteger os povos indígenas dos impactos ambientais no seu trabalho? Você acredita que essas políticas são suficientes? O que poderia ser melhorado?
9. Como os assistentes sociais podem contribuir para fortalecer a luta por justiça ambiental dos povos indígenas? Na sua opinião, o Serviço Social Ecológico valoriza os saberes ancestrais na sua implementação? Se sim, como? O que pode ser melhorado?

**Experiências pessoais:**

1. Você já lidou com situações de conflito ambiental envolvendo povos indígenas? Como foi sua experiência.

Anexo E - Guião de Entrevista: Indígena



### Guião de Entrevista: Indígena

O presente guião de entrevista foi elaborado em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para Dissertação de Mestrado em Serviço Social a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sob o tema: “Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro”. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar a contribuição do Serviço Social Ecológico junto às comunidades indígenas no Brasil e perceber a contribuição desta relação para a sustentabilidade socioambiental.

A entrevista decorrerá através da plataforma Meet, fazendo uso de gravação para fins de transcrição. Será garantida a confidencialidade e anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas. O/A participante poderá optar por não responder a determinadas questões ou encerrar a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, caso se sinta necessário.

Data de Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº de Entrevista: \_\_\_\_

#### Parte I:

##### Informações Pessoais:

Sexo:	
Idade:	
Etnia:	
Área de Moradia:	
Grau de Escolaridade e Área de Estudo (se aplicável):	
Ocupação (se aplicável):	



**Parte II:**

**Perguntas:**

1. De que forma o modo de vida e as práticas dos povos indígenas colaboram na proteção do meio ambiente?
2. Você pensa que seu conhecimento e do seu povo sobre o meio ambiente é valorizado e reconhecido pela sociedade contemporânea?
3. Você já percebeu mudanças no seu território causadas pelo desmatamento, mineração ou outras atividades? Como isso afetou sua comunidade?
4. Você conhece políticas públicas que protegem o território e os direitos ambientais dos povos indígenas? Na sua opinião, essas políticas são eficazes?
5. Você já teve experiência com o apoio de assistentes sociais em alguma comunidade indígena? Como foi essa experiência?
6. Como o governo poderia atuar melhor para proteger o território das comunidades indígenas?
7. Você sabe a diferença na proteção ambiental em terras indígenas demarcadas e não demarcadas?
8. Considera que as populações indígenas têm mais desafios do que as outras populações com os problemas ambientais?
9. Como podemos garantir que as novas gerações indígenas tenham um meio ambiente preservado?
10. Quais são suas principais preocupações para o futuro do meio ambiente em seu território? E no mundo?
11. Que mensagem você gostaria de deixar para quem trabalha com Serviço Social com comunidades indígenas?

**Anexo F - Caracterização dos Assistentes Sociais Entrevistados**

	<b>AS1</b>	<b>AS2</b>	<b>AS3</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	Masculino	Feminino
<b>Idade</b>	41 anos	33 anos	41 anos
<b>Local de Atuação</b>	Mato Grosso, Brasil	Mato Grosso, Brasil	Roraima, Brasil
<b>Área de Atuação</b>	Serviço Social Indígena	Serviço Social na Saúde Indígena (CASAI)	Assistente Social na Funai, na gerência de Proteção Social
<b>Tempo de Atuação</b>	13 anos	10 anos	7 anos
<b>Formação</b>	Bacharelado em Serviço Social, Mestrado e Doutorado em Antropologia	Bacharelado em Serviço Social	Bacharelado em Serviço Social

**Fonte:** Elaboração Própria

**Anexo G - Caracterização dos Indígenas Entrevistados**

	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Entrevistado 2</b>	<b>Entrevistado 3</b>	<b>Entrevistado 4</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino
<b>Idade</b>	31 anos	25 anos	30 anos	47 anos
<b>Etnia</b>	Huni Kuin (Kaxinawá)	Karitiana	Terena	Ye'pá Mahsã do clã Uremirí Sararó
<b>Local de Nascimento</b>	Acre, Brasil	Rondônia, Brasil	Mato Grosso, Brasil	Amazonas, Brasil
<b>Local de Moradia</b>	Santa Catarina, Brasil	Rondônia, Brasil	Mato Grosso, Brasil	São Paulo, Brasil
<b>Grau de escolaridade</b>	Ensino Superior	Ensino Médio	Ensino Superior	Curso Técnico
<b>Área de estudo (se aplicável)</b>	Relações Internacionais, Comunicação, Massoterapia	-	Letras Português - Espanhol	Artes
<b>Ocupação</b>	Terapeuta Tradicional e Ativista	-	Professora de Escola Indígena	Artista Plástico, Terapeuta Tradicional, Palestrante e Gestor de Projetos

**Fonte:** Elaboração Própria

**Anexo H - Tabela de Categorias e Dimensões: Assistentes Sociais**

<b>Categorias</b>	<b>Dimensões</b>
Desafios socioambientais	Fragilidade na formação profissional sobre meio ambiente
	Invisibilidade da questão ambiental nas políticas públicas e na atuação cotidiana
	Barreiras sociopolíticas e ideológicas para atuação crítica (conservadorismo, preconceitos, visão distorcida de desenvolvimento)
Mudanças estruturais ambientais	Inclusão da temática ambiental na formação e nas diretrizes curriculares do Serviço Social
	Necessidade de articulação interinstitucional e regional para fortalecimento de políticas
	Limitações estruturais na pesquisa, financiamento e atuação profissional
Serviço Social Ecológico	Valorização dos saberes ancestrais e vínculo com o território
	Atuação política e defesa ativa do meio ambiente e dos direitos humanos
	Conscientização do papel crítico do Serviço Social na proteção ambiental e territorial
Serviço Social Ecológico e povos indígenas	Interconexão entre natureza, cultura e território na lógica indígena
	Distanciamento entre teoria e prática institucional na atuação com povos indígenas
	Reconhecimento da importância da união entre o SS ecológico e o SS indígena para atuação integrada

Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro

Serviço Social indígena e o impacto ambiental	Impactos ambientais que geram fome, desnutrição, adoecimento e dependência química
	Barreiras de acesso a serviços por conta de condições geográficas, climáticas e logísticas
	Destruição ambiental como causa de rompimentos culturais, sociais e territoriais
Políticas públicas indigenistas e ambientais	Existência de leis e políticas sem efetividade prática
	Necessidade de planejamento integrado e fortalecimento da intersetorialidade
	Ausência de estrutura adequada, concursos e continuidade de programas voltados aos povos indígenas
Contributo do Serviço Social	Promoção da escuta, visibilidade e articulação cultural das comunidades indígenas
	Ruptura com estereótipos e valorização dos saberes ancestrais
	Ação crítica para construção de justiça socioambiental em diálogo com os movimentos indígena

**Anexo I** - Tabela de Categorias e Dimensões: Indígenas

<b>Categorias</b>	<b>Dimensões</b>
Valorização dos conhecimentos ancestrais	Desvalorização interna e externa dos saberes tradicionais
	Influência da cultura ocidental, consumismo e tecnologias nas novas gerações
	Resistência e transmissão cultural como forma de valorização
Mudanças territoriais por desmatamento mineração etc	Impactos ambientais diretos: escassez de recursos, queimadas, contaminação
	Agressões externas: turismo predatório, invasões, exploração ilegal
	Intensificação climática e instabilidade ecológica nos territórios
Proteção do território e direitos ambientais dos povos indígenas	Falta de fiscalização e efetividade nas políticas de proteção
	Invasões, violações e abandono institucional
	Vulnerabilidade estrutural e deslocamento forçado de comunidades
Atuação governamental	Inexistência ou ineficácia de políticas públicas específicas
	Necessidade de escuta, participação e respeito ao saber indígena
	Desigualdade regional e falta de infraestrutura nos territórios
Percepção sobre terras indígenas demarcadas e não demarcadas	Demarcação como fator jurídico, não como garantia de proteção
	Vulnerabilidade e insegurança em áreas não demarcadas
Percepção sobre desafios dos povos indígenas e outras populações	Afetações socioambientais mais intensas para os povos indígenas
	Falta de instrução formal, mas escuta sensível à natureza
	Desigualdade estrutural e invisibilização das populações indígenas

Serviço Social Ecológico com Povos Indígenas no Contexto Brasileiro

Novas gerações e o futuro do meio ambiente	Transmissão cultural como herança e proteção do território
	Conscientização e fortalecimento das raízes para enfrentamento futuro
Autonomia e protagonismo indígena	Formação e educação de indígenas para atuação nas aldeias
	Construção política e defesa de direitos a partir dos próprios povos
	Iniciativas autônomas como bioeconomia e proteção comunitária
Relação entre cultura e território	Natureza como mãe, identidade e base da existência
	Pertencimento ao território como fonte de proteção e futuro
	Fragilização cultural com a urbanização e o deslocamento
Serviço Social nas comunidades indígenas	Presença limitada e descontinuidade nas ações profissionais
	Reconhecimento do papel do Serviço Social como apoio essencial
	Necessidade de equipes interdisciplinares respeitosas e culturalmente sensíveis